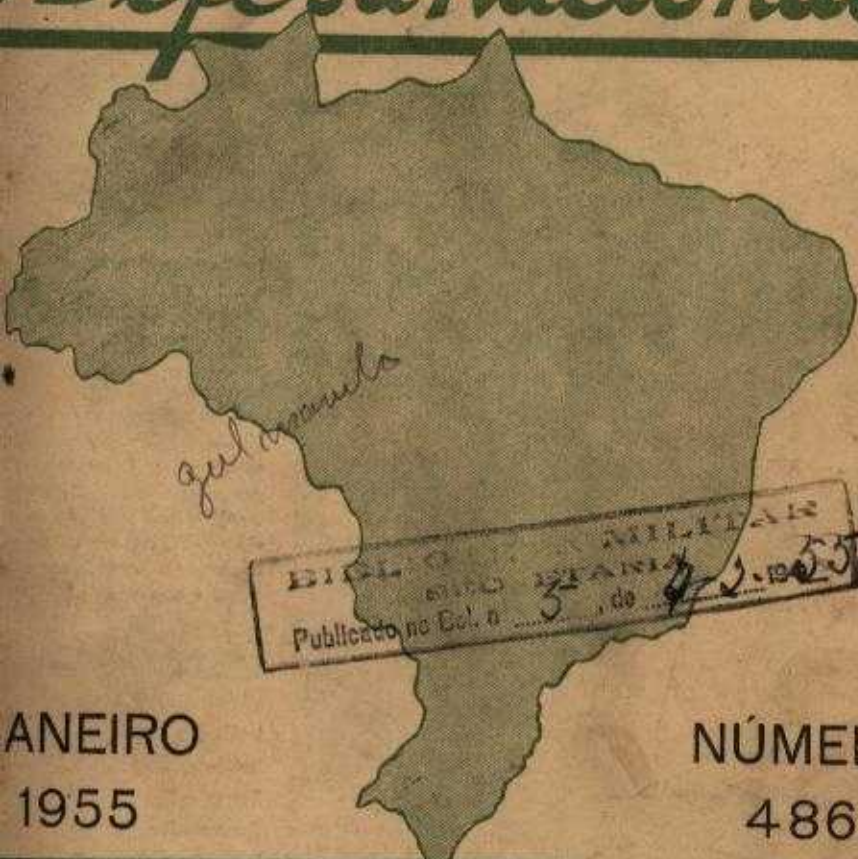


Defesa Nacional



JANEIRO
1955

NÚMERO
486

General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.
Ten.-Cel. JOAO CAPISTRANO M. RIBEIRO, Diretor-Gerente.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLII	BRASIL — RIO DE JANEIRO, JANEIRO DE 1955	N. 488
----------	--	--------

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
CULTURA PROFISSIONAL	
Repercussões trazidas pelas armas atômicas no domínio da estratégia e da tática — Gen. M. Carpentier.....	7
Normas — Padrões de ação — Cel. Manoel J. Guedes.....	17
Determinação dos espaços mortos — Ten.-Cel. J. F. Moreira Couto e Maj. Marino F. Dantas.....	21
Novas pontes militares — Ten.-Cel. F. Möller.....	31
Fichas de Instrução — Cap. Carlos A. Figueiredo.....	37
CULTURA GERAL	
Problemas do Desenvolvimento Econômico — Prof. Arthur E. Burns.....	43
Situação atual da "Guerra Fria" — Maj. Fernando Allah M. Barbosa.....	51
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
História Militar — Brigadeiro-General Paul M. Robinett.....	57
A Economia na História do Brasil — Maj. Jorge E. M. Fortes.....	65
Futuro de Mato Grosso — Cap. Alfredo A. Amaral.....	71
DIVERSOS	
O Código de Justiça Militar Argentino — Gen. Niso V. Montezuma.....	77
O Exército e a Agricultura — Maj. Luiz F. S. Wiedmann.....	85
Uma prece à Virgem de Fátima — P. J. Busato.....	85
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	97
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....	103
ATOS OFICIAIS.....	107



NO LIMAR DE UMA NOVA ERA

À entrada dêste novo ano, somos naturalmente atraídos para um exame da situação geral do país.

Encarregados que somos, os militares, da defesa do país, não podemos desinteressar-nos das condições em que se encontram a sua economia e as suas finanças, pelos reflexos que provocam no aparelhamento e na missão das Forças Armadas.

O ano que passou encerrou um período de duras experiências para o Brasil.

O novo inicia-se, senão risonho de esperanças, pelo menos promissor quanto à recuperação econômica e moral da Nação.

No terreno econômico, uma série de empreendimentos básicos, a entrar em plena operação no decorrer do ano, concorrerá, de um lado, para o alívio da situação cambial e, de outro, para o incremento da produção do país.

São as refinarias de Cubatão, Capuava e Manguinhos.

São as Usinas Hidrelétricas de Paulo Afonso, Nilo Peçanha e Piratininga.

É a produção de Volta Redonda, elêvada para 700 mil toneladas e a da Belgo-Mineira aumentada de 250 mil toneladas.

São outras tantas iniciativas que se anunciam, tais como a inauguração da usina de Salto Grande, em Minas Gerais, a inauguração da E.F. Brasil-Bolívia, etc.

Porém, acima de todos esses melhoramentos de ordem material, avultam os sinais de recuperação de ordem moral.

Entramos num período de austeridade a que a Nação não estava acostumada.

Nunca se viu o Chefe do Executivo usar tanto do direito de veto, num convite, como ele próprio disse, ao Legislativo, para re-examinar projetos que, na maioria dos casos, implicam em aumento de despesas sem a contra-partida da respectiva fonte de receita.

É que o Governo esforça-se por conter as despesas, visando à debelação da inflação, esse cancro que está a corroer a economia do país, responsável pela alta dos preços e do custo da vida.

Não só na economia interna incidem maléficamente os efeitos da inflação, sem favor o nosso maior inimigo, na conjuntura atual.

Também na externa eles repercutem, pela pressão que exercem para a inversão dos termos do nosso comércio exterior, com o aumento das importações sobre as exportações e conseqüente subversão do balanço de pagamentos e da situação cambial.

Eis porque austeridade, como disse o Presidente, significa compreensão das medidas drásticas tomadas pelo Governo. Sim, austeridade, no momento, exprime combate à carestia da vida, na ordem interna e defesa da moeda na externa.

Que melhor política poderíamos seguir? E como o valor da moeda, sob certo ângulo, representa o conceito dos povos, austeridade significa também a defesa do bom nome do país no exterior.

Devemos todos, brasileiros patriotas, apolar o Governo nos seus esforços honestos para conter as despesas.

Aguardar os efeitos benéficos de sua política de austeridade, como ele próprio já vaticinou, para 1955.

Porque, como disse o Presidente, a situação é crítica, mas não desalentadora.

Recusamo-nos a reconhecer que um país, com a potencialidade do Brasil, desça a ladeira do ostracismo, sem conhecer um meio-dia de prosperidade.

A nossa crise é mais moral que material.

É mais de homens que de recursos naturais.

Honestidade, desejo sincero de acertar, espírito público, indiferença à popularidade alicerçada na demagogia barata ou à impopularidade atraída pela defesa intransigente dos interesses nacionais são os apanágios dos novos homens do Governo.

Eis porque, com tais valores no leme do Estado, auguramos para 1955, como escrevemos no título que encima este artigo, uma nova era para o país.

Dentro dêsse quadro geral, é confortador analisar o papel das Forças Armadas.

Mantendo-se fiéis às suas tradições de guardiãs vigilantes do regime, da continuidade das instituições e da intangibilidade da soberania da Pátria, têm elas sabido cumprir o seu dever.

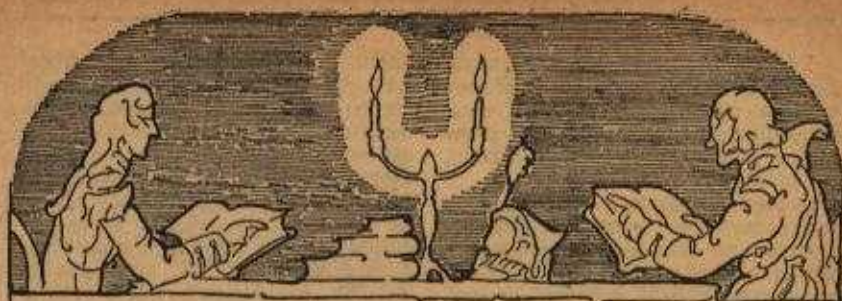
Ontem, como hoje, pronunciaram-se para sancionar a vontade do povo, mas, desambiciosas do poder, recolheram-se aos seus deveres, passada a borrasca.

Ainda agora, diante da grave situação do país, multiplicam-se as manifestações dos seus chefes no sentido de se manterem alheios às competições políticas, com o propósito de salvaguardar os direitos individuais, de conservar a inquebrantabilidade do regime e dar azo ao Governo de entregar-se, tranqüilo, à dura tarefa de recomposição administrativa, econômica, financeira e social da Nação.

Unidas em torno dos seus chefes, interessadas mas não interesseiras, vigilantes mas não coativas, idealistas mas não revolucionárias, vêm elas à frente no exemplo de compreensão e despreendimento que o Brasil está a exigir de todos os seus filhos, na hora que passa.

Que dessa colaboração entre civis e militares, cada um na esfera de suas atribuições, resulte o bem do Brasil, são os votos sinceros que formulamos, no início dêste 1955, que se anuncia prenunciador de nova era para a nossa Pátria.





CULTURA PROFISSIONAL

Repercussões trazidas pelas armas atômicas no domínio da estratégia e da tática

General M. CARPENTIER

Transcrito, data vênica, da "Revista Militar" de Portugal.



Em 29 de julho passado, em Londres, quando do debate nos Comuns sobre a retirada das forças britânicas da zona do Canal de Suez, o Senhor Anthony Head, Secretário de Estado da Guerra da Grã-Bretanha, o signatário dos recentes acordos com o Governo egípcio, justificou o teor desses acordos por considerações estratégicas dizendo em especial: "A probabilidade de importantes operações terrestres no Médio-Oriente, em caso de guerra, foi consideravelmente reduzida pela bomba de hidrogênio..." "Para a Grã-Bretanha, por exemplo", acrescentou ele, "a possibilidade de equipar, deslocar e de expedir uma grande quantidade de tropas foi, sem dúvida, diminuída por virtude da existência das armas atômicas. Mas isto também é assim, na mesma, para a União Soviética. Agora o

Canal do Suez encontra-se bem mais afastado da zona onde os combates têm mais probabilidade de se desenrolar em caso de nova guerra".

O Ministro Britânico sublinhou ainda que "os pesados sistemas de reabastecimento atuais devem dar lugar a u'a maior mobilidade, tanto para permitir a dispersão em caso de ataque por bombas H, como para uma concentração rápida em vista de um assalto".

Com efeito, os Britânicos, com o seu realismo bem conhecido, abandonam a zona do Canal de Suez porque eles se aperceberam que a base militar aí constituída, com suas enormes instalações de toda a natureza, estava votada à destruição.

Estas conclusões estão de acordo com as dos peritos militares que em todos os países, e particularmente em França, têm estudado o problema atômico em ligação com as operações militares.

Pode-se assegurar que a eventualidade de emprego da arma t rmonuclear conduz a uma nova concepção da guerra, não nos seus princípios, mas nas suas modalidades de execução.

O meu propósito é analisar hoje as repercussões e as modificações trazidas no domínio da estratégia geral ou operacional, assim como no da tática, pela existência e emprego possível dos projetis atômicos.

Estes problemas são vastos e complexos; seus dados, sobretudo no domínio da técnica, estão longe de serem completamente conhecidos e divulgados; no entanto, em face da sua importância e gravidade, nenhum chefe militar tem o direito de os desprezar sob o pretexto de que  le não conhece todos os seus elementos.

Trata-se, aliás, sobretudo dum exame de conjunto, d estes problemas, com vista a destacar os seus aspectos essenciais e de facultar matéria   reflexão ou   discussão, excluindo tudo o que seja dogmático.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Embora a explosão da primeira bomba atômica em Hioroschima tenha já mais de 9 anos, é curioso constatar quanto os efeitos possíveis de tais projetis são geralmente mal conhecidos e quanto a opinião pública está mal informada sôbre êstes problemas. O caminho percorrido no domínio dos armamentos, ultrapassa, sem dúvida, o que o espírito pode imaginar, sem conjecturar, ao que as descobertas em curso podem conduzir num futuro próximo. Há até quem chegue a pensar que tais descobertas cont m em germen a destruição da raça humana, ou pelo menos o fim da civilização contemporânea. Alem da dificuldade de imaginar o que advirá no caso do desencadeamento duma ofensiva atômica, nota-se uma espécie de pudor, em certos países, de examinar uma tal eventualidade. Nos Estados Unidos, no entanto, a opinião pública é tida ao corrente d estes perigos, e as revistas de grande tiragem não he-

sitam em desenvolver êste tema, não chegando entretanto até a violar os segredos de laboratório cio-samente guardados. Assim é apresentada   opinião pública a gama aterradora dos projetis nucleares atualmente conhecidos, desde a bomba "Nominal" análoga   de Hioroschima, com efeitos comparáveis   explosão de 20 mil toneladas de T.N.T., até   bomba "H", equivalente a 300 mil toneladas de T.N.T. e mais ainda.

Por outro lado é apresentado o canhão atômico com o calibre de 290mm atirando um projetil "tático" que corresponde, para um são obus, ao mesmo resultado de 40 mil obuses de 105mm, equivalendo ao tiro de 5 artilharias divis n rias durante uma hora, ou de 300 bombardeiros carregados, cada um, com cinco toneladas de bombas.

Segundo os casos e os projetis empregados, o raio do círculo de morte varia de um a alguns kms, enquanto que a zona perigosa cobre extensões bem mais vastas ainda. Pode-se assim imaginar o que acontecerá a qualquer das vastas metrópolis contemporâneas, agrupando alguns milhões de habitantes, sôbre as quais rebentasse, de repente sem prévio aviso, uma única bomba "H".

Tal é igualmente o perigo que ameaça t da a humanidade.

Assim, a noção de guerra total tornada uma evidente realidade depois das duas últimas guerras mundiais, toma todo o seu valor; os adversários eventuais, graças ao raio de aço dos aviões modernos, ou por qualquer outro processo, estão em condições de atacar e destruir, onde quer que seja, o potencial humano, econômico e industrial inimigo da mesma forma que as suas instalações e as suas fôrças militares, navais, aéreas e terrestres. Daqui resulta um estado de inquietação generalizado, f cilmente explicável. Há quem pense, no entanto, bem perigosamente parece, que tais armas não poderão ser utilizadas dada a imensidade dos estragos que elas causariam. Outros pensam que   inútil empreender o quer que seja, como foi

o caso há alguns meses, da Municipalidade de Coventry, que recusou efetuar um exercício de defesa passiva no quadro nacional, declarando que era inútil aplicar medidas, por ineficazes.

Um fato portanto resta: a existência de armas nucleares entre as mãos dos dois antagonistas possíveis, armas cujos "stocks" aumentam constantemente duma e doutra parte da cortina de ferro. Tal é o ambiente atual, feito de sentimentos múltiplos e contraditórios, indo desde o receio raciocinado até a uma ignorância culpável, passando por uma espécie de resignação passiva.

Sem querer discutir agora estas opiniões diversas, é preciso, no entanto, refer que existe uma ameaça terrível que se pode tornar em realidade no dia de amanhã e sem aviso prévio. O tempo em que unicamente os Estados Unidos dispunham da bomba atômica já passou. Se lhes era permitido então fazer da sua existência um meio de ameaça e de oposição ao seu emprêgo efetivo, já não parece possível manter um tal raciocínio, nem sobretudo admitir para o outro campo uma atitude análoga. Isto seria, uma vez ainda, considerar as intenções e não as possibilidades do adversário, jogo que é perigoso e contrário em qualquer caso ao método do raciocínio francês.

Quaisquer que sejam os objetivos, mesmo de grandes dimensões, são terrivelmente vulneráveis. Estão neste caso as cidades, como já se disse, com os seus formigueiros humanos, os portos com as suas instalações, docas, armazéns, etc., onde os navios de todas as toneladas se encontram em via de carregamento ou de descarga, os grandes centros industriais, as obras de arte importantes, as barragens, as zonas de exploração mineira, os grandes campos de aviação internacionais, com as suas pistas imensas e instalações de toda a natureza. E é preciso admitir que tais objetivos, atualmente, ainda não podem ser eficazmente defendidos; que a explosão de um só projétil conduz à sua destruição

mais ou menos total, com a perspectiva de inumeráveis perdas de vidas humanas. Não há portanto, contra parada absolutamente eficaz num futuro imediato.

REPERCUSSÕES SOBRE A POLÍTICA OU A ESTRATÉGIA GERAL

Isto é bem o que parece pensarem os homens de Estado contemporâneos, como mostra o seu cuidado em evitar um conflito generalizado, qualquer que seja a tensão internacional. Cada um se esforça por atingir os seus fins, ficando num ambiente de guerra fria, ou de conflitos locais conduzidos pelos satélites. Por este motivo os negócios asiáticos foram objeto de conflitos armados na Coreia e na Indochina, tendo-se as grandes potências contentado em fornecer armas ou em atuar mais diretamente sob a forma de envio de contingentes a coberto de "Nações Unidas", continuando a manter as relações diplomáticas, ou a negociar no seio de conferências, cuja duração permite conservar o contato.

Ameaça de guerra total e cuidado de não a desencadear, são as consequências diretas da possibilidade de utilização de meios cujos efeitos ultrapassam ainda a imaginação e contra os quais, depois de os ter criado, os homens se encontram desarmados, pois que não têm a contra-parada. Tais são os problemas que se põem, a títulos diversos, a todos os países e aos homens de Estado que os dirigem.

Duas alternativas parecem prevalecer, à exclusão de qualquer outra atitude: ou a neutralidade com os perigos e dificuldades que ela arrasta para quem a quer praticar plenamente, ou a adesão a uma comunidade internacional dispondo de armas atômicas e permitindo, desde então, responder, causando estragos idênticos ao adversário, e, se possível, superiores. De todos estes problemas é necessário informar as populações com vista à sua preparação psicológica, para evitar, pelo menos, a surpresa geradora da queda do moral e da vontade de prosseguir a luta. Cada

coletividade, cada indivíduo deve-se preparar para a eventualidade da utilização da bomba atômica desde o começo dum conflito. A ausência atual de defesa eficaz deve conduzir igualmente a uma nova orientação da vida interna dos países a favor da dispersão que facilite a extensão da eletricidade e dos transportes de toda a natureza. É preciso renunciar às vastas concentrações humanas, saídas na maior parte, do desenvolvimento industrial do final do século passado.

REPERCUSSÕES SOBRE AS FORMAS DA GUERRA

Os esforços empreendidos atualmente para evitar uma guerra total, que seria rapidamente um novo e terrível conflito mundial, só podem ser considerados como expedientes para aqueles que têm a responsabilidade da preparação e da condução das operações. Uma vez ainda, os "stoks" de projéteis atômicos aumentam dia a dia. Desta forma é preciso encarar friamente as consequências da sua utilização efetiva, depois de ter examinado as repercussões da sua existência sobre a política geral dos países, como acaba de se fazer.

Uma primeira questão não pode deixar de ser posta que é, saber se a era atômica, que se abre comporta a conservação das forças armadas convencionais — aéreas, terrestres e navais. É cômodo responder que, por enquanto, as grandes potências detentoras das armas nucleares têm conservado até aqui, e até mesmo desenvolvido, estas forças convencionais. Será sempre preciso dispor da liberdade de circulação sobre os mares e no ar, enquanto que as forças terrestres são necessárias para proteger os territórios nacionais e ocupar os do adversário, depois de ter participado na destruição dos seus exércitos. São mais problemas de articulação, de dosagem, de qualidade e de composição destes exércitos que se põem, com vista a os adaptar às possibilidades das armas novas e deles tirar o rendimento máximo. Estudos estão em curso,

um pouco por toda a parte, que não chegaram ainda a conclusões definitivas. Elas, aliás, só serão de adotar depois de terem sido experimentadas. Pode-se afirmar, contudo, que a posse de projéteis atômicos constitui elemento de potência dum país, tal como outrora se comparava a tonelagem global das frotas, o número dos couraçados ou de divisões susceptíveis de serem mobilizadas.

É preciso sublinhar, por outro lado, que a vantagem, em caso de conflito geral, pertencerá ao agressor que primeiro utilizar os projéteis termo-nucleares. Isto é uma grave preocupação para os países cuja política geral é estritamente defensiva — inicialmente pelo menos — baseada sobre a defesa dos territórios nacionais, que é o caso das nações que aderiram ao Pacto do Atlântico. Mesmo que se admita que por um sentimento humanitário ou mais simplesmente de propaganda bem compreendida, certas capitais ou metrópoles, célebres pelos seus tesouros artísticos acumulados durante séculos, sejam, talvez, poupadas, resta ainda uma gama de objetivos facilmente imagináveis e cuja destruição, ou a simples neutralização, pode entrar, mais ou menos definitivamente, a vida duma nação ou de um grupo de países, assim como a ação das suas forças armadas.

Torna-se necessário imaginar o que resultaria dum ataque aéreo de surpresa e sem o menor aviso prévio, o que é perfeitamente admissível. Assim se pode verificar quais serão, por exemplo, os efeitos duma centena de bombas, tipo H, judiciosamente lançadas sobre os centros de comunicações vitais, portos, arsenais, bases aéreas e sobre determinados estabelecimentos militares.

Isto é o mesmo que dizer da importância considerável e determinante da "Informação". É preciso, com efeito, procurar, por todos os meios, evitar esta surpresa que conduziria, no estado atual das coisas, a uma catástrofe. As informações ou índices obtidos, só serão utilizáveis desde que possam ser ins-

tantaneamente transmitidos às autoridades responsáveis, o que conduz ao estabelecimento, ou permanência, dum delicado e muito completo sistema de pesquisa de informações e de transmissões. É fácil conceber as dificuldades e obstáculos a vencer para obter um tal resultado, pois a instalação dos meios necessários para uma agressão termo-nuclear pode fazer-se em segredo.

Sem desenvolver mais este problema que constituiria, por si só, objeto dum estudo particular, parece-me absolutamente necessário, evocá-lo aqui para dele tirar, pelo menos, as conclusões que se impõem.

Admite-se geralmente que o receio de represálias é a melhor proteção atual contra a eventualidade dum tal ataque. Contudo, para serem eficazes, tais represálias deverão ser instantâneas. Isto implica um dispositivo de resposta, em condições de atuar rapidamente e, susceptível de atingir, por sua vez, os objetivos vitais adversos antecipadamente determinados e minuciosamente estudados com vista a obter o máximo de eficiência. Ainda é preciso que os meios assim previstos não sejam destruídos antecipadamente, na totalidade ou em parte, pelo agressor, o que não é certo.

Ataque de surpresa, resposta imediata — pode ser o primeiro ato dum conflito geral onde os projetos nucleares serão utilizados por ambas as partes. Não é absolutamente fatal que assim seja; de qualquer forma, porém, devemos preparar para diminuir os estragos previsíveis, explorado os resultados a obter pela resposta. É preciso, para isso e em primeiro lugar, realizar, desde o presente, uma vasta articulação dos meios incluindo neste termo as forças combatentes dos três exércitos, assim como o conjunto dos seus suportes logísticos. Esta articulação deve permitir, por uma quadrícula das vias de transportes marítimos, aéreos, terrestres ou fluviais, realizar a maior dispersão dos meios, com vista a assegurar a sua pro-

teção contra o perigo atômico. Estas medidas devem permitir igualmente o reagrupamento rápido das forças, conforme a concepção da manobra, que constitui, propriamente, a estratégia operacional. Evitar concentrar meios susceptíveis de constituir objetivos de escolha; estar em condições de utilizar a tempo e de reunir estes mesmos meios, são dois imperativos que podem parecer contraditórios *a priori* e, em todo o caso, difíceis de realizar. É preciso sublinhar, desde este momento, a título de exemplo, que a concepção e realização de vastas operações anfíbias, que marcaram, de maneira tão espetacular, a segunda parte da guerra mundial, a partir de novembro de 1942, devem ser consideradas como caducas. As operações de desembarque de Salerno, Anzio, Normandia e de Provença, somente foram possíveis, nessa época já passada, graças à superioridade aérea e total dos aliados. Mas hoje em dia, um único avião transportando uma bomba atômica, ou um só projétil atômico gênero V1 ou V2, podem sempre furar um dispositivo de defesa por mais denso que seja, e enfraquecer toda ou parte das enormes armadas reunidas e concentradas com vista a estas operações, na proximidade das praias de desembarque. O mesmo se pode dizer para as bases terrestres onde sejam reagrupadas as Grandes Unidades depois do seu transporte, com os seus depósitos, bivaques e "stocks" de material; quanto aos grandes portos que as alimentam, eles constituem objetivos de escolha. Esta forma de logística "concentrada" é portanto de proscrever totalmente, qualquer que sejam os inconvenientes e servidões consequentes duma dispersão sistemática. As concentrações de navios e de forças aéreas nas grandes bases navais ou sobre os vastos campos modernos são igualmente de evitar pelas mesmas razões. Estas medidas devem ser tomadas desde o momento presente, em razão da possibilidade permanente dum ataque sem pré-aviso; a instalação e a dispersão dos meios

logísticos não podem ser improvisadas no último momento. Elas exigem a realização de trabalhos demorados e onerosos segundo um plano de conjunto comportando fases sucessivas.

Esta dispersão necessária deve ser evidentemente tal que não revele as concepções do comando no domínio das operações. Isto pode ser realizado por meio duma repartição judiciosa dos meios disponíveis sobre o conjunto dos territórios interessados. A rede de vias de comunicação deve permitir realizar, no momento próprio, as concentrações e as variantes necessárias. O emprego mais generalizado dos transportes por avião, ampliará a flexibilidade e a rapidez destes movimentos.

Vasta dispersão das forças terrestres, navais e aéreas; redes de vias de comunicação permitindo a concentração dos meios operacionais e logísticos que a manobra exige; instalação à priori dos aprovisionamentos necessários para um período relativamente longo; sistema de intercepção e de detecção cada vez mais completo e profundo; pesquisa da informação, são as medidas de defesa que imperiosamente se impõem. Mas tais medidas, somente serão eficazes se elas estiverem ao serviço duma estratégia resolutamente ofensiva, visando atacar as forças vivas adversas, econômicas e militares, com o fim de as destruir. Para este efeito é conveniente dispor de reservas estratégicas, largamente articuladas e suscetíveis de serem transportadas rapidamente, e por consequência de avião, com vista a explorar os resultados obtidos pelos bombardeamentos efetuados por meio de projetis nucleares. Estas ações deverão ser combinadas com as dos elementos subversivos, se possível mantidos e conservados nos territórios inimigos, que terão por missão aumentar a confusão e desordem, causadas pelos ataques atômicos.

REFERÊNCIAS NO DOMÍNIO DA TÁTICA

As características previsíveis do combate tático que resultam deste conjunto de considerações gerais, são essencialmente:

- o emprego provável de projetis atômicos em toda a profundidade tática do campo de batalha;
- o aumento da importância da aviação sob todas as suas formas (bombardeamento, apoio, transporte);
- a ausência de frentes contínuas com a insegurança constante sobre os flancos e retaguardas;
- a necessidade de desenvolver a pesquisa e a exploração da informação na zona de combate.

Tais características excluem a idéia, por vezes formulada, duma tática de "substituição", conforme os projetis atômicos sejam ou não empregados. Com efeito, é bem uma combinação de emprego de armas clássicas e nucleares que é preciso preparar, podendo, entretanto, estas últimas, em virtude do seu número relativamente reduzido, não serem utilizadas em todas as circunstâncias. Mas o adversário, dispondo de projetis atômicos, pode-se servir deles, à sua vontade, onde e quando o quizer.

É preciso, portanto, tomar medidas que permitam a proteção em permanência contra os efeitos destas armas de grande potência. Daqui a necessidade duma dispersão sistemática e permanente de todos os elementos do dispositivo tático: escalão de combate, reservas, órgãos de comando, serviços e depósitos de toda a natureza. Será preciso, igualmente, uma disciplina e um adestramento individual muito grande para que estas medidas, duma aplicação permanente, sejam eficazes. Este reflexo da dispersão será completado pelo emprego judicioso da camuflagem e pela execução de trabalhos de organização do terreno em todas as circunstâncias. Estas medidas

não constituem um fato novo. Elas eram já necessárias para a proteção contra os efeitos da Artilharia e da Aviação. Agora somente se tornam mais imperiosas ainda, se não nos queremos arriscar, a ver, em um instante, desaparecer localmente, todo ou parte dum dispositivo tático.

Todavia, o exercício de comando não deve ser tornado impossível. Um limite é preciso procurar, para lá do qual uma dispersão muito grande acabará por ser mais prejudicial que útil. Parece bem que, para a Infantaria, não se tratara de ultrapassar o escalão Batalhão, célula tática elementar.

Estes procedimentos não devem conduzir, no entanto, a um imobilismo tendo como consequência esperar o inimigo sobre boas posições, preparadas antecipadamente, para o obrigar a concentrar as suas forças, a fim das destruir por meio de projetis atômicos. A arma nuclear não é, com efeito, unicamente defensiva, como certos o pensam. A vantagem pertence sempre ao assaltante e, portanto, proceder assim, seria fazer o jogo do inimigo, deixando-lhe a possibilidade de conduzir impunemente a sua manobra. A melhor defesa, diz-se muitas vezes, está no ataque. Sendo assim, uma atitude agressiva deverá ser sempre adotada em todas as circunstâncias do combate. Esta atitude é feita de mobilidade e de muita flexibilidade. Ela não exclui, portanto, a preocupação de se dispersar, de se camuflar e de se enterrar, medidas que, como acabamos de ver, constituem a melhor parada.

Esta tática agressiva deve comportar o emprego sistemático de movimentos e do combate de noite, que permitem realizar concentrações locais e temporárias, fugindo à ação dos órgãos de pesquisa inimigos, aéreos ou terrestres. A utilização do coberto das florestas, constitui igualmente uma proteção conveniente e permite os deslocamentos de dia. Ela implica ainda um treino especial dos quadros e da tropa.

Para ser eficaz, uma tal tática necessita dum perfeito conhecimento do inimigo, dos seus movimentos e do seu dispositivo. O papel da informação torna-se assim essencial neste domínio, como no da estratégia, como já foi visto. Estas informações, para serem exploráveis, devem poder ser comunicadas, com o mínimo de demora, aos escalões do comando responsáveis pelo emprego dos projetis nucleares. Daqui resulta a necessidade da melhor ordem para o sistema de transmissões postos à disposição dos diversos organismos de pesquisa.

Estas medidas devem conduzir ao melhor emprego das armas atômicas, e a modificar os aspectos tradicionais do combate ofensivo. A arma atômica permite encarar, com efeito, a supressão, mais ou menos total, da fase sempre longa e complexa da instalação dos meios, que representa uma ação de viva força. A acumulação antecipada de grandes toneladas de munições de todas as espécies, exigindo por vezes alguns dias; assim, como o desenvolvimento dum importante dispositivo de Artilharia, podem ser substituídos pela utilização dum ou alguns projetis atômicos. A fase do ataque à viva força numa posição inimiga, e do seu assalto, necessitando de numerosas unidades atuando em frentes estreitas, pode ser igualmente evitada. Para explorar o mais depressa possível o efeito dos projetis atômicos, com vista a realizar uma deslocação mais profunda do dispositivo adverso, para melhor dispor, na proximidade das brechas assim criadas, de forças mais ligeiras capazes de o fazer. Estas ações de exploração serão facilitadas pelo emprego de pára-quedistas ou de tropas aerotransportadas, semeando e mantendo a desordem nas retaguardas imediatas inimigas, em tudo prejudicando a intervenção das suas reservas. A isto, é preciso juntar ainda uma procura sistemática do combate no interior do dispositivo inimigo, em ligação com os elementos subversivos que aí tenham sido mantidos.

Se parece menos necessário insistir aqui, sobre o papel que a aviação será chamada a desempenhar no desenvolvimento dos combates futuros, não se pode deixar de frisar que a guerra atômica arrastará obrigatoriamente a um vasto desenvolvimento da aviação de transporte sob todas as suas formas e, em particular, ao emprego generalizado dos helicópteros.

A estes aspectos do combate atômico é preciso acrescentar enfim uma insegurança permanente, qualquer que seja a situação das unidades, além do da noção de frente continua ceder o lugar a uma certa descontinuidade no dispositivo.

* *

A reflexão, o exame destes diversos pontos não parece arrastar a uma revolução total no emprego das armas clássicas (Infantaria, Artilharia, Carros, Aviação de Apoio) sobre o campo de batalha. As conclusões parciais postas a claro, comportam, com efeito, a necessidade da dispersão, uma grande mobilidade e a ligeireza e flexibilidade da manobra. A organização do terreno, a camuflagem, a rapidez do movimento e o hábito à fadiga, são igualmente coisas conhecidas. A noção de segurança e aquela de insegurança permanente, a importância dos combates de noite, o papel essencial da informação e o reflexo da sua difusão imediata com um excelente funcionamento das transmissões, não são fatos novos. É preciso, no entanto, reter o perigo que se corre e os aspectos do combate resultante, impõem uma qualidade de instrução, um adestramento e reflexos muito superiores ao que se podia exigir até aqui e que, sobretudo, terão que ser generalizados ao conjunto dos combatentes e dos serviços.

Uma doutrina agressiva, essencial em todo o tempo, só pode, ainda, ser válida, se os quadros e a tropa se encontram dela impregnados.

Na mesma, serão precisos longos esforços para criar o reflexo da organização do terreno, que parece ainda ser a medida mais eficaz de

proteção do pessoal e de material. Isto é o mesmo que dizer da importância do adestramento individual, que deve, aliás, ser tanto moral e humano que técnico. É preciso ainda dispor de instrutores e de quadros de qualidade. A seleção dos quadros, em seguida à sua formação inicial — moral, física e técnica —, ultrapassa certamente o âmbito deste estudo, mas nós não podemos deixar de marcar como a sua importância é capital.

Pode-se ainda perguntar em que medida as Grandes Unidades modernas (Divisões de Infantaria, Divisões Blindadas) são adaptadas a esta forma de combate, essencialmente baseado sobre mobilidade e flexibilidade. Parece-nos bem que a Divisão de Infantaria, com o seu efetivo de 17.000 homens, seus 9 Batalhões de Infantaria e seus 5 Grupos de Artilharia, constitui um conjunto pesado e pouco manejável.

Mais ainda, a Divisão Blindada moderna parece particularmente pouco manejável com o seu efetivo total superior a 17.000 homens, com cerca de 300 carros e perto de 4.000 veículos de todas as categorias.

Estudos estão em curso, conduzidos simultaneamente pelos Estados-Maiores nacionais interessados, com vista a encontrar uma solução válida, que seja um compromisso entre a potência de fogo necessária a conservar, e manejabilidade. Engenheiros de combate ligeiros são igualmente procurados ou ultimados. E de admitir que estes estudos tenham sucesso num prazo de tempo mais ou menos próximo, e que um tipo de Grande Unidade, com um efetivo variando entre 11 e 12 mil homens possa ser experimentado e em seguida adotado.

CONCLUSÕES

Algumas destas notas, relativas às repercussões possíveis do emprego das armas atômicas no domínio da estratégia e da tática, são evidentemente inspiradas pela posição geográfica particular da França e

da sua situação pouco invejável entre os dois blocos antagonistas. Assim elas lhe são mais especialmente aplicáveis. Elas, ainda, em nada empenham as concepções da O.T.A.N. a respeito destes problemas; são apresentados mais a título pessoal, como sugestões destinadas a servir de base de discussão ou de reflexão. É claro que a amplitude e a novidade de tais questões não permitem tratar a fundo este assunto num tempo tão curto.

Muitas incógnitas restam, enfim, tanto no domínio puramente científico da pesquisa, como no do conhecimento exato dos efeitos a esperar destas armas em constante aperfeiçoamento.

Mas é permitido supor, desde agora, que os dados que foi possível apresentar são suficientes para tirar já um certo número de conclusões, umas teóricas outras mais concretas.

Tal era aliás o fim pretendido.

Primeiro que tudo, podemos perguntar se o emprego das armas nucleares constitui uma verdadeira revolução na arte da guerra, ou, ao contrário, se ele deve ser considerado como uma simples evolução na gama dos meios de destruição postos à disposição das nações e dos homens. Pode-se constatar que as leis da guerra e as regras da tática continuam válidas. Mas já não podemos considerar uma questão de banal evolução quando se comparam os efeitos das armas convencionais utilizadas ainda em 1945, compreendendo a bomba de 10 toneladas, com os dos projetis atômicos e os da bomba "H" em particular. Com efeito, estas novas armas dão um argumento de potência tal àqueles que as podem utilizar, que elas dominam largamente o debate. Elas fazem também com que as formas da guerra e do combate tático se devam inspirar dos seus efeitos de maneira permanente para não arriscar uma destruição prematura do corpo de batalha comportando forças terrestres, aéreas e navais, assim como os seus suportes logísticos respectivos.

Uma outra questão, que tem sido debatida e que é dum interesse prático mais imediato, é saber se convém manter forças armadas convencionais nesta era atômica. Isto parece não admitir discussão, pelo menos no domínio aéreo ou aeronaval. A livre circulação sobre os mares continua ainda uma necessidade absoluta, pelo menos para certos continentes mais isolados, como é o caso da América em relação à Europa e à Ásia. As forças terrestres conservam, enfim, a sua missão de defesa e de ocupação dos territórios, mas, em ligação íntima com as forças aéreas. O fim é substituir a velha estratégia terrestre e a jovem estratégia aérea por uma estratégia nova verdadeiramente aéroterrestre.

Uma evolução parece todavia necessária no que respeita à qualidade e à quantidade. Nós acabamos de ver que as pesadas vagas de bombardeiros que se escalonavam no céu durante os "raids", que caracterizaram o último conflito mundial, podem ser largamente substituídas, e mesmo ultrapassadas nos seus efeitos, por um único aparelho transportando o projetil atômico.

Pelo contrário, um esforço considerável deve ser empreendido com o fim de melhorar a detecção e a interceptação. Sob o ponto de vista terrestre, viu-se a necessidade duma tática agressiva, flexível e móvel. Para realizar esta mobilidade torna-se necessário tirar o maior partido da motorização e da mecanização. É preciso, por consequência, libertarmos-nos, na medida do possível, da servidão das linhas de comunicação por uma logística orientada para o aérotransporte.

Por outro lado, a composição orgânica das Grandes Unidades clássicas (Divisões de Infantaria e Divisões Blindadas) merece ser reconsiderada com vista à realização dum sério aligeiramento.

Não é ser visionário de pensar que em alguns anos, a Artilharia: primeiro o escalão Exército, depois o escalão Corpo de Exército, compreenderá talvez, para uma ope-

ração de rutura, em vez de numerosos grupos de artilharia pesada, necessitando toneladas muito importantes de projéteis clássicos, 2 ou três baterias de duas peças de canhões atômicos, dispondo de algumas dezenas de obuses atômicos. Não é para amanhã.

Mas, a idéia anda no ar. Certamente ela será realizada só progressivamente e nós veremos em primeiro lugar o escalão Exército e Corpo de Exército numa "cohabitação" da artilharia clássica e da artilharia atômica. Ao contrário, no escalão Divisão, eu penso que a artilharia clássica será a unicamente, por muito tempo, utilizada.

Enfim, o emprêgo simultâneo de projéteis atômicos táticos pelos dois adversários, exclui as concentrações dos meios julgados até aqui indispensáveis para romper o dispositivo inimigo e que se arriscariam, assim, a constituir objetivos de escolha.

Torna-se finalmente necessário não esquecer que estas preocupações não são limitadas a alguns países desfavorecidos, mas interessam ao conjunto das nações do globo, não podendo nenhuma, desde o presente, pretender pôr-se ao abrigo dum tal perigo. É pois um dever para os Governos e para os Estados-

Maiores, que são os seus conselheiros técnicos, examinar tais problemas.

A bem dizer, não é talvez enojarante constatar que não existe parada eficaz no estado atual das coisas e que o emprêgo das armas atômicas constitui um prêmio ao agressor. A única defesa eficaz reside atualmente na dispersão sistemática dos meios em pessoal e em material.

Este perigo generalizado conduz, igualmente, os que são responsáveis pela vida dos povos a procurar evitar uma conflagração geral, preferindo, tanto quanto possível, deixar aos satélites o cuidado de "solucionar" os conflitos localizados.

O futuro dirá se esta prudência relativa do momento, poderá resistir ao mesmo tempo que se continuam a fabricar armas nucleares e se procuram aumentar ainda mais os seus efeitos, já terríveis.

De qualquer maneira, o caráter total da guerra, que engloba todas as categorias de indivíduos, sem distinção, implica pelo menos uma profunda preparação psicológica, a fim de evitar a surpresa total, assim como uma orientação, a mais longo prazo, da forma de vida das populações, se queremos conservar e defender a nossa civilização.

DARCY BRASILEIRO DA SILVA

Ferragens em geral, louças, tintas e óleos, material elétrico

AVENIDA DA REPÚBLICA, 99 — Tel.: 413 — End. Teleg. "DARCY"
VITÓRIA — E. E. SANTO — BRASIL

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239
END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

NORMAS — PADRÕES DE AÇÃO

Cel. MANOEL JOAQUIM GUEDES

13 — CARREGAMENTO DE VIATURAS

1 — Viaturas munição para as Cias. de Mtrs. e Esquadrão de Metralhadoras e Engenhos (3 animais; Capacidade 550 kg):

(a) Discriminação do material e do pessoal a transportar:

I — Guarnição: Cmt.: Cabo Armeiro (1) e (2) — 1 Soldado Condutor.

II — Carga: (3) e (4):

128 Caixetas de 25 cartuchos ou 5.200 cartuchos para Mosq.;

368 Caixetas de 30 cartuchos ou 11.040 cartuchos para metralhadora Madsen;

14 Caixetas ou 700 cartuchos de Revólver;

18 Granadas de capacidade normal de Morteiro;

18 Espolêtas V.18 — I.R. — M.3;

18 Cartuchos para Morteiro;

108 Suplementos para Morteiro;

13 Coleções de cartuchos de sinalização para Pistola Sinalizadora;

150 Cartuchos de sinalização para V.B.;

1 Chave de fenda;

1 Chave de rodas;

1 Máquina de carregar de metal ou, eventualmente, de madeira;

20 Sacos de remuniamento;

9 Jogos de ferragem;

2 Machados;

2 Pás de parque;

2 Picaretas, fora do cabo;

3 Rações de forragem do dia; (5)

3 Ditas de reserva; (5)

1 Cadeado de 2";

1 Balde de lona v.o.;

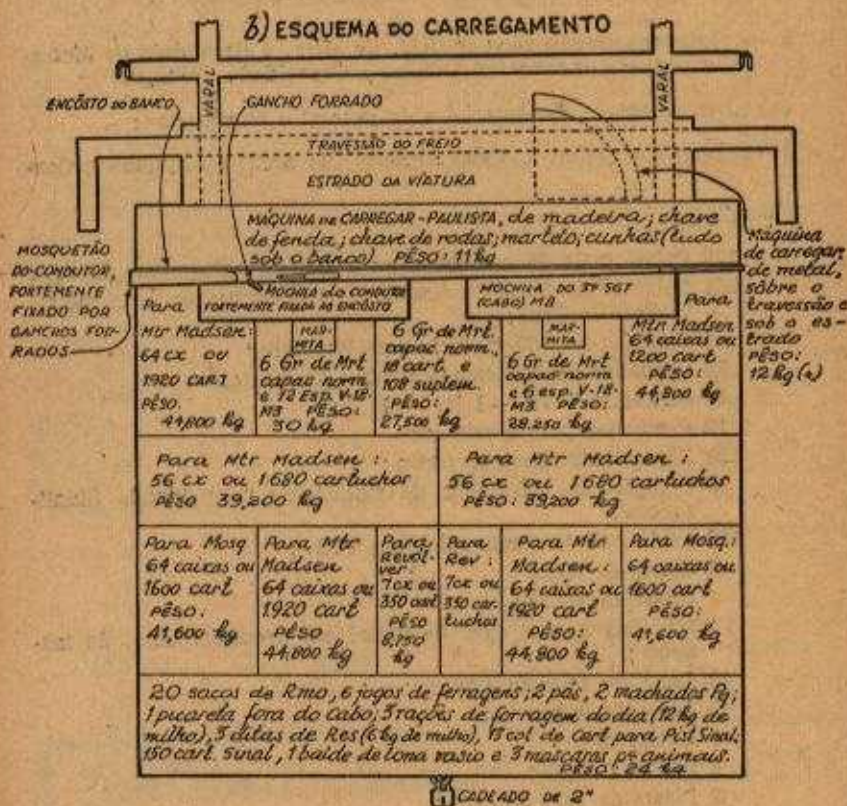
1 Martelo e cunhas;

1 Tôlido de lona v.o. com torniquete.

III — Observações :

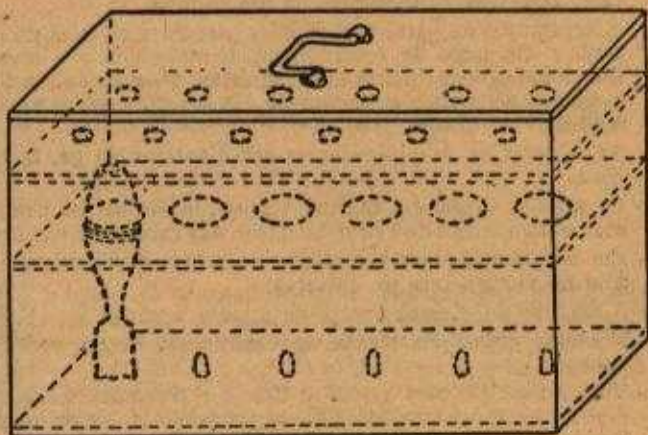
- (1) Quando o T.C. marcha reunido, nela vai o 1º Sgt. ;
- (2) No Esq. de Mtr. e Eng. é o 3º Sgt. Mat. Bélico ;
- (3) Carregamento da viatura, de acordo com o esquema abaixo ;
- (4) Pêso da viatura carregada : 430, 650 kg ;
- (5) Tabela de dotação em anexo.

(b) Esquema do carregamento



NOTA — Vide observação à página seguinte.

- (*) A máquina de carregar, no caso de ser de metal, deverá ser colocada conforme esquema, sob o estrado da boléia, apoiada no travessão do freio e fortemente presa a este por correias.

(a) *Esquema da caixa para transporte de munição de Morteiro.*

OBSERVAÇÕES

- 1 — As granadas serão dispostas dentro da caixa de munição conforme esquema acima.
- 2 — Na parte inferior da caixa, será disposta uma placa de madeira provida de pinos, a fim de servirem estes de suporte para as granadas. Estes pinos serão equidistantes, centrais e terão a altura e a espessura exatamente do tamanho do alveólo inferior do projétil, para darem a maior estabilidade possível à granada.
- 3 — Na parte superior da caixa, será colocada uma segunda placa de madeira, de largura e comprimento iguais aos da caixa, com seis orifícios afunilados, equidistantes, centrais, de modo a concorrerem para a manutenção das granadas de pé. Estes alveólos deverão ter uma dimensão tal que permitam a introdução na placa até a cinta de segurança das granadas somente.
- 4 — Sobre esta placa será disposta uma terceira (também de madeira e de comprimento e de largura iguais aos da caixa) com suportes laterais, de 0,10 m de altura, de modo a evitar choque com o material da anterior. Esta placa visa a acomodação das espoletas dos projéteis. Deverá ter 12 orifícios, de 0,015 m de diâmetro, em 2 fileiras laterais de 6, equidistantes, intervalados de 0,035 m e as fileiras distanciadas, uma da outra de 0,03 m. As espoletas deverão ser acomodadas e separadas cuidadosamente, com estopa, a fim de não sofrerem choques violentos.
- 5 — O manuseio deste material, principalmente granadas e suas espoletas, requer um treinamento especial.
- 6 — Os mosquetões dos homens da guarnição, não condutores, serão conduzidos a tiracolo.

(d) *Observações sobre o carregamento.*

- a — Os sacos de Remuniciamento destinam-se ao transporte da munição, a braço, quando se fizer necessário transportá-la fora da viatura. Estes sacos serão feitos pelas próprias unidades, com

lonas de barracas descarregadas. Deverão ter as dimensões de 400 x 400 x 500 mm e serão providos de um fecho "eclair". Cada saco tem a capacidade de um cunhete.

- b — A arrumação da parte posterior da viatura será feita do seguinte modo: Os sacos de remuniamento dobrados e o material de transmissões e cartuchos em uma caixa, à esquerda; a forragem a direita, separadas as rações do dia das de reserva e os demais materiais no centro.
- c — As caixetas de munição devem ser dispostas de pé, tampa para cima.
- d — Os espaços vazios das caixas de munição devem ser completados com estopa, a fim de evitar oscilação das caixetas e das granadas.
- e — Em hipótese alguma a munição de armas portáteis será conduzida na viatura fora de caixetas.
- f — A dotação de víveres consta de quadro à parte.
- g — Mochilas prêsas fixamente ao encôsto do banco, conforme esquema.
- h — Toda a munição com a qual se fizer o carregamento das viaturas, deverá, tanto quanto possível, ser consumida, na primeira oportunidade, pois quando descunhetada, ela fica mais exposta à ação do tempo inutilizando-se com mais facilidade.

(Continua)

NEVACO

COMÉRCIO E INDÚSTRIA

NEVA LTDA.

SÃO PAULO — LARGO PAISSANDÚ, 51-5º

Fones: 33-7685 — 35-2901 — 35-3020

RIO DE JANEIRO — AV. RIO BRANCO, 39-17º

Salas, 1704/5/6/8 — Fones: 23-1449 e 43-0031

DETERMINAÇÃO DOS ESPAÇOS MORTOS

Ten.-Cel. J. F. MOREIRA COUTO

Major MARINO FREIRE DANTAS



As áreas do terreno que uma peça em posição não pode bater, em virtude de acidentes topográficos interpostos, dizem-se *espaços mortos*, ou *espaços em ângulo morto*.

Chama-se *curva de alcance mínimo* de uma peça à linha que se obtém, na carta, unindo todos os pontos do terreno em sua zona de ação aquém dos quais ela não pode atirar da posição considerada.

O *espaço morto devido à massa* é a área compreendida entre a curva de alcance mínimo e a crista da massa ou máscara que desenfia a peça; *espaços mortos devidos a obstáculos* são áreas de expressão equivalente atrás de acidentes numa situação qualquer além da massa cobridora ou máscara.

A fim de delimitar os espaços mortos é necessário, pois, determinar previamente, na carta, os pontos de alcance mínimo segundo direções de tiro criteriosamente escolhidas.

ESPAÇO MORTO DEVIDO A MASSA.

1. Determinação dos pontos de alcance mínimo.

Decididas as direções de tiro convenientes, determina-se a elevação mínima correspondente a cada uma delas. Na escolha das direções, além das partes mais alta e mais baixa da massa, devem considerar-se também pontos em que a linha de crista apresente mudança de declive característica (fig. 1).

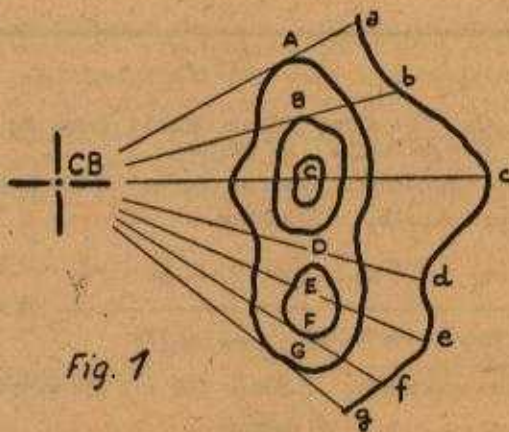


Fig. 1

Conhecida a elevação mínima relativa a determinada direção, resta determinar, no terreno que se estende além da massa, o ponto de incidência do projétil lançado segundo a trajetória que lhe corresponde.

a. Processo das tentativas.

(1) Pela cauda da trajetória.

Traçada a direção, marcar sobre ela, a partir da bateria, o alcance correspondente à elevação mínima; o ponto A_1 obtido tem, na trajetória, a cota h igual à da bateria, por ser o ponto de queda (fig. 2). Se a cota h_1 desse mesmo ponto no terreno, determinada na carta, for maior que a da bateria, a trajetória já encontrou, antes, o terreno; se for menor, o projétil ainda não incidiu no solo.

Procura-se, então, a projeção horizontal do ponto da trajetória que tem a mesma cota, h_1 , do ponto A_1 na carta; para isso determina-se a cauda da trajetória correspondente a essa diferença de nível $h - h_1$:

$$U = \frac{h - h_1}{\operatorname{tg} w};$$

obtem-se, assim, o valor de uma primeira correção, a ser feita a partir de A_1 no sentido conveniente. Compara-se a cota h_1 desse ponto da trajetória com a do ponto correspondente do terreno, A_2 , que terá, por exemplo, a cota h_2 . Nova correção é aplicada no sentido próprio. A operação é repetida até que venha a coincidir a cota da trajetória com a cota do terreno no mesmo ponto.

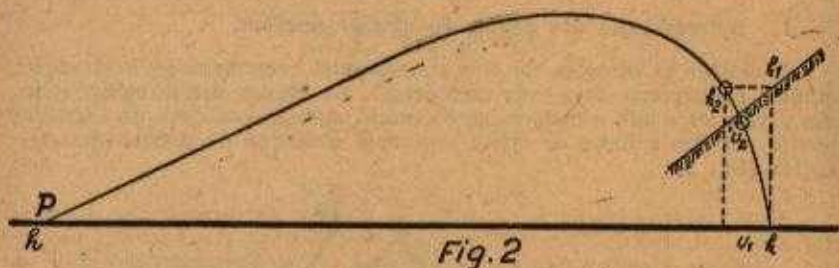


Fig. 2

Exemplo (fig. 3): Obus 105 mm M2A1; carga 5; elevação mínima: 111°; cota da bateria: 50 metros.

Alcance correspondente à elevação mínima: 2 000 metros.

Cota do ponto A_1 : $h_1 = 70$ metros.

$$U_1 = \frac{h - h_1}{\operatorname{tg} w} = \frac{50 - 70}{0.119} = \frac{20}{0.119} = -168 \text{ metros.}$$

Alcance para o ponto A_2 : $2\,000 - 168 = 1\,832$ metros.

Cota do ponto A_2 : $h_2 = 60$ metros.

$$U_2 = \frac{h_1 - h_2}{\operatorname{tg} w} = \frac{70 - 60}{0.119} = + \frac{10}{0.119} = + 84 \text{ metros.}$$

Alcance para o ponto A_3 : $1\ 832 + 84 = 1\ 916$ metros.

Cota do ponto A_3 : $h_3 = 65$ metros.

$$U_3 = \frac{h_2 - h_3}{\operatorname{tg} w} = \frac{60 - 65}{0.119} = - \frac{5}{0.119} = - 42 \text{ metros.}$$

Alcance para o ponto A_4 : $1\ 916 - 42 = 1\ 874$ metros.

Cota do ponto A_4 : $h_4 = 63$ metros.

$$U_4 = \frac{h_3 - h_4}{\operatorname{tg} w} = \frac{65 - 63}{0.119} = + \frac{2}{0.119} = + 17 \text{ metros.}$$

Alcance para o ponto A_5 : $1\ 874 + 17 = 1\ 891$ metros.

Cota do ponto A_5 : $h_5 = 63$ metros.

Coincidiram a cota da trajetória e a cota do terreno no mesmo ponto; a incidência dá-se, pois, a 1 891 metros da bateria.

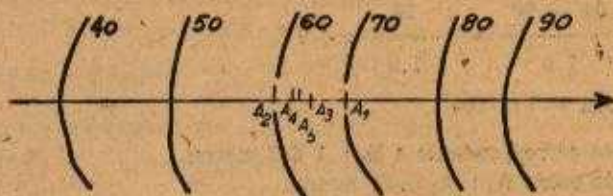


Fig. 3

(2) Pelo sítio.

Lançado, na direção a examinar, o alcance correspondente à trajetória mínima, determina-se o sítio, em relação à peça, do ponto A_1 do terreno assim obtido. Esse sítio terá um valor S_1 diferente de zero.

Verifica-se, então, qual o alcance correspondente à trajetória mínima no plano de sítio S_1 . Praticamente, bastará para isso subtrair da elevação mínima o valor de S_1 , e transportar para a carta o alcance correspondente ao ângulo resultante E_2 , que determina um novo ponto A_2 (fig. 4).



Fig. 4

Determinar em seguida o sítio S_2 do ponto A_2 obtido, deduzindo de E_2 , e local o novo ponto A_3 .

Prosseguir nas mesmas operações até que não haja discrepância entre dois sítios consecutivos.

Exemplo (fig. 5): Obus 105 mm M2A1; carga 5; elevação mínima: 111''; cota da bateria: 50 metros.

Alcance correspondente à elevação mínima: 2 000 metros.

Cota do ponto A_1 : $h_1 = 70$ metros.

$$S_1 = \frac{70 - 50}{2.0} = + \frac{20}{2.0} = + 10''$$

$$E_2 = 111 - 10 = 101''$$

Alcance correspondente a E_2 : 1 833 metros.

Cota do ponto A_2 : $h_2 = 60$ metros.

$$S_2 = \frac{60 - 50}{1.8} = + \frac{10}{1.8} = + 6''$$

$$E_3 = 111 - 6 = 105''$$

Alcance correspondente a E_3 : 1 900 metros.

Cota do ponto A_3 : $h_3 = 64$ metros.

$$S_3 = \frac{64 - 50}{1.9} = + \frac{14}{1.9} = + 7''$$

$$E_4 = 111 - 7 = 104''$$

Alcance correspondente a E_4 : 1 883 metros.

Cota do ponto A_4 : $h_4 = 63$ metros.

$$S_4 = \frac{63 - 50}{1.9} = + \frac{13}{1.9} = + 7''$$

O ponto de incidência pode, assim, ser atribuído à média das duas distâncias que produziram sítios iguais:

$$\frac{1\ 900 + 1\ 883}{2} = \frac{3\ 783}{2} = 1\ 891 \text{ metros.}$$

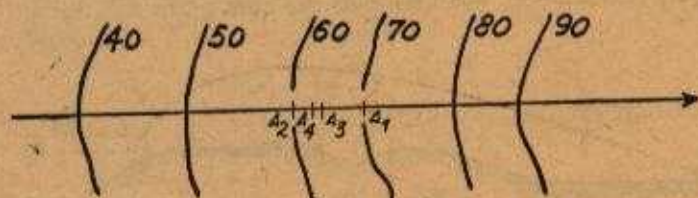


Fig. 5

(3) As duas modalidades do processo das tentativas não conduzem a resultado satisfatório quando, nas vizinhanças do ponto A_1 , o terreno se apresentar em aclave, com inclinação maior que o ângulo de queda da trajetória considerada. Os pontos A_2 , A_3 , etc., sucessivamente encontrados, afastam-se, nesse caso, cada vez mais de A_1 .

Exemplos: Obus 105 mm M2A1; carga 7; cota da bateria: 50 metros; elevação mínima: 54''; alcance correspondente à elevação mínima: 2 000 metros; ângulo de queda: 67''; inclinação do terreno nas vizinhanças de A_1 : 100''.

(a) Pelo sítio (fig. 6).

Cota de A_1 : $h_1 = 70$ metros.

$$S_1 = \frac{70 - 50}{2.0} = + \frac{20}{2.0} = + 10''$$

$$E_2 = 54 - 10 = 44''$$

Alcance correspondente a E_2 : 1 683 metros.

Cota de A_2 : $h_2 = 43$ metros.

$$S_2 = \frac{43 - 50}{1.7} = - \frac{7}{1.7} = - 4''$$

$$E_3 = 54 + 4 = 58''$$

Alcance correspondente a E_3 : 2 124 metros.

Cota de A_3 : $h_3 = 83$ metros.

$$S_3 = \frac{83 - 50}{2.1} = + \frac{33}{2.1} = + 16''$$

$$E_4 = 54 - 16 = 38''$$

Alcance correspondente a E_4 : 1 487 metros.

Os pontos encontrados se afastariam cada vez mais de A_1 , para um e outro lado.

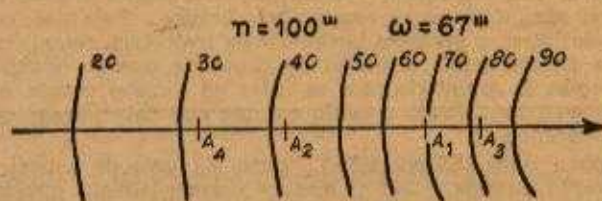


Fig. 6

(b) *Pela cauda da trajetória* (fig. 7).

Cota de A_1 : $h_1 = 70$ metros.

$$U_1 = \frac{h - h_1}{\operatorname{tg} w} = \frac{50 - 70}{0.067} = - \frac{20}{0.067} = - 300 \text{ metros.}$$

Alcance para A_2 : $2\ 000 - 300 = 1\ 700$ metros.

Cota de A_2 : $h_2 = 43$ metros.

$$U_2 = \frac{h_1 - h_2}{\operatorname{tg} w} = \frac{70 - 43}{0.067} = + \frac{27}{0.067} = + 403 \text{ metros.}$$

Alcance para A_3 : $1\ 700 + 403 = 2\ 103$ metros.

Cota de A_3 : $h_3 = 80$ metros.

$$U_3 = \frac{h_2 - h_3}{\operatorname{tg} w} = \frac{43 - 80}{0.067} = - \frac{37}{0.067} = - 552 \text{ metros.}$$

Os pontos encontrados se afastariam progressivamente de A_1 , para um lado e para outro.

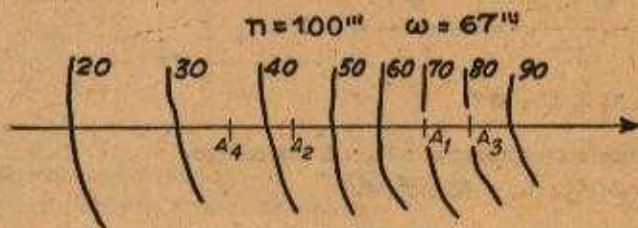


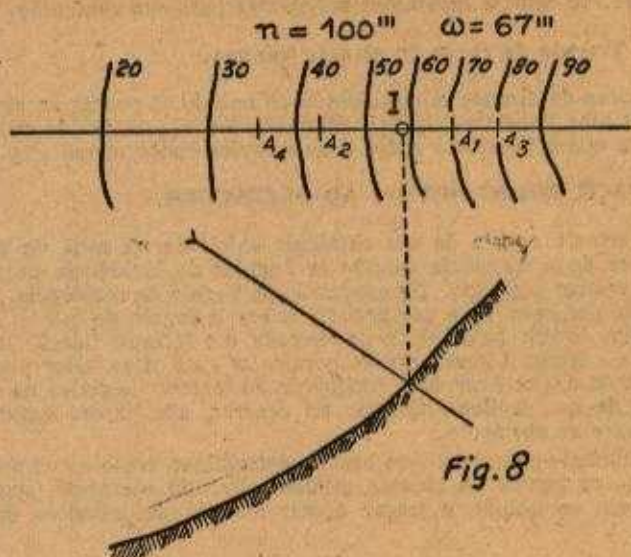
Fig. 7

Nesses casos impõe-se, para dar solução ao problema, levantar o perfil do terreno nas vizinhanças de A_1 e substituir nêle a trajetória por sua tangente no ponto de queda; torna-se, assim, fácil determinar graficamente o ponto de incidência (fig. 8).

b. Trajetórias cotadas.

O processo das trajetórias cotadas não está sujeito a essas restrições, por fornecer para o problema uma solução gráfica. Para isso, constrói-se, numa tira de papel, a projeção horizontal da trajetória, cotando-a algumas dezenas de metros acima e abaixo do ponto de queda; comparam-se a seguir as cotas da trajetória com as cotas do terreno aquém e além do ponto de queda, assinalando o ponto em que elas coincidirem, que será o ponto de incidência.

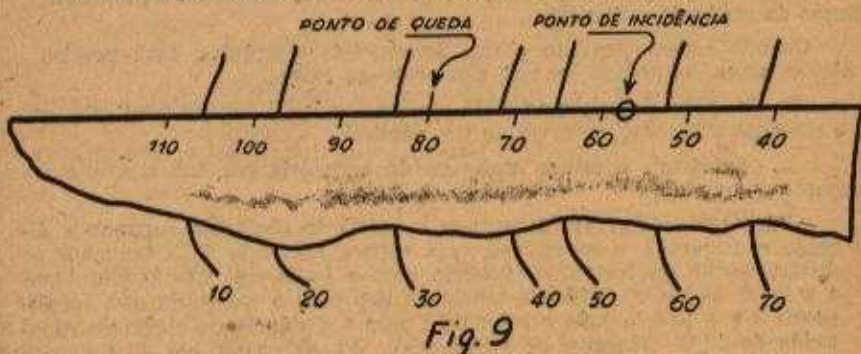
Exemplo: Obus 105 mm M2A1; carga 7; cota da bateria: 50 metros; elevação mínima: $54''$; alcance correspondente à elevação mínima: 2 000 metros; ângulo de queda: $67''$; cota do ponto A_1 : 73 metros.



Distância horizontal correspondente a 10 metros de diferença de nível entre dois pontos da trajetória :

$$U = \frac{10}{0.067} = 149 \text{ metros.}$$

Graduada a tira de papel em dezenas de metros convertidas à escala utilizada, e postos em coincidência, sobre a carta, os pontos de queda, assinala-se, por comparação, o ponto de incidência (fig. 9).



c. Gráfico das trajetórias cotadas.

O gráfico das trajetórias cotadas pode ser utilizado para qualquer material, projétil, ou carga, pois tem como argumento ângulo de queda. Construído na escala da carta que se vai utilizar, permite cotar a cauda da trajetória, e determinar, assim, o ponto de incidência.

A fig. 10 contém indicações suficientes para sua confecção.

2. Traçado da curva de alcance mínimo.

A curva de alcance mínimo obtém-se unindo os pontos de alcance mínimo por uma linha traçada ao sentimento, tomada na devida conta a aparença da massa cobridora entre duas direções consecutivas (fig. 1).

ESPAÇO MORTO DEVIDO AO OBSTÁCULO.

A vertente oposta de um obstáculo existente na zona de ação será batida por dada trajetória quando os ângulos de incidência nessa região tiverem valores positivos. Na expressão do ângulo de incidência, $I = C - S + n$, podemos, para uso prático, tomar o ângulo de queda, existente nas tabelas de tiro, pelo ângulo de chegada, e a fórmula ficará: $I = w - S + n$. Nesta, I será positivo quando $w - S$ tiver valor positivo superior ao de n , que exprime a inclinação do terreno, negativa no caso, por tratar-se de um declive. Quando tal ocorrer, não haverá espaço morto conseqüente ao obstáculo.

Na hipótese contrária, será preciso determinar, como no caso da massa cobridora, os pontos de alcance mínimo além do obstáculo, segundo direções bem escolhidas, e traçar depois a linha delimitadora do espaço morto.

Dois processos podem ser empregados na determinação dos pontos de alcance mínimo além do obstáculo:

1. Raciocinar para o obstáculo como se ele fôsse massa cobridora, determinando, por qualquer dos processos atrás descritos, o ponto de alcance mínimo para a trajetória que o ultrapasse seguramente sob quaisquer condições meteorológicas.

Quando a crista a ultrapassar estiver ocupada por tropa amiga, levar em conta, no cálculo do sítio para o obstáculo, a altura de árvores ou edificações que nela porventura existam, e erguer ainda a trajetória, principalmente para os obstáculos mais afastados, 5 metros acima da crista no tiro mergulhante, tendo em vista compensar erros possíveis na determinação da distância e do sítio.

Quando estiver previsto o uso de espoleta eletrônica, será preciso adotar, ainda, as precauções que seu emprêgo exige.

No tiro além de crista ocupada em zona amiga é sempre prudente, se o material o permite, recorrer ao tiro vertical.

2. Substituir o último elemento da trajetória por sua tangente no ponto de queda.

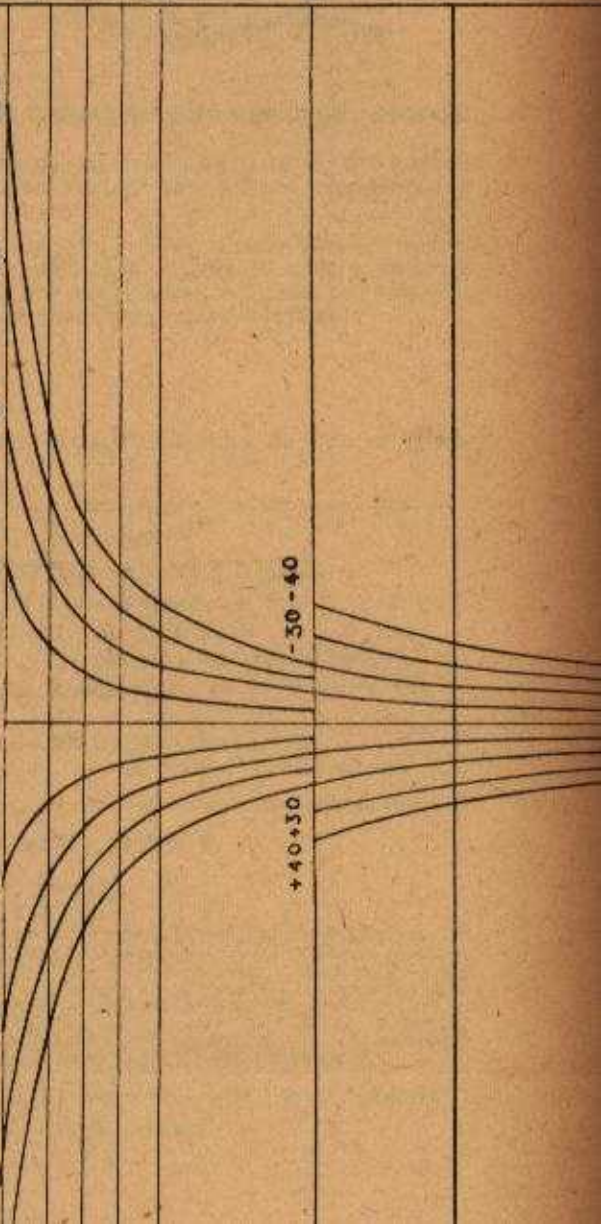
Para tanto (fig. 11) levanta-se o perfil do obstáculo segundo a direção considerada, e constrói-se, com vértice no ponto V, a tangente ao último trecho da trajetória, fazendo com a horizontal um ângulo igual a $w - S$, sendo w obtido na tabela de tiro para a trajetória que corresponde a $t + s$, e tomado o valor de t para a distância do obstáculo diminuída de 12 % (margem de segurança). Faz-se passar por A, tangente ao obstáculo, uma paralela à reta assim determinada, que irá encontrar o terreno no ponto de incidência correspondente à trajetória mínima.

Introduz-se, assim, um fator adicional de segurança na determinação do ponto de incidência, pois a utilização da trajetória correspondente a uma distância 12 % menor que a verdadeira distância do obstáculo conduz, na tabela de tiro, a um ângulo de queda inferior ao real, e a determinar, portanto, um ponto de incidência mais afastado da crista.

GRÁFICO DAS TANGENTES COTADAS

ESCALA 1:25 000

+15 +10 +5 -5 -10 -15 -20



ω

$10/\text{tg } \omega$

$10''$

1020 m

$50''$

204 m

$100''$

102 m

67 m

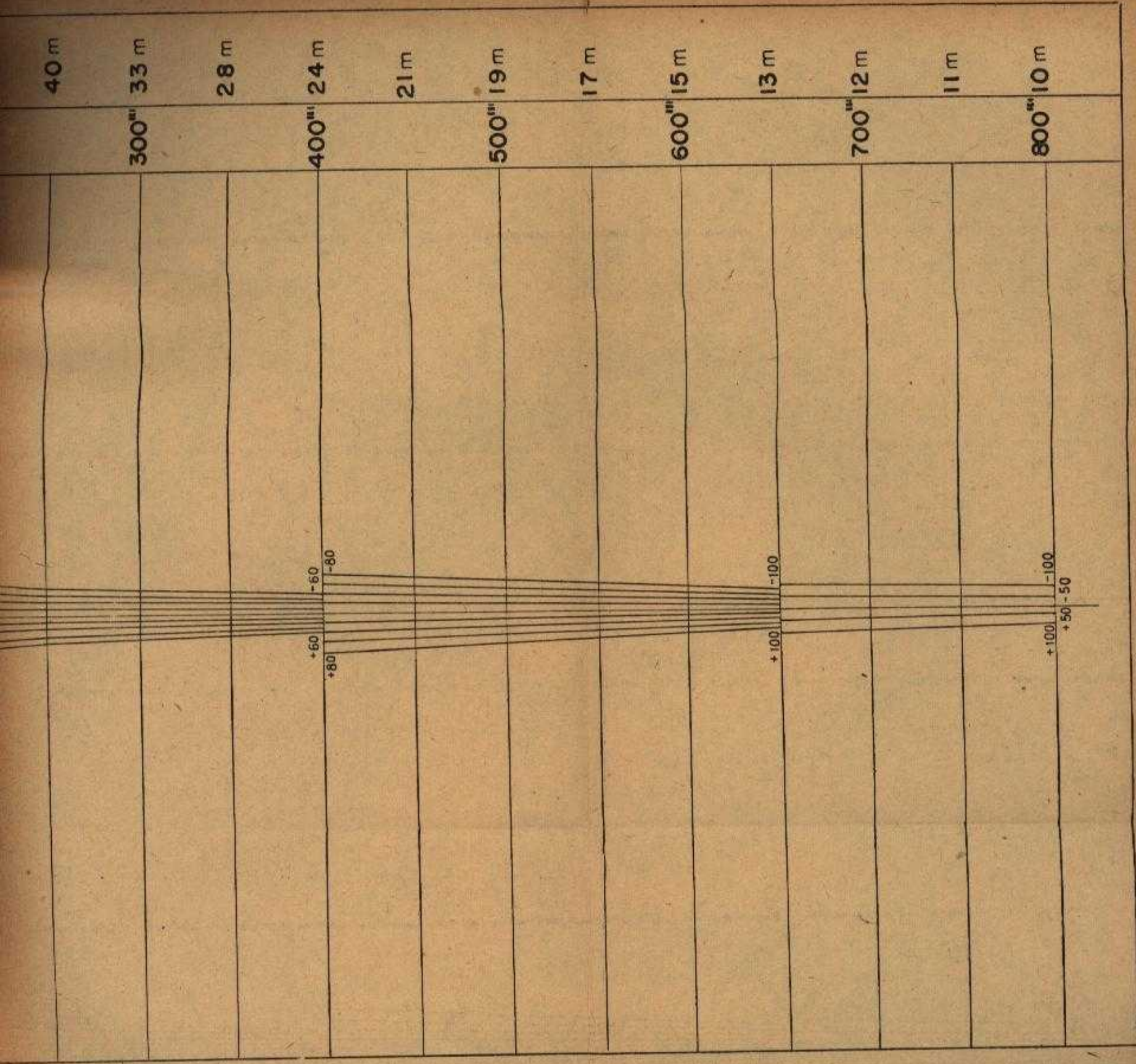
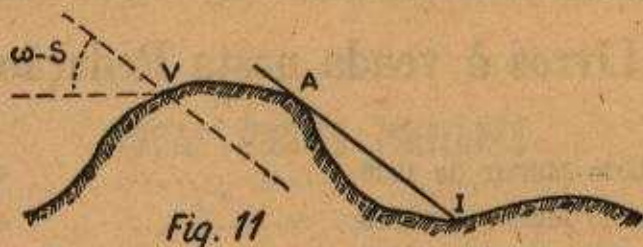


Figura 10



O TIRO VERTICAL E A ELIMINAÇÃO DOS ESPAÇOS MORTOS.

A idéia, geralmente aceita, de que os materiais capazes do tiro vertical eliminam praticamente os espaços mortos, nem sempre corresponde à verdade.

No obus 105 mm M2A1, por exemplo, o menor alcance possível no tiro vertical é de 2.600 metros; alvos da zona de ação situados a distância menor terão de ser batidos pelo tiro mergulhante, exigindo, portanto, um estudo cuidadoso das restrições impostas pela massa cobridora.

REFERÊNCIAS :

FM 6 — 40, Jan 50.

Escola das Armas, Curso de Artilharia, Técnica de Tiro, 2º fascículo, 1941.

"EM DEUS CONFIAMOS"

DEPARTAMENTO DE LOJAS UNIDAS

"DE TUDO PARA TODOS"

ZAKI HELAL & FILHOS

Vendas por Atacado — Matriz: Av. J. Monteiro n. 80 (Edifício Tabajara)

Vendas a Varejo — Filiais: Av. J. Monteiro n. 47 e Av. J. Monteiro n. 181

E

No Pan-Americano mais UM GRANDE MAGAZINE

Caixa Postal, n. 252 — VITÓRIA — E. E. SANTO — Telefone, 106

CASA GUARANY

G. V. Dias

MOTORES ELÉTRICOS "ARNO" — DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS

Rádios — Radiolas — Discos — Toca Discos — Amplificadores — Válvulas — Acessórios para Rádios em geral — Fogões a Gás — Enceradeiras — Máquinas de Costura — Refrigeradores — Sorvetelras — Dinamos — Alternadores — Conjuntos para Iluminação — Motores a Óleo e Gasolina — Máquinas para Serrar — Bileteiras — Acordeons — Planos — Material Fotográfico — Acessórios para Autos — Material e Aparelhos Elétricos em Geral — Projetores Cinematográficos — Laboratório Fotográfico — Máquina Elétrica de Lavar Roupa "PRIMA"

AV. CAPICHABA, 255-265 — Caixa Postal, 343 — Tel.: 2986 — Teleg. "DIASMAQ"

VITÓRIA — E. E. SANTO

NOVAS PONTES MILITARES

Cel. Eng. HERBERT MILWIT (U.S.A.)

Traduzido da "The Military Engineer" (E.E.U.U.)
pelo Ten.-Cel. CASAS, da Revista "Exército"
(Espanha) de agosto de 1934 e, desta data
venia, pelo Ten.-Cel. FLORIANO MÖLLER.



APRESENTAMOS aqui algumas informações sobre os novos tipos de pontes (sobre suportes fixos e flutuantes), projetados para permitirem a passagem do material mais pesado dos Escalões Divisão e Exército. O novo material de pontagem do Exército Americano é o seguinte: — dois tipos de ponte de carris conjugados, para transposição de brechas; a T-6, ponte divisionária sem suportes intermediários; a T-5, ponte divisionária sobre botes pneumáticos e uma passarela de alumínio, todos em fase final de experimentação e aperfeiçoamento. Além disso, encontram-se em período probatório, uma ponte pesada semi-permanente para rodovia e um novo tipo de ponte para ferrovia.

Para atender às necessidades de deslocamento rápido e assegurar a passagem de cargas impostas pelo material, cada vez mais volumoso e pesado, os novos tipos de pontes têm que ser de maior largura, de maior capacidade de carga e de construção mais fácil e mais rápida. Esses estudos estão a cargo do Laboratório de Engenharia de Fort Belvoir.

Pontes de carris para pequenas brechas — Sempre tem sido problema difícil, transpor brechas nas proximidades do inimigo, tais como canais, sangas, valas, fossos, armadilhas para carros e outros obstáculos análogos, cuja presença retarda o avanço das tropas. Para

resolver esse problema foram ideados dois tipos de pontes de carris que podem ser lançados em poucos minutos, sem que o pessoal encarregado de realizar a operação tenha necessidade de se expor ao fogo do adversário. Trata-se da "ponte sobre rodas" manobrada por um carro de combate comum, e da "ponte-tesoura" transportada e lançada por um carro especial, desprovido de torre. Esses dois tipos estão em experiência em Fort Belvoir.

A *ponte sobre rodas* é constituída por dois carris de aço interligados de 14 metros de comprimento, destinada a vencer pequenas brechas e que permite a passagem de cargas até 60 toneladas. Pode ser lançada por um carro M-46, M-47 ou M-48, ao qual vai ligada (figs. 1 e 2) e se desprende do mesmo, manobrando do interior do próprio carro. Este pode ser empregado a seguir em sua missão peculiar de combate. A fig. 3 mostra o sistema de transporte "qualquer terreno", feito por uma viatura comum.

A "ponte-tesoura" constituída por dois meio-carris conjugados e que giram em torno de um eixo, é fabricada com uma liga de alumínio muito resistente; pode transportar brechas de até 19 metros e suportar a passagem dos carros mais pesados. Está sendo previsto um outro tipo de carril, menor, mas análogo a esse.

O mecanismo de lançamento, consiste em um dispositivo hidráulico, uma haste, um engate (a que se ligam os carris) e um apoio,



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3

que se adapta sobre o teto plano de um carro de combate, de que se superprimiu a torre.

A "ponte" é transportada dobrada sobre o carro (fig. 4) que, ao chegar ao local de lançamento se detém a uns dois metros da borda da brecha a transpor. Pôsto em funcionamento o dispositivo hidráulico, a ponte se eleva e gira até vir apoiar-se sobre o terreno, em posição vertical, continuando dobrada (fig. 5); a seguir, abrem-se os meios-carris, baixando gradativamente até alcançarem a borda superior da brecha (fig. 6). Durante toda a manobra, a energia é proporcionada pelo próprio carro, que, no decorrer da mesma, também atua como contra-pêso. Uma vez lançada a ponte, o carro se desengancha desta, por meio de

comandos situados no interior da viatura.

Normalmente a ponte é armada e colocada sobre o carro (operação que se faz em hora e meia) na retaguarda, ficando assim em condições de se deslocar para o local de emprego, o que se pode executar sem dificuldade, numa área qualquer. O lançamento dos carris dura uns dois minutos e o seu recolhimento, cerca de dez minutos.

Ponte divisória T-6. Esta ponte, de alumínio, foi projetada para permitir a passagem das cargas divisórias sobre vãos variáveis entre limites amplos e é o fruto de cinco anos de intensos trabalhos e estudos no Laboratório de Fort Belvoir.

A equipagem de pontes T-6 é transportada em viaturas e, acon-

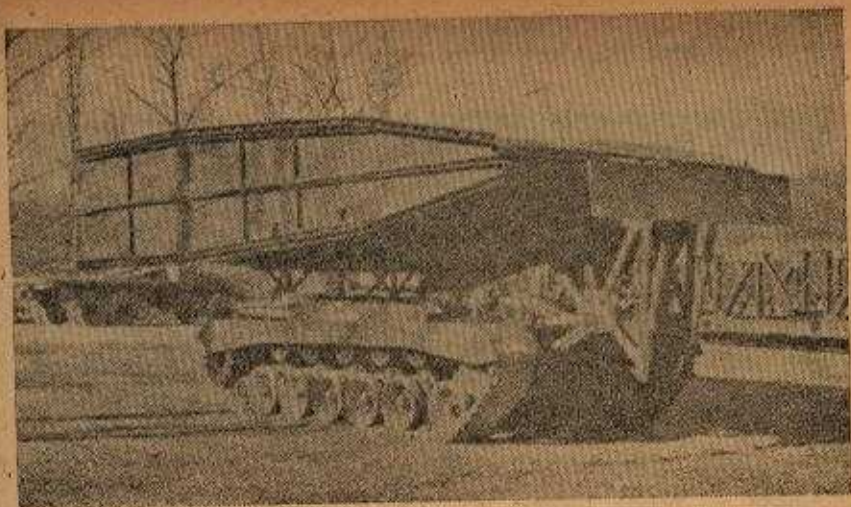


Fig. 4



Fig. 5

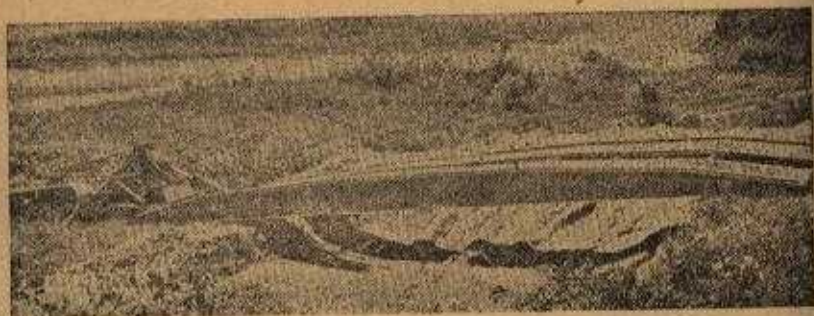


Fig. 6

dicionada em fardos, poderia ser jogada em pára-quedas, se bem que, de momento, a necessidade de tal operação pareça remota.

Esta ponte foi projetada para ser armada mecânicamente, mas também o pode ser a braço. Em virtude do menor número de elementos constitutivos a ligar entre si, e de seu manuseio bem mais simples, a "T-6" é lançada com muito mais rapidez do que a ponte "Bailey". Assim, por exemplo, 24 metros lineares da ponte T-6 podem ser lançados a mão, aproximadamente em um terço do tempo do que exige a mesma extensão de "Bailey" (fig. 7). Uma das razões de vantagem tão considerável, é o peso da ponte de alumínio corresponder apenas a 60% do tipo análogo, de aço, além da simplicidade de manuseio e de lançamento.

O peso do maior elemento constitutivo da ponte T-6 é o panel da

viga principal, que corresponde à metade do painel de aço da "Bailey". A T-6 é montada, conectando-se os painéis entre si, em cuja base são apoiadas as travessas e, sobre estas, quatro painéis de taboleiro. Além da facilidade de lançamento, a T-6 tem uma capacidade de carga 50% superior à das estruturas utilizadas na 2ª Grande Guerra, sendo isso devido à sua constituição especial e à resistência da liga empregada.

Estas equipagens de pontes também podem ser fabricadas em aço, mantendo mais ou menos a mesma facilidade de lançamento, se bem que resulte bastante mais pesada para cargas e vãos idênticos.

Uma característica revolucionária da "T-6" é a facilidade com que se adapta à passagem, tanto das cargas divisionárias como às de Exército. Para estas, os elementos da viga principal são os

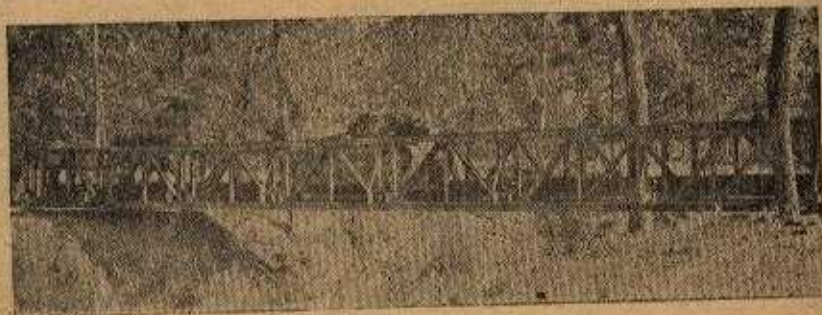


Fig. 7

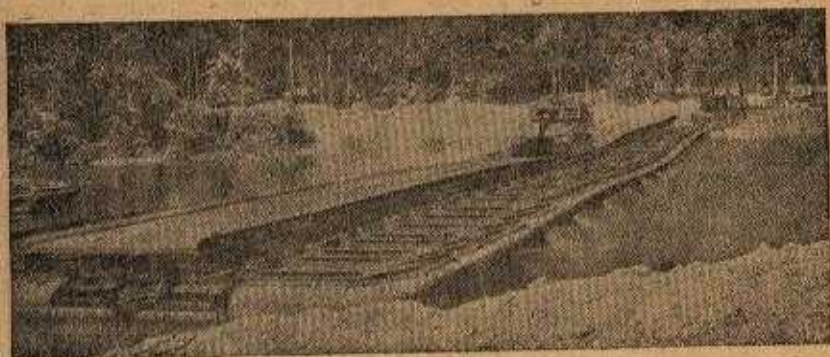


Fig. 8



Fig. 9

mesmos, variando apenas o número de travessas e dos painéis de taboleiro. A ponte resultante tem uma via mais larga e, com as modificações, para torná-la capaz de atender às maiores cargas do Exército, recebeu a denominação de "T-7".

Ponte divisionária, sobre suportes flutuantes, T-5. Este tipo de ponte para cargas divisionárias continua utilizando botes pneumáticos que são apropriados para rios de margens de natureza diversa; sua utilização não exige uma determinada profundidade mínima

de água, pois que, mesmo calando até o leito do curso d'água, os botes pneumáticos não sofrem deterioração. Os flutuantes do "T-5" são leves, de fácil manuseio, e, para seu transporte, uma vez vazios, ocupam pouco espaço. São constituídos por um tecido de nylon revestido de neoprene (*) e se compõem de uma série de compartimentos que mantêm a flutuação, mesmo submetidos ao fogo de artilharia. (fig. 8). Esta ponte, com suas partes constitutivas mais pesadas e com seus botes, maiores que os da ponte de carris da

(*) Neoprene — primeiro tipo de borracha sintética, obtido com sucesso comercial, por Du Pont em 1931 (N.R.).

2ª Grande Guerra, supera a capacidade de carga desta.

A ponte sobre suportes flutuantes para o Exército, será análoga ao da divisionária, no tocante à superestrutura sistema de ancoragem e encontros, porém os seus pontões serão rígidos: — de material plástico ou alumínio.

Passadeira — A nova passadeira de alumínio é muito mais estável

nos rios de forte correnteza, do que a passadeira modelo 1938, a que vem substituir. Permite a passagem de elementos de infantaria, a pé, completamente equipados, em acelerado (fig. 9). O pouco peso de seus elementos constitutivos e a simplicidade com que foi concebida, permitem o seu lançamento com mais rapidez do que o da antiga passadeira.

G. GIESTAS & IRMÃOS LTDA.

COMERCIANTES

Fazendas, Armário, Chapéus, Calçados, Ferragens e outros Artigos

Revendedores autorizados de: Produtos Castrol e Rádios Philips

COMPRADORES DE CAFÉ E CEREJAS

CORRESPONDENTES DO BANCO DO BRASIL S/A E BANCO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINAS GERAIS S/A

Endereço Telegráfico: "GIESTAS"

FILIAL: Av. Presidente Florentino Avô, 321 — VITÓRIA — E.E. SANTO

MATRIZ: AVENIDA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 2

AFONSO CLAUDIO — ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROBLEMAS DO BRASIL

DO

Coronel ADALARDO FIALHO

(Prêmio "Carlos de Laet" da Academia Brasileira de Letras)

2ª Edição

● Encontram-se à venda, na Redação desta Revista e na Secção de Venda de Livros e Manuais Militares do Ministério da Guerra, os últimos exemplares desta limitada edição.

● Trata-se de uma coletânea de assuntos de cultura geral, focalizando problemas palpitantes e de interesse permanente do Brasil.

● Incluído na bibliografia do Concurso para a Escola de Estado-Maior.

PREÇO: CR\$ 30,00

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra

Rio de Janeiro

FICHAS DE INSTRUÇÃO

Cap. CARLOS ANTONIO FIGUEIREDO

Ficha n. 3 — 48 (Formação — IBM)

Assunto: CAMUFLAGEM.

Título: Material de camuflagem individual — Processos.

Referência: PP 21-1 (3ª Parte) — Ass. 48 — Sess.

Tempo: 1 hora.

Fontes: C-5-20 — FM 5-20 A — Fichas diversas.

Meios: Um uniforme camuflado — Uma rede de capacete — Um pano pintado, para capacete — Elástico — Folhagem — Uma tira de lona pintada de cor escura — Barro — Uma rólha queimada, ou pó de carvão — Dois capacetes suplementares — Um cipó — Barbante, óculos e relógio — Dois soldados auxiliares.

Introdução (2 min):

Na sessão anterior, aprendemos as regras gerais da camuflagem. Já hoje nós iremos aprender como devemos proceder à nossa *camuflagem individual*: qual o material necessário, como agir, etc.

Desejo lembrar a vocês que, em certas situações, o soldado recebe um uniforme apropriado a determinado terreno; assim, para combate onde haja neve, há uniformes brancos, inteiramente brancos, os quais por si sós já são camuflados.

Normalmente, porém, nosso combate é feito com esse mesmo uniforme que vestimos, e é a maneira de disfarçá-lo que teremos de aprender.

Apresentação e demonstração (38 min):

Aqui está um soldado que, escalado para uma missão — uma patrulha, por exemplo — precisa fazer a sua *camuflagem individual*. Quais são os cuidados que deverá ter?

(Um soldado auxiliar, uniformizado, armado e com equipamento normal se apresenta; retira, inicialmente, os óculos que "usa"; vira o vidro do relógio para o lado da pele, depois de cobrir a pulseira metálica; toma um pouco do barro e cobre o sabre; retira do bolso uma bússola e a envolve em trapos, assim como um garfo-colher, um caneco, etc. Cobre com o barro uma parte do cantil, cuja capa se apresenta rasgada.

Tudo isso é feito pausadamente, bem à vista dos instruídos.)

Muito bem. Inicialmente, ele tratou de retirar ou cobrir tudo que oferece brilho, ao sol; os objetos metálicos, que produzem ruídos — isso é fundamental à noite — foram enrolados em panos. Tudo que for desnecessário foi retirado, para ficar à retaguarda.

Chamo a atenção de vocês para os seguintes detalhes: em certas ocasiões, conforme a missão — uma patrulha, por exemplo — devemos evitar ao máximo qualquer ruído; e evitar ruído é empregar a camuflagem, pois estamos procurando passar despercebidos ao inimigo. Para evitar esses ruídos, então substitui-se a roupa de brim por uma de lã, que quando roça

um espinho, um arame, etc., faz menos barulho. (Se houver esse material, o instrutor mostra a diferença de som, provando que a lâ produz ruído mais abafado). O próprio capacete é substituído por um gorro de lã. Vocês podem perfeitamente imaginar o barulho que faz um galho de mato, batendo com força num capacete de aço, num local silencioso.

Mas vamos continuar a ver o nosso soldado.

(O auxiliar vestiu o uniforme camuflado, enquanto o instrutor fazia a exposição, e se apresenta já com ele.)

Aqui está um uniforme camuflado. Notem a pintura: é irregular, em forma de manchas, de tonalidade escura: marrom, preto, cinza, verde, etc. Nada de amarelo, branco, azul, e outras cores parecidas, e pouco encontradas no campo.

(O auxiliar coloca, no capacete, uma rede, camuflando em seguida o capacete com vegetação.)

Ele está empregando agora a rede de camuflagem. As redes têm um grande emprego nos trabalhos de camuflagem: servem para capacetes, para cobrir armas — FMH, metralhadoras, canhões, etc. — para esconder viaturas, etc. Para evitar a sombra produzida por uma rede, nós colocamos tiras de lona ou pano, pintadas (esse material já existe pronto) trançadas ou amarradas na rede. Nenhuma fotografia acusa a existência da rede, e a olho nu ela também fica disfarçada.

Além disso, esse material tem, sobre a vegetação, uma vantagem: não precisa ser substituído. Estas folhas que vemos no capacete, daqui a algumas horas, estarão completamente murchas. Quando o sol está muito quente, devemos mudar a folhagem cada duas horas.

Observem agora mais um detalhe: o soldado disfarçou seu capacete com uma só qualidade de mato: não misturou capim com folhas, nem musgo com ramos. Aqui estão dois capacetes mal camuflados; vocês vão me dizer

quais são os erros de camuflagem que notam nêles.

(Designa os que deverão apontar as falhas de dois capacetes: um, com excesso de folhagem, e folhas já murchas; outro, com mistura de vegetação.)

Bem, até agora o nosso soldado não cometeu nenhum desses erros. Vem agora a parte final de seu trabalho de disfarce.

(O auxiliar pede a outro soldado, também auxiliar, que lhe pinte o rosto, as mãos, a nuca, pescoço, etc., com o pó de carvão; em seguida faz o disfarce do fuzil.)

E pronto: aqui está o nosso homem, transformado num verdadeiro camaleão, pronto para se confundir com o terreno e em condições de cumprir a missão recebida.

A pintura foi feita por um companheiro, que substitui o espelho com grande vantagem. Observem bem como foi feito o disfarce do rosto: traços largos, e não cobrindo inteiramente o rosto de preto. Se, porém, o disfarce fosse feito para operações noturnas, o rosto deveria ser *totalmente pintado de preto*. Essa é a vantagem que levam os "morenos", que só têm de pintar os dentes e o branco dos olhos: como ali o nosso amigo Claudionor...

Procurem andar sempre com uma rolha queimada no bernal, pois constantemente estarão fazendo a camuflagem do rosto e das mãos com ela; vejam: (Mostra como a rolha substitui o carvão em pó).

Observem agora o fuzil: foi enrolado nessa tira, mas de maneira a não impedir nem a pontaria — alça e massa de mira fora do pano — nem o funcionamento — ferrolho e gatilho livres.

Bem, o nosso soldado completou sua maquiagem, e poderá iniciar a missão recebida. Mas antes disso, ele vai nos mostrar o que faria para disfarçar o capacete, no caso de perder a rede, ou se não a tivesse.

(O auxiliar retira do bernal um pano pintado, e cobre outro capacete, mostrando como se faz a operação.)

Muito bem. Mas, vamos imaginar que você não tivesse levado esse pano, que faria?...

(O auxiliar coloca no capacete uma tira de elástico, ajeitando a folhagem pelo mesmo.)

Está certo. Mas eu estou mesmo contra você hoje. Faz de conta que você perdeu o elástico. Como vai fazer agora?...

(O auxiliar retira um barbante e um cipó do bolso, e diz: "Se eu tivesse esse barbante, faria com ele o que fiz com o elástico; mas se o senhor não me deixar nem esse barbante, o jeito é eu "me virar" e "quebrar o galho" com este cipó mesmo...".)

Muito bem! Há algum outro meio de camuflar o capacete?... (Espera as respostas). Há: pintar o próprio capacete, como este aqui. (Mostra outro capacete, pintado).

Pronto. O soldado mostrou que sabe se despertar no caso de perder a rede. Pode sair. Acredito que cumprirá a missão.

(O auxiliar sai.)

E nós vamos recordar o que ele fez: retirou os óculos, escondeu o vidro do relógio, cobriu o metal da pulseira, enrolou tudo que pudesse fazer barulho, cobriu de barro o sabre e um pedaço do cinto, vestiu o uniforme camuflado, disfarçou o capacete, pintou o rosto, as mãos, pescoço, nuca e finalmente tratou de camuflar a sua arma.

Cada um de vocês deverá trazer, na próxima sessão, material para fazer a camuflagem individual; vocês receberão o uniforme camuflado e a rede. O resto já deverão ter trazido — e é bom que ande sempre no boral esse material.

Antes de fazer a verificação, desejo que em todos os nossos exercícios de campo iremos fazer a nossa camuflagem individual.

Verificação (10 min):

(Cinco soldados são escalados para fazer a camuflagem de: dois capacetes — um fuzil — rosto, nuca, mãos e pescoço, com o material existente.)

Crítica:

Feita simultaneamente com a verificação, salientando os erros para toda a turma.

Ficha n. 4 — 48 (Formação IBM)

Assunto: CAMUFLAGEM.

Título: Prática da camuflagem individual — Camuflagem de posições.

Referência: PP 21-1 (3ª parte) — Ass. 48 — Sess. 4.

Tempo: 1 hora.

Fontes: C-5-20 — FM 5-20-A — Fichas diversas.

Meios: Material individual de camuflagem (Rede, uniforme, faixa para o fuzil, pó de carvão, etc.) — Dois abrigos individuais — Duas posições para FMH — Duas viaturas — Latas, objetos metálicos, ferramentas, jornais, etc.

Introdução (3 min):

Hoje, ao contrário das outras sessões que temos visto, o instrutor não vai falar muito. Vocês é que irão agir, e eu apenas irei verificar a ação de vocês. Vamos, inicialmente, praticar como se faz a camuflagem individual; para isso, cada um vai empregar o material que trouxe, e que já viu como deve utilizar.

Depois, então, iremos percorrer uma zona onde se encontram, aos pares, duas coisas camufladas: uma com erros, e a outra certa.

Começemos então. Vocês dispõem de 12 minutos para executar, com o que trouxeram e o que exista aqui neste local, a sua camuflagem individual.

Aplicação (12 min):

(Durante essa fase da sessão, o instrutor e seus auxiliares apenas se limitam a observar os instrumentos, anotando os seguintes elementos, quer nos mais destacados, quer nos mais retardados: desembaraço — iniciativa — engenhosidade — capacidade de improvisação — atividade — interesse — conhecimento do assunto.

Nenhuma ajuda deve ser dada aos instruendos.)

Verificação (15 min):

(Um por um, o instrutor e seus auxiliares examinam os instruendos, relacionando-os de maneira geral com um conceito: Muito Bom — Bom — Regular — Fraco, conforme o conjunto da camuflagem feita.

Finda essa verificação, o instrutor deverá apresentar e comentar os que estiverem melhor e pior, assim como os casos originais.

Pontos a observar: camuflagem do capote — do rosto — mãos — pescoço e nuca — uniforme — equipamento — metais — partes metálicas ou vidros — armamento — medidas suplementares.)

Crítica: Simultânea com a verificação.

Apresentação (20 min):

Vamos agora passar à segunda parte de nossa instrução. Iremos percorrer, numa área, como eu já disse, sempre dois a dois, exemplos de camuflagem correta e com erros. Vocês é que irão apontando os erros existentes.

(A turma percorre uma área onde se encontram: duas posições de FMH, uma bem camuflada e outra com falhas: folhagem murcha, seca, mal colocada, mal enquadrada no tipo de vegetação existente, terra retirada e à mostra, trilhas na vegetação, partes brilhantes, etc.

Noutro local encontram-se, em condições semelhantes, duas viaturas.

Noutro, encontram-se materiais diversos (jornais, cartas, ferrameas, latas), expostos à vista, enquanto perto existe o mesmo material enterrado, queimado ou destruído, que o instrutor descobre para mostrar.

Por meio de perguntas, o instrutor vai mostrando os erros, salientando a conduta a manter — apontar o tipo "certo" — bem como fazendo comentários oportunos: situação do sol no local, tipo de vegetação existente, material empregado na camuflagem, etc.)

Verificação e crítica:

Simultâneas com a apresentação dos modelos.

Resumo:

Desnecessário.

Ficha n. 5 — 48 (Formação — IBM)

Assunto: CAMUFLAGEM.

Título: Camuflagem dos estacionamentos.

Referência: PP 21-1 (3ª parte)

— Ass. 48 — Sess. 5.

Tempo: 1 hora.

Fontes: C-5-20 — FM 5-20-A — Fichas diversas.

Meios: Uma área de acampamento — Dez soldados auxiliares, num local de bivaque — Material necessário à camuflagem da área de acampamento e de bivaque.

Introdução (1 min):

Já vimos quase tudo que um soldado precisa saber a respeito de camuflagem, individual e no campo. Hoje iremos aprender a executar a camuflagem num acampamento e numa área de bivaque. Como na última sessão vamos ver sempre dois modelos: um certo e outro com erros, os quais vocês irão apontando.

Apresentação (44 min):

(Os instruendos percorrem uma área de acampamento, onde notam, sempre aos pares — uma bem camuflada e outra com falhas — o seguinte:

- a) Duas barracas de praças;
- b) Duas barracas de 10 praças ou de oficiais;
- c) Latrinas e mictórios;
- d) Duas viaturas;
- e) Material depositado;
- f) Cozinha, banheiro e demais instalações de um acampamento.

Os erros, propositalmente cometidos, deverão variar de um modelo para outro: exposição ao sol, falta

de cobertura contra vistas aéreas, vegetação mal colocada, sombra projetada, etc.

A medida que vai apresentando os "modelos", o instrutor, por meio de perguntas, constata o aproveitamento e o raciocínio dos instruídos, fazendo com que "julguem" o que estão vendo.

Depois, a turma passa a uma área onde se encontram, bivacados, 10 soldados, sempre um certo e outro errado :

- a) Dois vigias (sombra, fundo, local, etc.) ;
- b) Dois soldados de folga (movimento, roupa branca, etc.) ;
- c) Dois preparando um girau (corte de folhagem das proximidades, vegetação muito pisada, etc.) ;
- d) Dois preparando abrigos (terra não disfarçada, modificação do aspecto do terreno, etc.) ;
- e) Dois instalando FMH (preparação do campo de vista, cuidado de molhar a terra à frente do FMH, utilização da rede de camuflagem, etc.).

O instrutor vai salientando os erros, chamando a atenção para os novos detalhes que surgem : questão de campo de vista e de tiro, retirada do uniforme verde e uso de camiseta branca quando de folga, etc.

Antes de finalizar, lembrar que a camuflagem dos acantonamentos fogem, no conjunto, à alçada do soldado, pelo material que requer (montes de palha, feno, etc.) ou pelas dimensões das instalações, ge-

ralmente feitas em depósitos, galpões, etc.

Lembrar mais que fica faltando, para completar o estudo da camuflagem, a parte relativa às localidades, a qual será tratada quando se ensinar o combate em localidades ; esse tipo de combate tem características próprias e é por isso estudado em separado.)

Verificação e crítica :

(Simultâneas com a apresentação do assunto ; o instrutor, por meio de perguntas, irá constatando o grau de aproveitamento dos instruídos, corrigindo e orientando o seu raciocínio quando apontam os erros dos modelos apresentados.)

Resumo (5 min) :

(O instrutor recapitula ligeiramente os pontos vistos e os comentários que teve ocasião de fazer. Em especial corrige o raciocínio dos instruídos que houverem errado ao apontar erros nos modelos apresentados.)

Observações :

1 — O local e os auxiliares precisam ser preparados com antecedência, para aproveitar as condições existentes e criar situações que comportem ensinamentos.

2 — Completando a instrução, deverá ser dito aos soldados que, como medidas de camuflagem, ainda se consideram duas, de uso em acampamentos : dispersar as barracas e desarmá-las durante o dia, quando a situação assim exige.

(Continua)

A COLEGIAL

Nairiz : Rua Jerônimo Monteiro, 331 — Telegrama : "VIDROS" — Tel. : 3454

VITÓRIA — ESPÍRITO SANTO

Manoel Francisco Gonçalves Indústria e Comércio Ltda.

Papelaria e Livraria — Artigos para Presentes — Seção de Eletrodomésticos

Rua Barão do Itapemirim, 260

Fábrica de Fogões e Serralheria — Rua Barão do Itapemirim, 196 — Tel. : 3480

Vidros — Oficina de Branciação e Espelhamento — Rua do Rosário, 142 — Tel. : 3458



PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Prof. ARTHUR E. BURNS

(Transcrito, data acima, da Revista Brasileira de Economia, de Set. 1953).

V — O CRESCIMENTO ECONÔMICO, A MOBILIDADE E O BEM-ESTAR

O ritmo de crescimento de um país em plena fase de desenvolvimento depende de inúmeros fatores, entre os quais figuram a mobilidade dos seus recursos e a taxa, assim como a orientação, da sua formação de capital. O crescimento exige transformações estruturais, entre as quais a mais importante é aquela que implica o gradual abandono da agricultura em favor da indústria e outras atividades associadas a ela. Estas alterações, por sua vez, exigem a realização de substanciais inversões, tanto de natureza extensiva como intensiva.

Nas melhores condições, os problemas que surgem do crescimento e da transformação são enormes. Devemos notar, porém, que

o grau de dificuldade varia conforme se trate de uma zona densamente povoada ou de outra escassamente povoada. Tanto a mobilidade, como as perspectivas de crescimento aumentam nas áreas relativamente pouco povoadas, tais como o Brasil atualmente, ou os Estados Unidos durante a sua fase de crescimento acelerado.

No país de baixa pressão demográfica, possivelmente não haverá necessidade de se transferir a população da agricultura para a indústria. Por exemplo, a população rural e a mão-de-obra agrícola nos Estados Unidos aumentaram durante o 19º século. O número de empregados agrícolas aumentou regularmente até cerca de 1910, quando alcançou a cifra máxima de mais

ou menos 11,5 milhões. Durante as três décadas seguintes, girou em torno a essa cifra. Foi só depois de 1940 que se reduziu esse total, devido à rápida mecanização da agricultura. Em 1900, a atividade agrícola ocupava a terça parte da população ativa, enquanto que em 1940 representava apenas a sexta parte daquele setor e calcula-se que em 1950 teria baixado para um décimo da população total ativa.

Até 1910, aumentava o volume da mão-de-obra agrícola, mas ao mesmo tempo aumentava num ritmo superior o número de pessoas empregadas em outras atividades. A partir de 1910 e até 1940, verifica-se um certo grau de estabilidade na população empregada em atividades agrícolas de um modo geral, enquanto que subiu rapidamente o número de empregados em outras atividades. O excesso da população rural transferiu-se para a indústria, para a qual foi atraída pelos rendimentos maiores do trabalho urbano. Esta corrente, além do aumento vegetativo da população nas áreas urbanas e o fluxo migratório, forneceu o incremento à mão-de-obra exigido pelas crescentes indústrias e pelo comércio.

Os problemas do desenvolvimento num país densamente povoado são maiores. Nestes países, encontramos uma oferta excessiva de mão-de-obra agrícola e um baixo nível de produtividade *per capita*. Uma sensível diminuição de mão-de-obra agrícola indubitavelmente aumentaria a produtividade por hora-homem e é bem possível que também resultasse num incremento à produção agrícola total. Foi o que ocorreu no Japão entre 1895 e 1913, quando o número de pessoas economicamente ativas na lavoura foi reduzido por um total de um milhão e duzentos e cinquenta mil. Existe o mesmo problema na Índia. As transformações de ordem estrutural produzem correntes migratórias de determinadas categorias de trabalhadores, assim como também estimulam o êxodo rural. Os obstáculos à flexibilidade econômica e social possível-

mente serão mais severos onde existe uma forte pressão demográfica do que em zonas escassamente povoadas. Neste último caso, as principais modificações estruturais são facilitadas pelo crescimento da população, como ocorreu anteriormente nos Estados Unidos e como se verificará provavelmente aqui no Brasil. Existe uma espécie de mobilidade "inerente" nos países escassamente povoados que não se encontra naqueles cuja densidade demográfica é alta.

Neste setor, o Brasil tem consideráveis vantagens sobre os países densamente povoados que estão numa fase de desenvolvimento. Vale a pena notar, porém, que essa mobilidade "inerente" é contrabalancada, em parte, por certos fenômenos institucionais que na maioria dos casos não se verificaram nos Estados Unidos durante a fase de crescimento acelerado ali. São estes fenômenos a rigidez institucional que se produz simultaneamente com o desenvolvimento da política intervencionista dos governos, com a intensificação dos movimentos sindicalistas e a preocupação por medidas e interesses relacionados com o "bem-estar". No decorrer de uma conferência anterior, atribuímos o intervencionismo e a preocupação pelo bem-estar — características da moderna era econômica — ao conceito exagerado de responsabilidade governamental.

Pretendo nesta conferência esboçar algumas das consequências desta rigidez institucional sobre as perspectivas de crescimento de um país. Não resta dúvida que estas são exigências políticas que determinam maior intervencionismo oficial e maior apoio governamental às reivindicações sindicais e às medidas de bem-estar em geral. Nem se discute que certos grupos obtêm grandes vantagens destas políticas. Sejam quais forem as necessidades políticas e as vantagens sociais, deve-se ter presente os seguintes fatos em relação à ciência econômica do desenvolvimento:

1. Medidas desta natureza criam certa rigidez no sistema econômico;

2. O custo da produção tende a aumentar devido a esta rigidez, assim como devido ao custo direto do intervencionismo; e

3. O ritmo do crescimento do capital tende a ser retardado devido a este custo e ao aumento correspondente do consumo.

O impacto destes fenômenos é maior num país em pleno desenvolvimento, tal como o Brasil, do que em países altamente industrializados, tais como os Estados Unidos. Atualmente, as políticas públicas de ambos os países se parecem. Ambos os governos subvencionaram o preço do algodão e outros produtos agrícolas. E naturalmente as conseqüências de ambos também se parecem. Nos dois casos, verifica-se uma diminuição das exportações. O custo destas subvenções, por sua vez, terá de ser coberto pelo país inteiro. Não há necessidade de oferecer uma descrição do grau de atividades reguladoras das organizações oficiais, no tocante a processos específicos e decisões que afetam as necessidades comerciais. Possivelmente estas medidas reguladoras sejam mais pormenorizadas e causem maior perda de tempo do que nos Estados Unidos. Mas o que o economista deve se lembrar é que tanto o custo, como a rigidez, tendem a aumentar à medida que aumenta o grau de intervenção.

Estes custos são possivelmente maiores relativamente, assim como a rigidez poderá ser relativamente mais séria num país pouco desenvolvido, do que num país que já atingiu um alto nível de industrialização. Estando os recursos relativamente limitados quando há escasso crescimento num país, este requer a máxima mobilidade e flexibilidade, a fim de assegurar um crescimento rápido. Os recursos deverão ser transferidos de setores de menor produtividade para outros onde é mais alta a produtividade, de modo a facilitar a expansão. Qualquer obstáculo a tais movimentos irá limitar o ritmo do crescimento.

Além disso o custo direto da intervenção, isto é, as despesas burocráticas e as despesas a que de-

vem sujeitar-se as empresas na observação de regulamentos complexos cifram-se numa quantia que provavelmente será maior num país pouco desenvolvido que em outro mais adiantado. Em outras palavras, o país mais adiantado goza de certas vantagens de escala para o mesmo tipo geral de regulamentos. A intervenção representa uma forma de gastos de operação da economia que provavelmente tenderão a diminuir por unidade de produção à medida que a referida produção aumente. Seriam desnecessárias prolongadas investigações para confirmar a validade desta conclusão provisória, mas nota-se que existem provas indiretas e um raciocínio geral que a sustentam.

Por exemplo, num país pouco desenvolvido mas que está em plena fase de crescimento, predomina a indústria em pequena escala. Os controles econômicos aplicados nos Estados Unidos durante a última guerra mostram-se relativamente caros no que diz respeito à sua aplicação às inúmeras pequenas firmas que contribuíam com uma ínfima parcela da produção total. O custo dos controles exercidos sobre as grandes empresas que dominam vastos setores da economia é relativamente menor. As despesas associadas com a observação dos complexos regulamentos e a cobrança e remessa de impostos dos seus empregados são bastante gravosas para as pequenas empresas. Geralmente, o próprio empregador é obrigado a dedicar-se a estas tarefas, o que representa um gasto excessivo. As sociedades grandes, ao invés, reduzem o custo unitário deste trabalho, pois entregam o mesmo a empregados subordinados, livrando a administração desses pormenores.

Assim é que, como gastos gerais, as despesas administrativas criadas por qualquer tipo de regulamento tendem a diminuir por unidade à medida que aumentam os rendimentos e a produção. Da mesma forma, o custo para as empresas regulamentadas — custo esse que pode ser considerado como fazendo parte das despesas gerais — tende

a diminuir por unidade de produção à medida que a empresa cresce. Contrôles institucionais da classe indicada aqui e o seu custo constituirão maior obstáculo e um elemento de atraso mais sério para o ritmo de crescimento de um país em fase de pleno desenvolvimento, do que para o ritmo de crescimento contínuo num país adiantado.

Monopólio e Crescimento — Tradicionalmente, a teoria econômica atribui grande rigidez e a diminuição da produção aos monopólios. O contraste entre uma indústria em que impera a livre concorrência — com sua suposta flexibilidade e uma produção equilibrada determinada pelo custo marginal e o preço — e o monopólio nos indicam que um país que está se desenvolvendo não encontrará melhor solução que entregar o seu desenvolvimento a firmas concorrentes.

A diferença tradicional entre o monopólio e a concorrência absoluta, naturalmente não se adapta aos principais feitos da história do desenvolvimento econômico norte-americano. Se a tendência no sentido da monopolização em fins do 19º século houvesse resultado na criação de uma série de monopólios constituídos cada um de uma única empresa, é bem possível que o ritmo de crescimento daquele país haveria sido menor. Da mesma forma, se a legislação antimonopolista Sherman houvesse sido estritamente interpretada e posta em vigor, e se tal aplicação do ato criasse uma posição de livre concorrência parecida no modelo tradicional, é possível também que isto teria provocado um atraso no crescimento.

O rápido crescimento econômico dos Estados Unidos deve muito à combinação de pressões monopolistas e condições de concorrência que são geralmente conhecidas como oligopólio. As tendências opostas, isto é, em prol do monopólio ao mesmo tempo que outras existem a favor da livre concorrência, culminaram numa espécie de monopólio competidor, caracterizado por

diferenciações de produto, e marcado por fortes personalidades, com enorme força de vontade para sobreviver ao mesmo tempo que vivem sob a ameaça das leis antimonopolistas. A livre concorrência entre um número reduzido de empresas deu lugar a inovações tecnológicas, quer no sentido positivo, estimulando as empresas a progredirem, quer negativamente, ajudando a cada uma a manter sua posição. Por este mesmo motivo, as economias de grande escala foram exploradas. As grandes empresas estudam cuidadosamente a sua posição através o prazo longo, verificando qual será a fração do mercado que lhe caberá, tanto atualmente, como no futuro. Esta interdependência de posição exerceu considerável influência sobre o crescimento rápido da indústria norte-americana. As inovações e a expansão de uma empresa provocavam inovações e expansões correspondentes nas outras, sem as quais estas outras forçosamente desapareceriam. Se bem que a força de vontade para viver e deixar os outros viverem em paz é um sentimento forte, basta que haja um "lobo solitário" aventureiro para que seus concorrentes se vejam obrigados a ampliar as suas atividades. Temos exemplos disso na pessoa de Henry Ford, Harvey, Firestone e outros. Com o decorrer do tempo, tende a diminuir a influência destas personalidades fortes e independentes que são substituídas pela burocracia industrial moderna, com as suas aspirações institucionais que abrangem a sobrevivência e a expansão.

O interesse pela posição alcançada ao fim do prazo longo e pela proporção do mercado que terá a empresa, criam um estímulo às inovações como meio de competir. Eis, pois, o motivo das vastas quantias investidas em pesquisas industriais nos Estados Unidos. Significa, ao mesmo tempo, que cada empresa é obrigada a ter uma capacidade excedente, a fim de poder cobrir qualquer situação de emergência ou qualquer ameaça feita por um concorrente. Se bem que a concorrên-

cia fora do terreno dos preços tende a sobrepor-se à concorrência de preços, à medida que as empresas são ampliadas, esta forma não afeta a natureza dinâmica do processo de crescimento.

As empresas puramente competidoras não têm as possibilidades de crescimento de que dispõe o pequeno número de empresas de grande escala. O produtor que se preocupa exclusivamente da concorrência não se interessa por seu quinhão do mercado — este conceito lhe é completamente estranho, pois ele tem compradores para sua produção total. Nem se pode dizer que concorre contra seus colegas produtores. Nem estuda a posição a longo prazo em relação a estes outros produtores. Falta, pois, a base do crescimento dinâmico e este produtor tende apenas a acomodar as suas transações às decisões de um mercado sobre o qual ele não exerce qualquer controle. A empresa grande pode manobrar com o seu mercado; procura manter a sua posição ou melhorá-la por meios que contribuem apreciavelmente à sua expansão e à sua mobilidade.

O Bem-Estar e o Crescimento. A mobilidade e a formação do capital são elementos essenciais ao crescimento. A última parte desta conferência será dedicada à consideração de certos aspectos do bem-estar e da formação de capital.

Notam-se duas correntes de opinião nas discussões e nas políticas contemporâneas relacionadas com o desenvolvimento econômico. São estas:

1. A ênfase sobre o bem-estar no desenvolvimento econômico relaciona um aumento da produção (renda) à distribuição equitativa desse incremento à produção. As medidas destinadas a garantir tal distribuição abrangem salários mínimos, o estímulo à organização sindical e salários altos, a ampliação de facilidades sanitárias, educacionais e sociais, assim como outros benefícios de ordem social. Este ponto de vista salienta o problema da distribuição, assim como o de melhoramentos no padrão de

vida ou de consumo e a elevação do nível dos grupos econômicos mais baixos.

2. Um conceito mais limitado do desenvolvimento econômico se concentra na questão do crescimento em si mesmo, isto é, em termos do crescimento *per capita*, ou então em termos da produção de bens *per capita*. Dá-se a maior importância neste caso à maneira mais adequada de se conseguir um alto ritmo de desenvolvimento.

Não é tarefa fácil separar os dois, mas não resta dúvida, tão pouco, que o contraste entre os pontos sobre os quais se insiste é bastante claro e evidente. Manifesta-se nas próprias políticas de desenvolvimento. Em certo aspecto fundamental, estes pontos e as políticas que representam são incompatíveis. A questão do bem-estar (distribuição) na política de desenvolvimento econômico tende a aumentar a propensão ao consumo no sistema econômico, ao mesmo tempo que cria certa rigidez própria. O fato de desviar capitais e recursos para o consumo faz com que seja diminuído o ritmo de formação de capital. Se assim não for, o processo inflacionário é intensificado e o crescente nível de preços serve de contrapêso às próprias políticas de bem-estar.

Nos países pouco desenvolvidos, ambos objetivos e suas consequências são visadas pelos governos. O Brasil, por exemplo, está com pressa de crescer e ao mesmo tempo de elevar o padrão de vida por meio de uma redistribuição dos resultados desse crescimento. Através o período curto, estes objetivos são incompatíveis, e este conflito cria um problema complexo de escolha.

Não desejamos de modo algum sugerir aqui que todas as medidas que visam o bem-estar criem conflitos dentro do processo de crescimento. É necessário estabelecer uma diferença geral entre estas medidas de bem-estar:

1. Temos aquelas que aumentam o consumo por si mesmas, como, por exemplo, aquelas que elevam os salários além de um deter-

minado nível, ou que estabelecem férias remuneradas, etc.

2. Do outro lado, notam-se aquelas que aumentam (a) a produtividade *per capita* através o prazo curto e (b) a capacidade produtiva nacional no prazo longo. As principais medidas desta natureza são as que se referem à saúde pública. A elevação do padrão sanitário traz como consequência uma melhoria na produtividade, ao passo que, pelo fato de reduzirem a mortalidade infantil e de adultos, também aumentam a oferta de mão-de-obra.

Mais uma vez confessamos que é difícil traçar a diferença entre estas medidas, a não ser em termos gerais. Há certas medidas que caberiam dentro de ambas categorias. Por exemplo é provável que um projeto para fornecer almoços aos operários de uma fábrica resultasse num aumento de consumo *per capita* mas, em determinados casos, poderia também elevar a produtividade por operário. O aumento de salários, e o incremento ao consumo que tal aumento tornaria possível, em certos casos quicá serviriam de estímulo para aumentar a produtividade. Mas isto nem sempre se daria. Não é raro se verificar que a oferta de mão-de-obra tende a diminuir, pois à medida que crescem os rendimentos monetários, aumenta a vontade de desfrutar de maior número de horas de lazer. Nos Estados Unidos, o esforço físico real dos operários, freqüentemente diminui à medida que o nível de salários sobe. Estes fenômenos são suficientemente conhecidos para servirem de confirmação geral às diferenças aqui indicadas.

Por conseguinte, um país que almeje atingir uma taxa elevada de crescimento deverá, tanto quanto for possível, diferenciar entre (1) medidas de bem-estar que visam aumentar a produtividade no prazo curto e (2) aquelas que aumentam o consumo sem efetuar um aumento correspondente na produção, ou mesmo que não permitem qualquer incremento à produção.

A insistência sobre o "crescimento" é incompatível com as preocupações modernas a respeito do "bem-estar" (distribuição). Estas preocupações, porém, provêm dos próprios sistemas econômicos avançados que gozam de uma posição que lhes permite abandonar-se a questões de bem-estar. Como se pode verificar ao estudar o problema atual na Grã-Bretanha, mesmo os países altamente industrializados podem se sobrecarregar de bem-estar.

O contraste entre a insistência sobre políticas de desenvolvimento econômico e outras teorias, fundamenta-se num dado essencial e isto é, que o bem-estar, no sentido familiar e materialista do termo, é uma consequência do crescimento. Os recursos disponíveis, tanto para o crescimento, como o consumo são limitados. Além de um certo ponto, só se consegue estimular um às custas do outro. Eis, pois, que todos os países que se estão desenvolvendo são confrontados por um grave problema de política. Atualmente, um padrão relativamente alto de consumo traz consigo uma taxa relativamente baixa de crescimento (ou mesmo sua contração quando o consumo elevado significa viver do capital). Viver com privações no momento atual encerra a promessa, mas não a garantia de um crescimento rápido e de padrão de vida mais elevado posteriormente, contanto que os capitais formados sejam racionalmente distribuídos e administrados de forma eficiente. A questão da escolha é uma questão puramente de política.

Alternativamente, pode-se alegar que a imposição de medidas de austeridade e de prolongadas privações reflete uma política reacionária, da qual apenas alguns poucos tiram algum proveito. E é bem possível que realmente nos países pouco desenvolvidos beneficie apenas a um grupo reduzido de empregadores que destarte se tornarão ricos. Se a outra solução significa que o governo deve assumir estas atividades encarregando-se da função de empregador, a massa

da população continuará sofrendo privações. Na realidade, a formação de capital efetua-se às custas do consumo corrente, seja quem for que esteja acumulando capital, quer sejam empregadores particulares ou o governo.

A expansão do capitalismo industrial produziu grandes desigualdades na distribuição da renda. Foi assim que se pode canalizar os recursos para a formação de capitais. O socialismo industrial obtém os recursos necessários por meio da arrecadação de impostos, decisões legislativas referentes ao nível da renda e a fixação de preços. Notam-se grandes diferenças sociológicas entre estes sistemas, mas em relação ao desenvolvimento econômico, todos encontram a mesma exigência econômica: a formação de capital se produz com o desvio dos limitados recursos de um país, da satisfação de necessidades correntes de consumo para o investimento. Com a exceção da importação de quantias ilimitadas de capital, não se pode fugir no custo ou medir prazo ao sacrifício do bem-estar.

Nos países altamente industrializados de tradição ocidental, porém, observou-se uma crescente suscetibilidade política, u'a maior preocupação pelo bem-estar e a intensificação do movimento sindical e, estes fenômenos cooperaram para efetuar uma redistribuição radical de suas consideráveis rendas nacionais. Não há motivo para crer que esta tendência tenha reduzido a capacidade de crescimento norte-americano, se bem que possivelmente a Grã-Bretanha tentou ultrapassar os limites razoáveis nesse sentido. Mas, em todo caso, a austeridade a que foi obrigada a maioria da população no início do

desenvolvimento industrial, foi um dos elementos que tornaram possível essa expansão.

As vantagens decorrentes deste crescimento já foram distribuídas em grande escala; nunca, provavelmente, desde que se realizou a industrialização dos Estados Unidos tenha havido menos desigualdade do que atualmente na distribuição da renda disponível daquele país. Da mesma forma, acredito que o ritmo do respectivo crescimento teria sido bastante inferior se os Estados Unidos e a Grã-Bretanha admitissem a insistência sobre questões de bem-estar há cinquenta ou cem anos atrás. Dada a distribuição da influência política e tendo em vista as opiniões sustentadas naquele período inicial, era inevitável a propensão à insistência sobre a expansão das disponibilidades de capital.

Hoje em dia, devido às preocupações pelo bem-estar social e à suscetibilidade às pressões políticas oriundas da massa da população é possível que não nos seja permitido escolher desta maneira. O Brasil, assim como outros países que estão se desenvolvendo, insiste em querer ter sua expansão econômica ao mesmo tempo que um maior bem-estar social, conjuntamente e num período curto. Todos querem, além disso, que suas aspirações sejam realizadas rapidamente. Parece-me que esta incompatibilidade será parcialmente resolvida pelo fato de que a adoção de uma série de medidas legislativas abrangendo melhoramentos de ordem social e projetos de desenvolvimento econômico, provocará um processo inflacionário, o qual virá neutralizar grande parte dos benefícios sociais concedidos pela Lei.

(Continua)

MERCAFÊ

MERCANTIL DE CAFÉ LTDA.

Importação e Exportação

Rua Jerônimo Montelro, 260 — 3º andar — Salas 1/3 — Caixa Postal, 215

Vitória — E. Santo — Brasil — Tels. 1 2922, 2932 e 2929 — Teleg. "Mercató"

SITUAÇÃO ATUAL DA "GUERRA FRIA"

WALTER LIPPMANN

(Retraduzido da revista "Ejército", de junho de 1954, de um artigo da revista norte-americana "Look", pelo Major FERNANDO AL-LAH MOREIRA BARBOSA)

Após as duas viagens que empreendi à Europa em 1953, creio poder afirmar, sem medo de equivocar-me, que estamos entrando em um novo período da "guerra fria". O que autoriza esse prognóstico não são as declarações dos porta-vozes políticos, mas o que, realmente, estão fazendo os governos.

Os das grandes potências ocidentais (Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos) estão agindo sob a inspiração de algo que, na verdade, constitui uma nova concepção da situação mundial. Por muitos motivos, esses governos não admitem, formalmente, que chegaram a essa nova concepção, mas seus atos mostram que isso, de fato, se deu.

Essa nova concepção pode, em minha opinião, ser resumida da maneira seguinte: Não esperam que sobrevenha a guerra, nem que as divergências entre o Ocidente e o Oriente sejam superadas, mas, ainda assim, prevêem que a tensão internacional seja reduzida.

Outra forma de dizer a mesma coisa seria:

1. Os chefes militares responsáveis acreditam, no momento, que uma guerra mundial é improvável, em futuro previsível, uma vez que implicaria em riscos incalculáveis, para ambos os adversários;

2. Nossos dirigentes são de opinião que, no momento atual, é altamente improvável que se chegue a um acordo político, que resulte em condições satisfatórias para os dois lados, sobre a Alemanha e o Extremo Oriente e, finalmente,

3. Ainda que não se preveja uma guerra, nem um acordo, há uma tendência para admitir que não há nada melhor a fazer que continuar a agir, sem resolver nenhuma das grandes questões pendentes, isto é, manter uma situação similar à que existe, atualmente.

Já não há grandes receios de guerra. Tão pouco, há grandes esperanças de paz e de acordo. Existe a intenção, cada vez em maior grau, de tirar o melhor proveito da situação existente: reduzir a animosidade, acalmar a excitação e diminuir as tensões.

Quanto a saber se essa nova concepção é boa, má ou destituída de significação, é uma questão de opinião. Todavia, creio que ela reflete, fielmente, as premissas que condicionam a atitude do Ocidente.

I — A NOVA AVALIAÇÃO MILITAR DA SITUAÇÃO

Descrevê-la, resumidamente, equivale a dizer que os chefes militares do Ocidente crêm que, desde 1950, foi atingida uma situação de equilíbrio entre as forças militares das duas coalizões mundiais. Isso requer uma explicação. Que vem a ser o equilíbrio entre forças militares? Como sabemos que ele existe?

Existe equilíbrio de forças militares porque é admitido, de maneira geral, por militares e estadistas, que nenhum dos dois adversários acredita poder conseguir uma vitória militar decisiva.

Porque, por mais agressivos que sejam suas intenções e objetivos, ninguém iniciará uma guerra, a menos que esteja convencido de que tem muitas probabilidades de ganhá-la. O agressor pode, evidentemente, equivocar-se, como aconteceu com Hitler e os militaristas japoneses. Entretanto, é forçoso que ocorra o equívoco, pois que, se houvesse dúvidas, desde o início, sobre o resultado da campanha, ele não a empreenderia. Hitler e os militaristas japoneses "sopuzeram" que tinham muitas probabilidades de obterem uma vitória retumbante. "Hitler pensou" que poderia conquistar o continente europeu e terminar a guerra; que poderia isolar a Inglaterra e eliminar a Rússia, antes que a América do Norte pudesse fazer algo de substancial para evitá-lo. Suas previsões se mostraram inteiramente errôneas. Mas, a verdade é que, se não estivesse convencido de que poderia triunfar, não teria ousado iniciar a guerra; não teria tido interesse em fazê-la.

Pois bem; desde 1950, é claramente improvável que qualquer das duas coligações em presença possa conseguir uma vitória decisiva. Este é o nosso ponto de vista nacional e foi em consequência dele que aceitamos um armistício sem vitória na Coreia.

Analisemos, agora, o ponto de vista do inimigo:

Em 1950, o Exército Vermelho teria podido avançar, quase sem oposição, através da Alemanha, Bélgica e Holanda, até Paris e os portos do Canal da Mancha. O fato de que poderia fazê-lo constituía uma tentação permanente para os partidos comunistas da Europa Ocidental. Se, mediante uma conspiração ou uma revolução estes houvessem podido se apossarem do poder ou mesmo, apenas, dar a impressão de que se apossavam dele, em uma ou mais cidades importantes da Europa Ocidental, poderiam ter invocado o auxílio do Exército Vermelho. Depois, com o auxílio deste, teriam podido esma-

gar os anti-comunistas de seus países e instaurar um governo comunista. Isso nos teria posto ante o desagradável dilema de bombardear as cidades da Europa Ocidental, matando nossos impotentes amigos, ou organizar, a um preço terrível, um exército de libertação.

A partir de 1950, porém, tais formas de agir se tornaram, praticamente impossíveis. Não só nós rearmamos, como rearmamos nossos aliados e nos organizamos, dentro do quadro da OTAN. Há, agora, forças suficientes na Europa Ocidental, para sufocar qualquer insurreição comunista. E, além disso, o Exército Vermelho não pode avançar, sem oposição, através da Europa Ocidental.

Isso significa que ele já não pode esperar apoderar-se das grandes regiões industriais do Ruhr, da Bélgica e do leste da França, senão depois de batalhas encarniçadas, que as destruiriam, inteiramente. A conquista da Europa Ocidental deixou de ser um empreendimento vantajoso.

Mas, não é apenas isso que afeceta nossa crença de que a União Soviética não se aventurará em uma guerra de conquista. Mesmo que a Europa Ocidental pudesse ser conquistada e admitindo que as regiões conquistadas continuassem a dispor de seu atual potencial, isso não significaria o fim da guerra: não seria mais que a primeira campanha de uma longa guerra. Porque, desde que os Estados Unidos ratificaram o tratado do Atlântico Norte e se rearmaram em grande escala, o fator mais importante, que deve ser enfrentado por qualquer camarilha belicosa do Kremlin, é que não poderá ganhar uma guerra, a menos que consiga derrotar os Estados Unidos. Em qualquer guerra que a União Soviética provoque, em qualquer parte do mundo, os Estados Unidos serão o adversário principal, e a vitória russa sobre qualquer outro país não significará a vitória final. Seria inútil, consequentemente, que a Rússia tentasse conquistar a Alemanha Ocidental ou a França, se não pudesse con-

quitar, também, os Estados Unidos. Pois, na verdade, estes dispõem da força necessária para transformar qualquer conquista de países europeus em algo insensato e inútil.

Há norte-americanos que afirmam que, teoricamente, os Estados Unidos podem ser postos fora de combate por um ataque atômico fulminante. Apesar disso, não encontram nenhum estrangeiro responsável, que pense ser isso possível, pelo menos dentro de um futuro previsível.

OS VERMELHOS NÃO PODEM TER CERTEZA DE QUE NOS PORÃO FORA DE COMBATE

Ninguém nega que, teoricamente, os aviões soviéticos poderiam fazer incursões "sem regresso" sobre o território dos Estados Unidos e causarem grandes danos às nossas cidades mais importantes. Mas, a pergunta que, realmente, tem valor é: Poderiam os russos correrem o risco de tentarem essas ações, sem terem a certeza de que dominariam, definitivamente, no primeiro golpe, a capacidade de represália norte-americana?

A resposta é que não; que não poderiam correr tal risco, a menos que estivessem certos de poderem destruir, em seu ataque de surpresa, os aviões de primeiro escalão do nosso "Comando Aéreo Estratégico" e nossas reservas de bombas atômicas. Ferir os Estados Unidos não seria o bastante. Um ataque de surpresa contra nós não teria êxito se não "nos desarmasse" e a simples devastação de nossas cidades não nos desarmaria. Um ataque de surpresa que nos deixasse com forças para replicarmos seria pouco proveitoso para os soviéticos e constituiria uma loucura.

Fala-se de um "Pearl Harbour" atômico. Entretanto, não devemos esquecer que "Pearl Harbour" foi uma tentativa japonesa para "desarmar" nossa marinha, pondo fora de combate a esquadra do Pacífico. O equivalente de "Pearl Harbour" seria, hoje, um ataque súbito e aniquilador, não contra nossas cidades, mas contra o nosso

"Comando Aéreo Estratégico", coisa que, atualmente, é difícil e que cada dia o é mais.

Os governos ocidentais têm, além disso, outros motivos para agirem de acordo com a idéia de que não estamos perto de outra guerra mundial.

Existe o novo fator, que é a certeza de que ambas as coligações dispõem, atualmente, de armas atômicas. O fato de que os Estados Unidos e a União Soviética possam ou não pôr, um ao outro, fora de combate é, pelo menos teoricamente, discutível. Mas, o que é indiscutível é que a Rússia não pode defender seus satélites e aliados, contra um ataque atômico dos Estados Unidos. Do mesmo modo, nos é impossível garantir a defesa da Alemanha Ocidental, da França, da Escandinávia, dos Balcãs ou do Japão, contra possíveis ataques atômicos soviéticos.

AMBAS AS COALIZOES RECELIAM A GUERRA ATÔMICA

Esta é uma tremenda novidade militar. Seu efeito será arregimentar os países vulneráveis, de um lado e de outro, contra tudo quanto ameace provocar a guerra atômica.

Toda a Europa e todo o Extremo Oriente, de ambos os lados da "cortina de ferro", estão, atualmente, sujeitos a um ataque devastador e não podem defender-se dele, de nenhuma maneira. Podemos, portanto, ter certeza de que qualquer mobilização geral, no continente europeu, provocaria rebeliões e sabotagens, dos dois lados da "cortina de ferro". Há países, como a França e a Itália, onde quase 40% da classe operária são comunistas. Como se poderia confiar nesses 40%, no caso de uma mobilização geral, realizada sob ameaças de bombardeios atômicos? Por outro lado, desde os acontecimentos de junho de 1953, sabemos que uma mobilização geral na Alemanha Oriental, na Polónia, na Tchecoslováquia ou na Hungria constituiria algo de muito arriscado para a União Soviética: as linhas de comunicações do Exército Vermelho

passariam através destes países, que, em caso de guerra, seriam agitados pelo descontentamento ou pelo medo.

A guerra da Coreia causou profunda impressão nos governos e nos povos de toda a Europa. Provou que, se os comunistas atacarem, os norte-americanos lutarão.

O Kremlin não pode pensar, como Hitler, que os Estados Unidos não querem ou não podem fazer uma guerra.

Na Coreia, ficou provado que uma agressão pode ser neutralizada; os norte-coreanos estão, agora, em pior situação que em 1950. Não conquistaram a Coreia do Sul e seu próprio país está em ruínas. Portanto, a Coreia também provou que o país em que a guerra tiver lugar ficará devastado, qualquer que seja o resultado da contenda. Os europeus não têm ilusões a esse respeito; já sabem que uma guerra na Europa significará a ruína da Europa!

O resultado de conjunto da Guerra da Coreia, no que tange à opinião mundial, foi confirmar a crença, agora generalizada entre os soldados profissionais e as massas populares, de que uma guerra mundial seria intolerável, não poderia ser vantajosa para nenhum dos contendores e não conduziria a uma decisão.

II — A NOVA AVALIAÇÃO DIPLOMÁTICA

Poder-se-ia supor que, se os governos aceitarem o ponto de vista acima, se esforçarão por estabelecer a paz, mediante a solução das divergências que os separam. E, no entanto, não é o que ocorre. Acredito que a verdade é que as principais potências, de ambas as coalizões, chegaram à conclusão de que, no momento atual, não há possibilidade de conciliação.

Por exemplo, não há indícios de que se possa dar forma a um tratado que unifique a Coreia, deixando-a como um Estado indepen-

dente, sem a presença de exércitos estrangeiros em seu território. Os comunistas jamais concordarão em que as duas Coreias se reúnem debaixo da autoridade de Syngman Rhee; de nosso lado, não podemos concordar com nenhum convênio que signifique o afastamento de Rhee e de seus partidários.

E, por muito ruim que seja a Coreia estar dividida, a única coisa que podem fazer os dois partidos, na hora presente, é deixá-la dividida. Nenhum dos dois pode dizer, formalmente, em um tratado, que está de acordo em que a Coreia fique dividida, mas ambos podem continuar agindo de acordo com a idéia de que o país continuará dividido, ainda por muito tempo. Podem e o farão.

Ainda que a Conferência de Berlim possa apresentar surpresas (*), talvez seja arriscado aventurar um comentário sobre ela. Não obstante, não vejo possibilidades de se conseguir redigir um tratado de paz com a Alemanha nesse conclave. Oxalá me engane!

Um tratado de paz com a Alemanha exigiria que se chegasse a um acordo sobre:

1. Qual será a fronteira oriental da Alemanha.
2. Como seria organizado o governo da Alemanha unificada.
3. Até onde iria a autonomia outorgada à Alemanha unificada, especialmente no tocante ao seu rearmamento, suas alianças e sua política nacional, de modo geral.
4. Quando seriam retiradas as forças de ocupação.

Seria uma surpresa, que raiaria quase por um milagre, que se chegasse a um entendimento sobre esses quatro pontos. Falando com sinceridade, acredito que em Londres, Paris e Bonn existe a íntima convicção de que estas questões são, na hora presente, demasiado difíceis para serem resolvidas. Há numerosos indícios que nos fazem supor que os soviets pensam da mesma forma...

(*) Como já sabemos, Lippmann não se equivocou em seu prognóstico — Nota do tradutor espanhol.

Dessa maneira, ainda que no final a Alemanha seja unificada e alcance sua completa independência, há boas razões para acreditar que nenhum dos interessados (nem mesmo os alemães) está preparado, hoje em dia, para tratar dos problemas decorrentes da unificação e independência da Alemanha.

A nova "linha de ataque":

Impotentes e receiosos para se decidirem pela guerra ou pela paz, a política que, verdadeiramente, está sendo posta em prática pelos governos é a de tirar o máximo proveito das coisas, tal como estão no momento: esse o significado real da frase que, atualmente, é tão citada — "Aliviar a tensão". Um número cada vez maior de declarações oficiais tem em vista a idéia de "aliviar a tensão", de preferência, mesmo, à de solucionar os problemas. E isso acontece por que, no momento atual, os problemas não podem ser solucionados, sejam por uma decisão militar, seja por um acordo diplomático.

O "Alívio de tensão" tem as seguintes características principais:

1. Acabar com a luta aberta. Isso foi feito na Coreia e podemos esperar que, muito breve, será feita uma tentativa séria para conseguir, também, na Indochina.

2. Conseguir, não uma solução geral para o grande conflito, mas uma certa quantidade de soluções locais e de convênios concretos.

3. Deixar as fronteiras entre os dois blocos antagônicos no local onde se encontram, no momento, mas reduzir os efetivos das forças armadas que se acham estacionadas nos territórios contíguos a essas fronteiras, e

4. Fomentar o comércio e um certo grau de intercâmbio através dessas fronteiras.

Se o que acabo de expor representa uma informação correta sobre a marcha geral dos acontecimentos, é possível, então, que estejamos na fase preliminar daquilo que se poderia chamar de "um ar mistício na guerra fria".

FARINHA DE TRIGO

Cia. Atlântica de Exportação e Importação

End. Telegráfico "ATLANTICA" — Tel.: 2532

AVENIDA PRESIDENTE FLORENTINO AVÍDOS, 514 — 2º Andar — Sala 204
VITÓRIA — E E SANTO

FARMÁCIA KLINGER

A MELHOR QUE SERVE O POVO DE COLATINA — E. SANTO

ANTENOR GUIMARÃES & CIA. LTDA.

Avenida Jerônimo Monteiro, 356

VITÓRIA — ESPÍRITO SANTO

CASA FUNDADA EM 1898

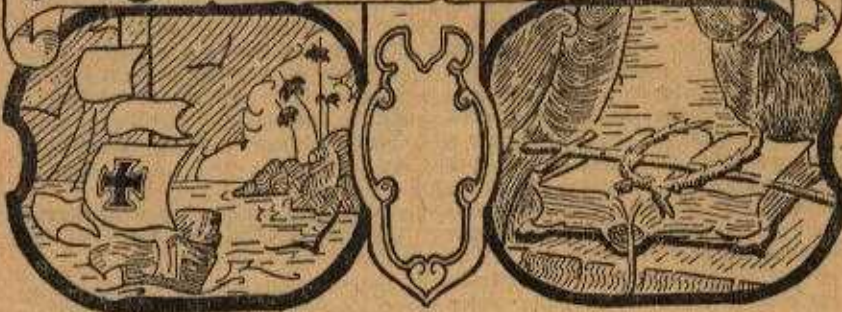
Distribuidores exclusivos:

MOINHO INGLÊS — BISCOITOS AYMORÉ — MASSAS ALIMENTÍCIAS
AYMORÉ — CIA. AGRO-PASTORIL RIO DOCE — AUTOMÓVEIS

"Kaiser", "Chiroen", "Henry Jr." — Tratores "Flat"

SECCOES: NAVEGAÇÃO — SEGUROS — REPRESENTAÇÕES —
CONTA PRÓPRIA

Geografia e História Militar



HISTÓRIA MILITAR

Pelo Brigadeiro-General PAUL M. ROBINETT.

Transcrito da Revista Militar de Portugal.
Agosto-Setembro de 1954

A HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO MILITAR

O valor da história na educação militar foi sempre reconhecido, quer nos exércitos dos Estados Unidos quer na maior parte dos exércitos das outras nações. O seu estudo constitui uma das fases do ensino nas escolas militares. O Exército Americano não faz mais do seguir a orientação de Frederico o Grande e de Napoleão que salientaram a importância da história no ensino militar. Um parecer de Napoleão sobre o assunto mostra claramente a importância que ele dava à história.

"... o conhecimento profundo da arte da guerra só pode ser adquirido pela experiência e pelo estudo da história de guerras e das batalhas dos grandes chefes militares" (1). Por outro lado, o Marechal Wavell sustenta que o estudo da psicologia e da direcção tem maior

importância para um militar do que o estudo das operações, afirmando que os êxitos militares de Napoleão podem ser atribuídos mais aos seus conhecimentos de psicologia do que ao estudo das regras e da estratégia (2). Mas Le Bon, que não era militar, condenou, de uma forma geral, as histórias, observando que "elas são narrativas fantasistas de fatos mal observados, acompanhadas por explicações" e que escrever "tais livros representa uma perda completa de tempo" (3). Apesar da preferência que Wavell dava aos estudos biográficos e às obras de ficção, e da aversão manifestada por Le Bon a respeito da história, o que não deixa de ter valor como um desafio aos historiadores, há que aceitar que o estudo das guerras passadas é fundamental como preparação para a próxima.

(1) Napoléon, "Mémoires écrites à Sainte-Hélène", ed. Gaspar Gourand (London, 1823), II, pág. 51.

(2) Field Marshal Earl Wavell, "The Good Soldier" (London, 1948), pág. 29-21.

(3) Le Bon, "The Crowd" (London, 1921), pág. 54.

Qualquer militar, desde o soldado ao Chefe do Estado-Maior do Exército, poderá verificar que o conhecimento da história militar, e sobretudo da história militar da América, tem importância para a resolução de muitos problemas, tanto durante a paz como durante a guerra. Isto é verdadeiro porque os problemas militares correntes só podem ser resolvidos com a compreensão do passado em que eles entroncam, ou, como se diz na inscrição gravada à entrada dos Arquivos Nacionais: "O passado não é mais do que um prólogo". Por outras palavras, temos que estar enraizados no passado para poder compreender o presente, de forma a podermos-nos lançar no futuro.

A HISTÓRIA MILITAR NO DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO DE CORPO

O conhecimento da história militar pode desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento do espírito de corpo no Exército. Mas como disse Fortescue, eminente historiador militar inglês, "sem o conhecimento da história militar, os homens não têm consciência da existência da mais maravilhosa das forças morais... e isto não é coisa que qualquer pessoa se possa permitir ignorar" (4). O Exército dos Estados Unidos tem utilizado por muitas maneiras a história militar (5). No programa de Educação e de Informação, os soldados são informados de feitos heróicos e de ações de relevo praticados por militares e por certas unidades. É-lhes distribuído o Guia do Soldado, que contém uma parte histórica. As praças e guarnições do Exército têm, em geral, o nome de militares de grande fama; as ruas e edifícios têm o nome de outros ou de organizações militares. As bandeiras e estandartes têm inscrições com os nomes das batalhas ou campanhas em que a Unidade se distinguiu. Durante muitos anos, o recolher incluiu pedaços de música

inspirados durante a fragor da batalha. Em várias Unidades, os reparos e as viaturas têm o nome de militares que se distinguiram em guerras do passado. Estas coisas têm vantagens para aqueles que se dêem ao trabalho de procurar ligar os feitos do passado com as tarefas de hoje. E se isso for convenientemente realizado, o Exército atual viverá e atuará segundo as melhores tradições.

A HISTÓRIA MILITAR E O RESPEITO MÚTUO ENTRE AS FORÇAS ARMADAS

Um conhecimento perfeito da história militar facilitará o mútuo respeito e compreensão entre as forças armadas; os vastos problemas dos altos comandos serão mais facilmente entendidos pelos subordinados; os complexos problemas humanos, materiais e físicos do soldado e dos comandantes das pequenas Unidades serão melhor apreciados pelos superiores.

HISTÓRIA MILITAR E COMANDO

A história militar e as biografias e memórias de militares de todas as patentes constituem a melhor fonte de material para o estudo da direção militar. Conquanto exista uma certa pobreza de boas biografias e memórias, principalmente nos escalões inferiores, este material é o melhor de que se dispõe para se compreender o caráter, as características dos homens, a boa e a má direção e a influência de personalidades eminentes sobre os acontecimentos. Os estudos relativos a combatentes devem ser lidos, tendo em conta que os maus soldados têm tendência para deixar muitos documentos, ao passo que os bons soldados deixam apenas os relatos mais breves ou somente um nome. É por isso que mesmo os chamados "estudos objetivos" dos combatentes insistem por vezes fortemente sobre coisas que constituem o lado menos interessante da vida. Para

(4) J. W. Fortescue, "A Military History" (Cambridge, 1914), pág. 39.

(5) DA Cir 100, "Military Indocctrination Plan", 1952.

o estudo ser útil, deve o estudante avaliar, analisar e julgar das qualidades, tanto dos combatentes como dos chefes, tendo em vista as circunstâncias em que atuaram. Mas, como disse Wilkinson "esta apreciação não deverá nunca degenerar numa simples crítica negativa..." (6). Ela deverá permitir que o estudante determine e identifique noutros as características que são para desejar em soldados ou em chefes, tanto nas posições de estado-maior como nas de comando. Este estudo deverá habilitar o militar a tornar-se um psicólogo prático, mas não deverá levá-lo a tomar atitudes pedantes ou académicas. Como disse Clausewitz, um comandante "não necessita de ser um estrito observador de homens, um rigoroso dissetor do caráter humano, mas sim conhecer o caráter, os sentimentos, os hábitos e as faltas e inclinações particulares daqueles cujo comando vai assumir" (7).

Para dar a melhor contribuição ao ensino da chefia militar, deverá a história ser objetiva e verdadeira. As histórias escritas durante a vida dos seus protagonistas, ou muito perto da sua época, estão em geral eivadas de paixão, ou coloridas por interessadas lisonjas e influenciadas pelo tratamento seletivo do material original. As histórias escritas muito depois dos acontecimentos são muitas vezes puras ficções ou narrativas sentimentais. Nenhum destes tipos de história é o indicado para se ensinar o modo de conduzir os homens. A história não pode, portanto, servir como base satisfatória para o ensino da chefia a não ser quando está escrita de modo a dar o perfil dos seus participantes, com os seus méritos e deficiências, os seus temperamentos, ambições e dúvidas, as suas tensões e contrastes e as suas condições físicas e mentais (8). Quando for

possível escrever com inteira liberdade e respeito dos homens públicos, o maior valor tirado da história militar será talvez a sua influência sobre o desenvolvimento, a preparação e a seleção de chefes militares honrados e competentes. Mas isto é impossível de fazer nas histórias oficiais, escritas na mesma época dos acontecimentos. O historiador independente encontrará uma atmosfera propícia quando as paixões e os partidarismos tiverem sido aplacados pelo tempo.

A HISTÓRIA MILITAR NA EDUCAÇÃO E NA INSTRUÇÃO MILITAR

A história militar é a base dos nossos conhecimentos táticos e estratégicos. Também é nela que se fundam a instrução teórica e prática das tropas e o desenvolvimento das diretivas da instrução. Ela dá vida aos fatos e aos regulamentos. Um professor que não conheça a história militar adequada ao nível da instrução que ministra será seco e pedante e não conseguirá grandes resultados. Mas aquele que não só conhece os princípios, como é capaz ilustrá-los com exemplos históricos, citando fatos relativos às tropas, aos comandantes, armas, abastecimentos, comunicações, terreno e meteorologia, poderá dar vida às suas lições e torná-las proveitosas. E isto tanto se aplica à instrução das tropas como ao ensino nas escolas militares. Mas, acima de tudo, a história militar permite a compreensão profunda e cheia de interesse do pensamento e do coração dos soldados, dos métodos táticos e estratégicos, dos seus processos e princípios e das relações que existem entre a guerra, a política, a economia, a filosofia, a geografia e a mentalidade das nações e das raças (9).

Para servir de base ao ensino e instrução militares, deverá a história ser objetiva. A história es-

(6) Spencer Wilkinson, "The Brain of the Army" Westminster, 1895), pág. 164-67.

(7) General Thorl von Clausewitz, "On War", trans. Col. J. J. Graham, (London, 1940), I, pág. 118.

(8) MS B-295 (Blumentritt), pág. 7-9.

(9) Ibid.

crita com fins de propaganda ou mutilada pela censura é extremamente perigosa, não devendo ser utilizada como base de ensino nas escolas militares ou na instrução militar. Uma história escrita, assim, não é de fato uma história. Nunca poderá dar lições apropriadas ou servir de base à instrução profissional ou intelectual. Só levará a conclusões erradas. E dará origem a um dos piores males de que pode enfermar o pensamento militar profissional: o iludir-se a si próprio.

Para a história militar ter o máximo valor nos estudos militares e na instrução das tropas é necessário que seja alguma coisa mais do que uma simples narração lógica dos fatos. Depois de feita a síntese destes, haverá que proceder à última fase do trabalho, ou seja, à análise dos fatos e à formulação das conclusões baseadas nessa análise. Esta fase só poderá ser dirigida por quem seja competente em historiografia e profissionalmente qualificado para dirigir a organização militar e as respectivas operações.

Ao tratar destes assuntos nos escalões mais elevados, deverá o analista ter um perfeito conhecimento da política nacional, da organização superior da guerra, da geografia militar, da estratégia e da tática, da logística e da técnica das armas combinadas e dos armamentos, nos escalões inferiores da organização e das operações militares, o analista deverá conhecer bem a psicologia das tropas, os armamentos, o terreno, a meteorologia e o clima, e a tática, a logística e a técnica das armas combinadas.

A HISTÓRIA MILITAR E AS MUDANÇAS DE TÁTICA E DE TÉCNICA

Uma das lições mais úteis que o estudante de assuntos militares possa colher da história é a necessidade de reconhecer rapidamente as modificações na tática e na técnica verificadas no decorrer de uma guerra, e especialmente durante as

fases iniciais. É nestas ocasiões que as armas secretas e as diferenças de tática e de técnica se revelam mais claramente e exigem um imediato ajustamento às condições do campo de batalha. A história ensina que os comandantes devem reagir prontamente às novas condições e transmitir simultaneamente aos comandantes superiores todas as informações relativas às circunstâncias e ocorrências do campo de batalha que mostrem a necessidade de modificações no equipamento, na tática e na técnica.

Os estudos das fases iniciais das operações militares merece uma atenção particular. Trata-se de períodos em que se introduzem novas armas e novas táticas e se utilizam tropas inexperientes; isto implica uma súbita modificação no que se refere ao terreno, aos dispositivos da defensiva, às condições meteorológicas ou às condições de momento. É durante estes períodos que uma organização defeituosa, uma intenção imprópria ou destituída de sentido prático, o emprego de armas inefficientes, a falência na direção e nas transmissões, o apoio inadequado dos serviços logísticos, uma defeituosa coordenação entre as várias armas, a ação imprevista das condições meteorológicas e do terreno, os boatos e muitos outros fatores, alguns deles imponderáveis, criam um estado de confusão que perturba qualquer estudante de assuntos militares. Os conhecimentos conseguidos através do estudo das fases iniciais de operações do passado darão enormes benefícios àqueles que mais tarde se virem em situações idênticas.

HA QUE COLHER OS FRUTOS DA EXPERIÊNCIA PRÓPRIA E DA EXPERIÊNCIA DOS OUTROS

Um estudante de assuntos militares não deverá permitir que a sua própria experiência do campo de batalha limite o seu ponto de vista, devendo, pelo contrário acrescentar-lhe as experiências de outros (10). São muitos perigosos

(10) Friedrich von Bernhardi, "On War of To-Day" (London, 1922), pág. 44-46.

os princípios e as conclusões baseadas apenas na experiência de uma só pessoa ou numa preparação imprópria em história militar. Ardant du Picq, que estudou profundamente o combate, apresenta o assunto por uma forma diferente. Num questionário que apresentou aos seus contemporâneos, dizia "todo aquele que viu, se inclina para adotar um método baseado no seu conhecimento, na sua experiência pessoal como soldado. Mas a experiência é um processo longo e a vida é curta. Por isso, as experiências de cada um terão de ser completadas pelas dos outros" (11). Isto significa que um estudo cuidadoso e objetivo da história militar, feito com um espírito largo e com o propósito de aprender com as experiências dos outros será de grande utilidade para os estudantes militares.

Os princípios da estratégia têm evoluído, graças ao estudo analítico de muitas guerras. Baseiam-se, portanto, numa grande soma de experiências e são imutáveis. "Em consequência, o Exército estende o seu estudo analítico às velhas histórias das guerras de antanho, assim como àquelas de que ainda temos bem presentes os pormenores" (12), com o objetivo de que esse estudo o oriente nas suas investigações.

No campo da tática e da técnica, a doutrina baseada na experiência pessoal ou na experiência dos outros pode conduzir a erros, porque, como disse o General Mac Arthur "Em cada época, a tática é sempre influenciada decisivamente pelas características das armas existentes e pelos meios disponíveis para manobrar, abastecer e controlar as forças em combate" (13). A direção, a organização, as transmissões, a instrução, o moral, o terreno, as condições meteorológicas e climáticas e a vontade do inimigo diferirão igualmente, assim co-

mo muitas outras coisas. Nestas condições, a doutrina tática do tempo de paz só poderá ser determinada por um processo de dedução, pelo estudo das experiências dos outros nas guerras mais recentes e pela experimentação. Uma vez a doutrina submetida à prova da batalha real, far-se-á o seu rápido reajustamento para a pôr de acordo com a realidade e mantê-la a par das condições que se verificam durante todo o decorrer das operações.

A HISTÓRIA MILITAR E A LIÇÃO DOS VENCIDOS

Terminada uma guerra, os vencedores decidem da forma por que se deverão organizar e equipar para o futuro. Baseiam as suas conclusões na própria experiência, a qual, por muito grande que seja, é limitada. Poderia dizer-se que os vencedores se reorganizam na base da alta ideia que fazem de si próprios, atribuindo o seu êxito a uma melhor organização, equipamento, instrução e comando, ao passo que os vencidos se reorganizam numa base de grande modéstia, analisando os acontecimentos e determinando e eliminando pontos fracos, com o fim de baterem o inimigo recente. Os progressos militares são, por isso, lentos por parte dos vencedores, devido ao alto conceito que fazem de si próprios e a uma compreensível satisfação que os levam a prejudicar considerações mais importantes. Os vencidos, pelo contrário, olhando para o futuro, constroem nova organização e novo equipamento. Esta lição deveria ser cuidadosamente aproveitada pelos Estados Unidos; tendo ganho sempre todas as guerras em que estiveram empenhados, acham-se, de certo modo, em perigo porque a história mostra que a vitória militar tem trazido muitas vezes consigo os germes da fraqueza, defi-

(11) Ardant du Picq, "Battle Studies", trans. Col. John W. Greely (Harrisburg, 1947), pág. 8.

(12) General Douglas Mac Arthur, "Annual Report of the Chief of Staff for the Fiscal Year ending June 30", 1936, pág. 72.

(13) *Ibid.*

ciência na coordenação, na instrução, na disciplina e no comando, faltas de eficiência nas disposições orgânicas e logísticas, insuficiência do serviço de informações e carência de equipamento e de abastecimento.

É nas derrotas que se podem aprender as lições mais proveitosas. Mas é infinitamente melhor aprender com as derrotas dos outros. Isto mostra a vantagem de estudar e analisar os relatórios dos vencidos. O estudante de história militar deve examinar cuidadosamente os escritos dos chefes das nações derrotadas, publicados sem os cortes da censura. Muitas vezes se aprende mais com a sua leitura do que com a dos escritos dos chefes das nações vitoriosas, os quais têm toda a tendência para passar por alto os assuntos desagradáveis a fim de darem a impressão de que se cometeram poucos erros. O veu da censura mantém-se habitualmente nas nações vitoriosas, onde as boas qualidades são postas em relevo e se dispõe dos regulamentos e da disciplina militar para apoiar essa atitude.

A HISTÓRIA MILITAR NA PREPARAÇÃO DA ALTA DIREÇÃO DOS ASSUNTOS MILITARES

A Revolução Americana foi apenas o prelúdio da era das guerras entre os povos, dessas terríveis e desesperadas lutas cuja intensidade e poder destruidor têm vindo aumentando até aos nossos dias. Já o Marechal Foch dizia: "... elas destinavam-se a atingir um objetivo, que não era constituído por qualquer interesse dinástico, nem pela conquista ou posse de uma província, mas sim pela defesa ou pela propagação, em primeiro lugar, de idéias filosóficas e, a seguir, de princípios de independência, de unidade e de vantagens morais de toda a espécie. Mas os interesses e a sorte de cada indivíduo são postos em jogo segundo o seu des-

fecho. Daí o acender das paixões, isto é, o aparecimento de elementos de força, até agora não utilizados na maioria dos casos" (14).

Nos Estados Unidos, o comando das forças armadas é assumido pelo Chefe do Estado, ou Presidente, pertencendo a discussão dos assuntos políticos ao Congresso. O Executivo e o Congresso são designados por eleição e raramente estão instruídos ou têm uma experiência segura dos assuntos militares. O Presidente tem necessariamente que coordenar os vastos setores executivos do governo, tanto na paz como na guerra. E terá que compreender os diferentes setores, tanto no que se refere às contribuições que eles possam dar para a segurança nacional, como às suas necessidades. Também deverá ser capaz de convencer o Congresso da razão dessas exigências. Ao mesmo tempo, deverá ter a capacidade necessária para descentralizar a execução das diferentes tarefas, distribuindo-as pelos seus subordinados.

Como disse o General Maurice, a parte mais difícil nas relações entre o estadista e o soldado nasceu no passado devido a má interpretação dada à idéia de condução da guerra (15). Muitos militares pensavam que ela consistia apenas na direção das forças armadas durante as operações. Hoje, porém, ela implica a direção de todo o potencial e recursos da nação com o fim de se atingir os objetivos nacionais e a sua coordenação com os dos aliados. Isto excede, evidentemente, a responsabilidade de qualquer comandante militar, por mais elevada que seja a sua categoria, ainda que ele esteja intimamente ligado com esses objetivos devido à sua participação na preparação e na organização da nação para a guerra. Do lado civil, os estadistas estão em geral ainda menos preparados para a sua função no caso de uma emergência de caráter nacional porque o sistema de educação

(14) Ferdinand Foch, "The Principles of War", transl. Hilaire Belloc (New York, 1920), pág. 30.

(15) Maj. Gen. Frederick Maurice "Governments and War" (London, 1928), pág. 112-28.

civil ignorou durante muito tempo o estudo da guerra, tendo-a deixado quase completamente à iniciativa daqueles que aspiram a conquistar elevadas posições na governação.

A preparação mais adequada para se conseguir compreender as relações sempre delicadas entre estadista e soldado e os seus mútuos problemas da condução dos assuntos militares, na paz e na guerra, é feita por meio do estudo da história — principalmente da história da América quer durante os períodos de emergência, quer antes e depois desses períodos. Infelizmente os futuros estadistas raramente estão seguros do seu lugar durante o tempo suficiente para fazerem a necessária preparação, e os problemas da guerra raramente são ensinados nos colégios civis ou nas universidades, conquanto os métodos de fazer face à guerra sejam compreendidos por todos os homens e mulheres inteligentes da América. O pessoal pertencente às forças armadas encontra-se em muito melhor posição para prever as funções que serão chamados a desempenhar numa futura guerra do que esses desconhecidos que um dia poderão ser os seus superiores. Deverão, por isso, prepara-se conscientemente para desempenhar o papel de consultores das autoridades superiores civis e de instrutores do povo americano. Ambas as funções exigirão grande coragem moral para que os interesses públicos sejam servidos pela melhor forma. Um indivíduo mal preparado ou um simples lisonjeiro pode atingir a posição de consultor chefe e levar os seus superiores e o país ao desastre. As páginas mais sangrentas da história estão cheias de exemplos destes.

Hoje, cada um dos elementos da força nacional — ideológicos, espirituais, psicológicos, políticos, financeiros, tecnológicos e militares — é aproveitado pela guerra e pela sua preparação. E ainda pior que tudo, o comunismo imperialista fez do conflito uma atividade permanente entre os povos de cada um dos países do mundo. A palavra

guerra tomou um sentido extremamente restrito. A expressão *Conflito Universal* traduz melhor as relações de homem para homem, de povo para povo, de país para país neste mundo receoso do século vinte.

Atualmente, muito menos do que dantes, não será permitido que os chefes militares ignorem o vasto campo de conhecimentos que envolve este moderno conceito de *conflito universal*. Nestas condições, os chefes militares que têm que dar as suas opiniões sobre estratégia devem ser versados nos mais amplos aspectos de todos estes assuntos, e deverão introduzir nas suas tarefas um raciocínio equilibrado capaz de atribuir a cada uma o valor correto que merece para a solução dos grandes problemas que surgem num mundo cujas características estão mudando com tanta rapidez.

No entanto, e acima de tudo o mais, os chefes militares americanos deverão ter um conhecimento perfeito do seu próprio país, do seu povo e da sua história. Sem este conhecimento fundamental, as decisões que se tomarem ultrapassarão, mais tarde ou mais cedo, os limites do sentido prático e do realismo. E isto só poderá trazer como consequência uma catástrofe nacional.

A HISTÓRIA MILITAR NA EDUCAÇÃO DO POVO AMERICANO

O estudante de assuntos militares pode prestar um grande serviço aos Estados Unidos mostrando ao povo e aos seus representantes no Congresso as bases, as causas e as características da guerra, os princípios que regem a conduta das alianças, a coordenação das políticas interna, estrangeira e militar, e as condições que governam a conduta das operações e dos homens que tomam parte nelas. Procedendo deste modo, como Burchardt indicou, a história do nosso país, ameaçado pelos mesmos perigos ocultos que afundaram outras nações no passado, será considerada em paralelo com as de outros países

e em relação com a história do mundo e com as suas leis — uma parte de um grande todo (16).

Isto exige não só o conhecimento das histórias dos países existentes, mas também a de outros já desaparecidos e que foram no seu tempo poderosos. A importância do assunto é a profunda falta de entendimento do que é a guerra por parte do povo e dos seus representantes, não inteiramente imputável à indiferença, deverá estimular o militar no sentido de tomar sobre

si a tarefa impopular e não lucrativa de instrutor das massas e dos seus dirigentes políticos.

A função de instrutor do povo é difícil e ingrata. Muitos pensadores que a tentaram, deram provas de falta de objetividade, e levados pelo seu zelo acabaram por adotar uma técnica de propaganda. Mas, mesmo os melhores dentre eles não escaparam à acusação de fomentadores da guerra por parte dos seus opositores, quando, na verdade, são estes últimos que andam espalhando as sementes da guerra.

(16) Jacob Burchardt, "Force and Freedom" (New York, 1934), pág. 89-90.

WADY NEFFA & IRMÃO

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Cereais, Aguardente de Cana, Conservas, etc., etc.

RUA PRESIDENTE PEDREIRA, 97 — TEL.: 3472 — CAIXA POSTAL, 176

Códigos: Borges, Mascote, 2ª Edição — Telegramas "Alexandria"

VITÓRIA — EST. DO ESP. SANTO — BRASIL

CIA. ESPÍRITO SANTO E MINAS DE ARMAZÉNS GERAIS

(CESMAG)

Armazéns Reguladores do Estado do Espírito Santo
CAPITAL E RESERVAS..... 14.952.000,00

WARRANTS — REBENEFICIAMENTO DE CAFÉ
EXPURGO DE CEREAIS

ARMAZÉNS EM VITÓRIA E NO RIO DE JANEIRO

PERFEITO SERVIÇO DE ARMAZENAMENTO
PEÇAM SUAS TARIFAS

Matriz: RUA JERÔNIMO MONTEIRO, 260, 1º and.
Vitória — Espírito Santo

ESCRITÓRIO: AV. RIO BRANCO, 47, 3º and.
Rio de Janeiro

A ECONOMIA NA HISTÓRIA DO BRASIL

Maj. JORGE E.M. FORTES

4ª Palestra :

- Ciclo do café
- A borracha
- Ciclo industrial

CICLO DO CAFÉ

Nesta situação de crise surgiu, que veio dar estabilidade econômica ao país até o princípio deste século : o café.

Esta bebida havia sido trazida para a Europa pelos venezianos, no princípio do século XVII. Na segunda metade deste século surgiram na França as primeiras casas especializadas na venda do café e na época da Revolução elas já são numerosas. Um oficial da marinha francesa trouxe para as colônias na América exemplares da planta no início do século XVIII.

Em 1727, Francisco de Melo Palheta, tendo ido a Caiena tratar de problemas de fronteira, trouxe para o Brasil a primeira muda. Plantado no Norte, foi inicialmente explorado apenas para consumo local. Trazido para o Rio de Janeiro na segunda metade do século, produziu na chácara dos Barbadinhos, nos Borbonos, as sementes enviadas pouco depois para S. Gonçalo e Resende. Destas localidades, espalhou-se o cultivo pela baixada fluminense e vale do Paraíba e daí a Minas, na Zona da Mata, no fim do século, e Espírito Santo, no início do outro.

Achando terra favorável, o produto já era bem conhecido na época da Independência, e seu valor foi reconhecido pelo Imperador que deu aos oficiais, como emblemas para os chapéus e espingardas, nas

festas do grande acontecimento, um ramo de cafeeiro.

FASE IMPERIAL — FLUMINENSE

Como valor econômico, o café só se firmou a partir de 1830, data em que a exportação pelo porto do Rio já era de 400.000 sacas. Apenas para mostrar a rapidez do desenvolvimento, damos o valor da exportação : em 1800 tinham sido exportadas apenas 10 sacas; em 1820 — 100.000; em 1840 — mais de 1 milhão; em 1860, mais de 2 milhões, até o apogeu nesta fase, em 1880, com 4 milhões e meio de sacas.

Ainda obedecendo à tendência econômica portuguesa, procurando obter a quantidade em vez da qualidade, o café foi plantado sem técnica, utilizando o sistema de preparo da terra pelo fogo, herança indígena, lançando as sementes alinhadas nas encostas íngremes, sem preocupação de proteção da terra. Necessitando, principalmente para a colheita, de grande mão-de-obra, o café manteve o fluxo escravista em assidência. A abolição sem indenização juntou-se à decadência das terras para acabar com a fortuna de grandes fazendeiros do Vale do Paraíba.

É interessante observar que a organização social imperial é muito semelhante à pernambucana do século XVII : o café, como o açúcar, tornou-se cultura latifundiária

escravocrata, exigindo capitais, terras vastas, mão-de-obra volumosa e, em consequência, administração hábil, prudente e enérgica. O "fazendeiro", título em tudo semelhante ao de "senhor de engenho", tornou-se um "tipo superior" e foi naturalmente chamado a participar da direção do Estado. O café "deu à nobreza imperial um terço do total de seus titulares".

O PROGRESSO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

O Império só conseguiu se firmar e progredir na segunda metade do século, não só porque cessaram as lutas internas, remanescentes das exaltações nativistas, mas porque terminou a vigência do tratado de 1827. Fixada em 15 anos, essa vigência fôra prolongada, por subterfúgios britânicos, por mais dois anos, só terminando em 1844. Liberando-se do monopólio inglês, os brasileiros passaram ao sistema protecionista nacional (lei Alves Branco de 1844), procurando incrementar a indústria e o comércio.

As grandes indústrias se esboçaram, como a de fundição de Ponta de Areia, erguida por Mauá. As falências bancárias de 1864 roubaram-lhes o apoio financeiro, fadando-as ao desaparecimento. Num país onde dominavam os produtos agrícolas, as máquinas foram empregadas, então, em benefício da agricultura, assim mesmo só após a garantia dada pelo governo (lei de 1875) de juros de 7% para o capital empregado. O açúcar, principalmente, adotou novos processos, criando-se as usinas de pesado maquinário, sem contudo conseguir restabelecer a antiga posição no mercado internacional.

Os capitais não empregados na lavoura voltaram-se principalmente para os meios de transporte, que iriam também beneficiar a agricultura.

Irineu Evangelista de Souza deu início às ferrovias, conseguindo fazer correr a primeira locomotiva em 1854, sobre os 15km entre o porto de Estrêla e a Raiz da Serra de Petrópolis.

Mariano Procópio continuou a obra de Mauá, construindo a Estrada União e Indústria, rodovia que, em 1861, ligou a Raiz da Serra a Juiz de Fora, escoando a produção mineira.

Passando o governo a garantir juros de 5%, pela lei de 1852, as ferrovias começaram a unir o interior aos centros de exportação: Belém é ligada ao Rio em 1858; Una a Recife em 1862, Alagoinhas a Salvador em 1863, Jundiá a Santos em 1867 e finalmente S. Paulo ao Rio em 1877.

Livre da tutela inglesa, a navegação aumentou, sob as bandeiras brasileira e de outras nações, não só no número de viagens como na tonelagem transportada.

HEGEMONIA SUL-AMERICANA — QUESTÕES COM A INGLATERRA

Este progresso, baseado na riqueza cafeeira, conduziu o país a uma posição de destaque no continente, no tempo em que as repúblicas hispano-americanas, sem base econômica, sangravam em lutas internas.

As campanhas de 51-52, 64 e particularmente a guerra de 65-70 foram possíveis graças ao café.

Este período também foi assinado por longa luta diplomática com a Inglaterra, que procurava manter no Brasil a ascendência perdida com o fim do tratado de 1827. No pacto de 1826, relativo à abolição do tráfico e gradual extinção da escravidão negra, o Brasil comprometeu-se a cessar a importação no ano de 1831. A influência dos fazendeiros, porém, fez com que este compromisso fosse esquecido, provocando continuas intervenções dos navios de guerra ingleses contra os mercantes brasileiros e mesmo em águas territoriais ou portos. Em 1845, não tendo o Império cumprido o estipulado no tratado, o governo inglês promulgou o "bill Aberdeen", lei pela qual os navios negreiros brasileiros seriam apreendidos e remetidos para a Inglaterra. Esta lei provocou enorme reação no Império, espicacando o brio patriótico (ou os interesses

masqueados por uma sentimentalidade patrioteira, como diz Pandiá Calógeras) ao ponto de fazer com que as entradas, em 1848, triplicassem os níveis anteriores a 1845. Eusébio de Queirós conseguiu porém mudar os rumos políticos da questão, provocando a sanção da lei de 1850 que realmente extinguiu o tráfico negroiro.

Esta disputa se refletiu, logo a seguir na atitude inglesa face à questão com Rosas: a Inglaterra tentou evitar a aliança com o Uruguai, Corrientes e Entre-Rios. A situação interna brasileira já estava solidificada e permitiu que o Império fizesse o indicado como mais vantajoso para a política externa nacional.

A questão Christie, em 1862, em que o embaixador inglês deste nome fazia reclamações indébitas a respeito de navios e oficiais ingleses, marcou a libertação definitiva do Brasil. Enfrentando diretamente o governo inglês, chegando à ruptura das relações, conseguiu-se firmar a soberania nacional.

A guerra do Paraguai foi o índice da hegemonia brasileira; fôra causada pela inveja do ditador paraguaio à posição do Brasil na América do Sul. O ano de 1870, marcando o fim da guerra, assinalou também o princípio do desenvolvimento econômico argentino, favorecido pelo quase exclusivo fornecimento de víveres aos exércitos aliados. A pecuária e o trigo fizeram surgir outra potência econômica na América.

FASE REPUBLICANA — PAULISTA

Com o desaparecimento da lavoura do Vale do Paraíba, simultânea à abolição e à queda do Império, o café não decaiu porque, desde a suspensão do tráfico escravista, fazendeiros paulistas, seguindo o exemplo do Senador Nicolau Vergueiro, passaram a utilizar o braço branco imigrante, livre e assalariado. As novas correntes de sangue que vão entrar no caldeamento das raças, já em processamento no Brasil, vão modificar tendências retrógradas do país, particularmente naquele Estado.

Procurando terras de menor declive, mais abrigadas dos ventos da costa, os cafezais começaram a surgir no vale do Mogy Guassú, estendendo-se pelo oeste de S. Paulo e depois no norte do Paraná, sobre a magnífica "terra roxa", onde achou seu verdadeiro habitat. Embora o cultivo tomasse um caráter mais técnico, a plantação não fugiu ao sistema indígena da "coivara" — destruição da cobertura vegetal.

Foi e é o café paulista que apoia o desenvolvimento da República. Santos substituiu o Rio como maior porto de exportação. Já em 1890 embarcava o dobro das sacas que saíam pelo último. No primeiro decênio deste século exportou 14 milhões de sacas, contra 3 milhões do Rio.

Após a 1ª Guerra Mundial, a superprodução começou a se fazer sentir até que a crise de 1929 causou a depressão econômica, uma das causas da revolução de 1930 no Brasil. O novo governo, adotando o sistema da valorização do produto, não só fez substituir a monocultura cafeeira por outras atividades econômicas, como a industrial, como fez aumentar a produção dos concorrentes no mercado do café.

Estamos vivendo nova fase de transição econômica: o café é o "esteio do Brasil", como o classificou Taunay, mas a indústria já está se firmando para fazer surgir novo ciclo.

A BORRACHA

Integrada na colônia portuguesa pelas entradas de caça ao índio e pelos exploradores das especiarias americanas, a Amazônia conhecida até o meado do século XIX resumia-se nas margens dos grandes rios. Sua grande riqueza, a borracha, já era porém conhecida pelos portugueses que, no século XVIII, enviaram uma roupa deste material ao rei.

Quando Good Year descobriu o processo da vulcanização, permitindo que, depois de 1850, a borracha fosse aplicada no revestimento dos aros das rodas dos automó-

veis, esse produto tornou-se essencial para a indústria.

O baixo Amazonas forneceu, a partir de 1860, grandes quantidades do latex. A grande migração cearense para o vale, de 1877 a 1880, consequência de uma das grandes secas do nordeste, povoou o terço médio do rio de tal modo que, com a invenção do pneumático em 1890, o Brasil era grande produtor da matéria-prima necessária.

A maior procura provocou maior migração e o cearense internou-se pelos afluentes até encontrar a rica região acreana, onde sua fixação deu ao Brasil a última conquista expansionista. O tratado de 1903, com a Bolívia, fez o Acre entrar na comunidade brasileira e, com ele, a grande riqueza extraída da mata virgem.

O primeiro decênio do século XX foi a época da borracha, que contribuiu com 28% do valor de nossa exportação. Manaus e Belém tornaram-se cidades faustosas, onde companhias européias representavam em teatros suntuosos, enquanto o seringueiro plantava povoações ribeirinhas que devassavam o interior.

Em 1911 foi atingido o máximo da produção. No ano seguinte os ingleses apresentaram no mercado um produto tecnicamente mais perfeito, obtido nas plantações asiáticas com sementes roubadas do Brasil em 1876. Repetiu-se, no século XX, o que se passara com os produtos coloniais: a borracha fôra explorada em quantidade e não em qualidade, e afastada do mercado por um produto melhor.

A EXPANSÃO REPUBLICANA

Durante o período colonial, o açúcar conquistara aos índios e entrelopos a costa do nordeste; a caça ao índio, o planalto central de S. Paulo, o vale do Paraná e o rio Amazonas, tendo sido seguida pela fixação do gado no interior baiano, nos vales do S. Francisco, e Parnaíba, nos campos de Curitiba, do sul de Mato Grosso e nos pampas gaúchos; as minas povoaram

o litoral sul até Laguna e principalmente o centro mineiro, goiano e matogrossense.

Havia, ao se iniciar o Império, vários hiatos no povoamento do colosso liberado.

Ao café coube o preenchimento de uma parte deles: o Vale do Paraíba, a Zona da Mata e o Oeste paulista uniram a costa à antiga região aurífera, aos pastos do Triângulo Mineiro e de Mato Grosso e agora invade o norte paranaense. Ocupou a "vasta área de mais de 700.000 quilômetros quadrados e onde se encontra cerca de metade população brasileira e três quartas partes da sua potencialidade econômica".

A borracha varou os afluentes do rio-mar, mas apenas arranhou a selva.

Uma nova fase expansionista está em curso no oeste paranaense e catarinense com a internação de colonos estrangeiros, que, explorando a indústria madeireira, vai lançando novos núcleos povoadores selecionados.

Não se pode deixar de mencionar a moderna expansão aérea que investiga o interior selvagem para trazê-lo à comunhão civilizada do Brasil.

CICLO INDUSTRIAL

O Brasil, durante a revolução comercial provocada por D. João, parecia querer acompanhar a corrida industrial, iniciada na Inglaterra durante o fim do século XVIII. O alvará de 1 de abril de 1808 permitiu o estabelecimento de todas as indústrias na colônia, anulando as restrições impostas pelo de 1875, cujo rigor é bem patente na recomendação de um ministro ao governador da Bahia, para que "não consentisse se lhe apresentassem pessoas vestidas com tecidos de lã, seda ou algodão, que não sejam manufaturas do reino...". Inácio Pinto de Almeida pediu permissão para organizar uma associação de proteção à indústria, enquanto o negociante Siqueira Nobre pretendia contratar operários em Londres, para a montagem de uma fábrica de tecidos. A indústria mi-

neira de ferro teve um sensível aumento nesta fase.

O tratado de 1810 amorteceu este movimento, pois não era possível à nascente indústria competir com os baixos preços das manufaturas inglesas. A ele sucedeu o de 1827, que manteve o país exclusivamente agrícola até a metade do século.

A partir de 1850, o progresso, baseado no café, voltou-se principalmente para os transportes, mas não deixou de aparecer a indústria aplicada à agricultura, como a mecanização da produção do açúcar, e a de fundição, lançada por Irineu Evangelista de Souza. Entre 1850 e 1865 foram fundadas 180 sociedades comerciais e industriais.

A crise financeira, seguida do desenvolvimento apreciável da cultura cafeeira, fez, neste país de tendências monoculturais, esquecer os empreendimentos industriais.

A Guerra Mundial de 1914-18 mostrou, pela primeira vez, a situação delicada em que ficaria o país, "produtor de sobremesa", em caso de conflagração internacional que atingisse principalmente o transporte marítimo, impossibilitando particularmente a importação dos produtos essenciais.

A crise econômica de 1929 provocou a mudança governamental e, com ela, a orientação econômica brasileira. Sentida a necessidade de não se apoiar num único produto, além do mais de importância secundária, procurou-se incentivar a policultura e o aparecimento das "indústrias de base".

Isto só veio a se tornar real, porém, após a 2ª conflagração mundial que, apresentando maiores restrições ao comércio internacional, confirmou e tornou mais calamitosos os erros da orientação econômica inicial. Surgiram, então, estudos, discussões e congressos que passaram a tratar tecnicamente das possibilidades do país e do melhor modo de explorá-las.

Após o terceiro decênio deste século, a indústria se firmou no país. O aproveitamento das fontes de energia, que se vinha fazendo progressivamente, mas lentamente, desenvolveu-se, principalmente: o car-

vão mineral do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo; o petróleo da Bahia; o potencial elétrico de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro e da cachoeira do Paulo Afonso.

Firmaram-se as indústrias: metalúrgica, de tecidos, de materiais de construção (cerâmica, cimento, vidro plano e madeira), de produtos farmacêuticos, de papel, de material elétrico, de materiais de transporte (vagões e caminhões) e de artefatos de borracha.

Infelizmente o retorno das grandes indústrias estrangeiras à atividade pacífica fez novamente o Brasil enfrentar o problema dos preços, pois, procurando recuperar os mercados temporariamente perdidos, as potências industriais procuram fortalecer a política internacional da livre concorrência, o que fará os países pouco desenvolvidos industrialmente, como o nosso, voltarem às produções agrícolas tropicais e à extração de matérias-primas. Isto lhe dará pequena projeção internacional, uma vez que os possíveis compradores destes produtos, justamente as nações industriais de clima temperado, trocam-nos por produtos manufaturados de muito maior valor econômico.

O problema atual está sendo enfrentado com o estabelecimento de novo protecionismo alfandegário, que permite um controle das importações, visando principalmente a restrição de produtos manufaturados, em benefício de outros que deverão desenvolver a indústria nacional.

O Cel. Edmundo Macedo Soares assim se referiu à época atual: "Economicamente, o século XIX está terminando agora no Brasil, com as grandes iniciativas tomadas nos últimos vinte anos: — tudo indica que estamos no limiar das grandes conquistas modernas, preparando-nos para um desenvolvimento mais rápido do meio físico em que vivemos. O Brasil mudou de feição no último quarto de século. Está, agora, como afirmou recentemente Euvaldo Lodi, "re-

cuperando as energias desgastadas, na velocidade de seu progresso".

Bibliografia :

A margem da borracha — Durval Bastos de Menezes.

Brasil — 1942 — Ministério das Relações Exteriores.

Civilização Holandêsa no Brasil J. Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro.

Evolução da cafeicultura brasileira — José Testa, no "Digesto Econômico", n. 112, março de 1954.

Evolução do povo brasileiro — F.J. Oliveira Vianna.

Formação Histórica do Brasil — J. Pandiá Calógeras.

História Administrativa e Econômica do Brasil — Helio Vianna.

História da Civilização Brasileira — Pedro Calmon.

História da Viação Brasileira — Helio Vianna.

História do Brasil — Osório Duque Estrada.

História do Brasil — Rocha Pombo, Curso Superior.

Industrialização Brasileira e Auto-suficiência — Cel. Edmundo Macedo Soares, Conferência na E.E.M., em junho de 1949.

Ribeira do S. Francisco — M. Cavalcanti Proença.

Terra do Brasil — Afonso Arinos de Melo Franco.

EMPRESA IMOBILIÁRIA CAPIXABA

J. Gualberto da Silva

Lotes — Terrenos — Chácaras — Sítios — Fazendas — Imóveis em Geral

Uma Organização para o Progresso do Estado

MATRIZ — VITÓRIA — TEL. : 36-74

RUA DO ROSÁRIO, N. 24 — VITÓRIA — E. E. SANTO

C. B. R.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ROUPAS

Escritórios :

Av. Rio Branco, 52-9º e 10º Andares

Telefone : 43-8870

Rio de Janeiro

FUTURO DE MATO GROSSO

Cap. ALFREDO AUGUSTO AMARAL

Mais uma linha da REAL se inaugurou para o grande estado mediterrâneo: do Rio para Assunção, aproveitando retas já balizadas e desbravando o percurso Corumbá - Porto Murtinho - Capital guarani.

Há muito pouco tempo, a mesma empresa lançou Araçatuba — Dourados-Campo Grande passando por Maracajú. Em compensação a VASP deixou em suspenso a ligação Tupã-Campo Grande, além de não executar a concessão Londrina-Campo-Grande.

Assim, em menos de um ano, a REAL denotou surto extraordinário de expansão para o Oeste, no qual se incluem a linha Concepción — Assunção, no Paraguai e a penúltima, Araçatuba-Londrina.

Essas junções são imperativas que se impõe pelo incremento de progresso que se observa no grande Estado de Mato Grosso, até então bastante esquecido. O desenvolvimento de hoje é contínuo e tem fortes bases, pois recebe o somatório das expansões de São Paulo, Paraná e Goiás. Após 1943, Campo Grande recebeu trens diários; a Noroeste melhorou seus serviços em geral, aperfeiçoando e desenvolvendo as comunicações. A composição de carros metálicos "Guia Lopes" merece menção especial pelo acréscimo de conforto.

As variantes continuam nas obras morosas, contudo estas não param. A eletrificação até Lins foi considerada anti-econômica, o alargamento da bitola ficou esquecido. O ramal de Campo Grande a Ponta Porã iniciado em 1943, dava trânsito até Maracajú em 1947, todo terminado em 1952, estabelecendo

contacto com a República Paraguai. Também foi inaugurado nesse ano o trecho difícil e final da Noroeste, de Porto Esperança a Corumbá, unindo-a à Brasil-Bolívia. Foram 93 km rasgados em rocha dura-minérios de ferro e vencendo pantanais. O Presidente Café Filho inaugurará dentro de poucos dias o trecho final que o Brasil se propôs construir, até Santa Cruz de la Sierra; falta agora apenas a enorme ponte sobre o Rio Grande. Fica, assim assegurado pelo Brasil o grande tronco Santos-Santa Cruz, que prolongado pelos bolivianos até Cochabamba, dará existência à tão sonhada Trans-Continental, até Arica. Pelo último acôrdo econômico com o governo de La Paz, receberá Mato Grosso petróleo pelos carros-tanques que se destinarão a Corumbá e Campo Grande. A Noroeste foi a primeira estrada brasileira a adquirir locomotivas Diessel-hidráulicas, de grandes resultados no problema de tração, pois assegura enorme economia de combustível em marcha lenta.

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a melhor empresa nacional no gênero, continua prolongando lenta e seguramente suas pontas de trilhos, aproximando-se das barrancas do Paraná. A bitola de um metro e sessenta já atinge Garça e os trens elétricos vão a Marília.

A Sorocabana está com os trabalhos de exploração da linha em terreno matogrossense, pelas informações que me chegaram. É esperançoso ter o notável estado bandeirante, agora, um Governo continental do Ex-Presidente Dutra,

pois ele bem pode tomar interesse pela expansão da Sorocabana. A eletrificação desta está alcançando já Bernardino de Campos. Quando chegar a Assis, o grande tronco de 900 km terá dois terços com essa forma de tração. Os trabalhos da grande usina elétrica de Salto Grande estão no fim; e com as outras quedas do Paranapanema a aproveitar, fica assim absolutamente garantida a eletrificação do restante da linha, pois seu traçado moderno, desde Bernardino de Campos até Presidente Epitácio atende perfeitamente aos requisitos técnicos exigidos. Com tudo isso, estará apta a enfrentar a Paulista no Sul de Mato Grosso, na região de Dourados.

A quarta ferrovia que assegura brilhante situação no sistema de transportes para Mato Grosso é a Araraquarense, de administração estadual como a Sorocabana, e em situação técnica muito boa. Em 1941 ela atingiu Bálsamo, pouco além de Mirassol; depois, vagarosa mas ininterruptamente, Votuporanga, Jales e, finalmente, Porto Presidente Vargas. Li o edital de concorrência para a construção da ponte sobre o Rio Paraná, depois tive informação posterior de que estava em obras, ao mesmo tempo que se desenvolviam os trabalhos de exploração da linha rumo a Cuiabá (nessa ocasião a REAL lançava a ligação São Paulo-Votuporanga-Baus-Cuiabá, apoiada nas Cidades ao longo da Araraquarense), sendo Baus seu trajeto futuro. No fim do ano de 1953, quase duzentos quilômetros de trecho inicial, que entronca com a Paulista em Araraquara, tinham sido remodelados, estando sendo colocados três trilhos, pois a bitola será alargada. Os vagões com o novo gabarito já foram providenciados em parte e, enquanto não entram em tráfego, estão sendo alugados à Central, Santos-Jundiaí e Paulista, conforme se pode observar facilmente aqui no Rio mesmo. Passemos ao setor rodoviário, sem cogitarmos da possibilidade de prolongamento da Viação Férrea Paraná-Santa Catarina de Mandu-

guarí até Porto São José e daí até Ponta Porã, concorrendo com a Sorocabana.

Quanto às estradas de rodagem o progresso paulista é magnífico, tendo os grandes troncos que acompanha as quatro citadas ferrovias atingido o Rio Paraná, ao mesmo tempo que a S. Paulo-Cuiabá está com trechos atacados nos Estados de São Paulo, Minas e Mato Grosso. Faltam apenas a pavimentação para que as cinco satisfaçam razoáveis requisitos. São todos de construção relativamente recente e, portanto, obedientes a normas técnicas ótimas: evitam as cidades, aproveitam os espigões e possuem rampas e declives compatíveis com um tráfego intenso, pesado e em bases econômicas. De Baurú a Aracatuba, por exemplo, só se atravessa uma cidade e o percurso é feito em cinco horas menos que o trem. Informaram-me no Distrito do DER, sediado em Baurú, que serão, brevemente asfaltados os trechos de Baurú a Marília, a Lins a Botucatu; e desta a Presidente Prudente. Já estavam pavimentando todo o início do tronco sorocabano até Botucatu. No trecho araraquarense o asfaltamento está quase completo até São José do Rio Preto.

Chegará o dia em que o tremendo ritmo de progresso paulista não conseguirá ser detido por limites naturais, como o Rio Paraná, ou administrativos como barreiras naturais.

As rodovias matogrossenses melhoraram de modo geral, em alguns casos, sensivelmente. A ligação de Cuiabá com Campo Grande que exigia cinco penosos dias passou para apenas dez horas depois de vários melhoramentos, principalmente de pontes construídas. Ir de São Paulo a Cuiabá já não é mais uma aventura, apesar de não ser comparável ao trajeto na Via Anchieta ou Pres. Dutra, ou, ainda, às estradas comuns do interior do estado bandeirante. Quem folheia o orçamento da República, na parte do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, pode reparar que aparecem obras isoladas, como grandes pontes contempladas com

verbas federais. Isso é um grande passo na solução do problema que representa a construção de certas ligações, principalmente as interestaduais, em que os dois interessados nem sempre pode arcar com uma obra de vulto. Assim conseguiu-se a magnífica ponte sobre o Araguaia entre Mato Grosso e Goiás. Outra obra importante será a adaptação da travessia da Noroeste sobre o Rio Paraná para o trânsito de automóveis, com recurso federal e com benefício de vasta zona em volta de Três Lagoas e Santana do Parnaíba. No orçamento deste ano foram previstas as verbas necessárias para a construção de um importante tronco, o que unirá o Porto 15 de Novembro, frente à ponta dos trilhos da Sorocabana, no Rio Paraná, à cidade de Porto Murtinho, no Rio Paraguai e atravessando a fértil região de Dourados.

Vemos as margens do Rio Pardo, afluente do Paraná, outrora abandonadas e marcadas com a estigma da malária e outras endemias regionais, plantadas de extensos arrozais. Florescem os trigais em Dourados e breve todos os cereais serão produzidos em quantidade que satisfaça à crescente necessidade do mercado consumidor paulista. Vinte milhões de pés de café foram plantados ao Norte de Cuiabá, isentos do perigo das geadas e dos gafanhotos, com o transporte fluvial, que é o mais econômico.

A agricultura bandeirante está sedenta de terras novas, a indústria precisa ampliar os mercados. E a primeira fábrica de cimento já se instalou em Corumbá. Nas vizinhanças da "Cidade Branca" há abundância de minérios de ferro e manganês não poderia deixar de incrementar a siderurgia, a per da grande exportação, pelo Rio Paraguai abaixo, para os Estados Unidos e Argentina. Corumbá recebeu do governo federal um cais moderno e o tráfego do Brasil-Bolívia vai-lhe aumentando o comércio.

Dai sai a ligação da Cruzelro do Sul para o Território do Acre, ou-

tra para o Rio, via Campo Grande e São Paulo. Da Nacional parte bi-semanalmente avião para a Capital Federal, passando em Cáceres, Cuiabá, Goiás e Uberlândia. A Panair do Brasil acompanha a Noroeste, pousando em Campo Grande, Três Lagoas e Baurú, daí a São Paulo. A Itau também a liga à Paulicéia, e diretamente.

No setor educacional sentia-se a grande lacuna de escolas de nível superior, o qual obrigava todos os jovens matogrossenses que desejassem concluir os estudos a procurar as duas maiores cidades do Brasil. Felizmente, Campo Grande, a cidade mais progressista do Estado, já conta com sua primeira Faculdade, a de Filosofia, Ciências e Letras, dirigida pelos religiosos do Colégio "Dom Bosco". Diminuirá, por certo, a sangria de suas elites e dará início à formação de outras Faculdades, até que se forme uma Universidade. Mato Grosso foi o último Estado a ter escola superior, embora tenha ouvido que duas delas já funcionaram em Campo Grande e uma em Cuiabá. As últimas Faculdades criadas no território paulista, como as três de Baurú, as de Araçatuba, Lins e Marília, tornaram mais fácil o problema de certas famílias que não poderiam sustentar seus filhos numa grande cidade.

Podemos concluir que é magnífico o futuro dessa enorme unidade da Federação. Só o binômio energia-transportes apregoado pelo governo mineiro não resolve o problema de um território de fraquíssima densidade de população, necessitando de imigração intensiva e constante. As endemias serão vencidas paulatinamente, pois as distâncias são enormes, as estradas servem apenas a escasso número de cidades. Mas o solo ubérrimo do sul, a riqueza imensurada do subsolo, a facilidade das comunicações fluviais e a proximidade de estados que se acham em plena fase de expansão, como São Paulo e Minas, garantem o futuro de Mato Grosso.

EU JÁ ESTOU PERDIDO, SARGENTO !

Morro do Castelo ! Esse é o nome de um reduto inimigo que se tornou famoso, à força dos repetidos ataques que suportou, assinalando feitos heróicos dos audaciosos infantes do Sampaio.

A posse dessa elevação, cuja escalada a neve tornou, por si só, tarefa para destemidos alpinistas, por espiar para dentro das nossas posições, mais crescia de valor.

Tendo sido decidido tomá-la ao boche, foi lançado ao ataque um dos Batalhões do Regimento Sampaio. Das mais sangrentas se desenrolava a batalha, épico batismo de fogo do nosso 1º Batalhão, em meio a um ensurdecador duelo de artilharia, que não impedia contra nós a ação imediata das lurdinhas, dos morteiros e canhões, estava a exigir de nossos briosos infantes, além do tenaz esforço físico, vigorosa coragem.

Em tais condições, progredia já com dificuldade, entre outros muitos mais, o G C comandado pelo Sgt. Freire. O objetivo, porém, estava próximo e numa arrancada derradeira seria levado de vencida. O momento era desses que pertencem ao mais ousado : pedia o exemplo eletrizante de um bravo. O Soldado Francisco de Paula Moura Neto, empolgado, anima seus camaradas, lançando-se vigorosamente para a frente: "Companheiros ! Temos que tomar o Morro do Castelo !" Despreza-se o G C ! Avança ! Paulo Moura Neto a certa altura, é ferido mortalmente e tomba, para não mais se levantar ! Seu Cmt. de G C passa por ele e quer socorrê-lo. Dedo em riste, Paulo Moura Neto aponta uma última vez para o perfil do traçoiredo reduto, e num estertor final, grita para seu chefe: "Eu já estou perdido, Sargento ! Continue no ataque".

Paula Neto ! Tombaste pela glória do Brasil ! E teu nome honra hoje a galeria dos bravos do nosso Regimento Carioca de Infantaria, do Teu Regimento Sampaio !

Dez anos são passados, mas todos aqueles companheiros de tantas jornadas jamais foram esquecidos. Eis porque a Casa Neno hoje dirigida também por um ex-combatente, faz questão de servir realmente a todos os que, da ativa ou da reserva, a honrarem com a sua visita, num dos endereços abaixo :

Rua Sete de Setembro, 145 — Tel. 43-2215 e 43-9134 (Matriz)

Rua Buenos Aires, 151 — Sobrado — Tel. 43-7778

Avenida Passos esquina Presidente Vargas — "Esquina da Casa Neno" — Tel. 43-6905

Rua República do Líbano, 7 — Tel. 22-4590

Em Madureira : Rua Maria Freitas, 110 (loja própria)

Em Niterói : Rua da Concelção, 47

Na Penha : Largo da Penha, 59-C.

Rádios, Geladeiras, Televisão, Planos, Liquidificadores, Ferros de engomar, Toca-discos, Enceradeiras, Ventiladores, Relógios, Bicicletas, Máquinas de lavar, Aspiradores e demais artigos elétricos, Máquinas de costura, Máquinas fotográficas,

Motocicletas, Máquinas de escrever

Um mundo de coisas ao seu dispor



CORONEL KELVIN RAMOS BITTENCOURT

Faleceu, inesperadamente, no dia 20 do corrente, o Coronel Kelvin Ramos Bittencourt que até bem pouco serviu em meu Gabinete.

Oficial discreto, inteligente e culto, profundamente dedicado aos assuntos de sua profissão, era encarregado do estudo dos problemas relacionados com o patrimônio deste Ministério, como adjunto da Divisão Técnica do Gabinete.

Possuidor de uma larga fôlha de serviços prestados em comissões técnicas, teve oportunidade de pôr a prova, nas funções que atualmente exercia, seus dotes peregrinos de compreensão e discernimento, analisando exaustivamente os processos submetidos à sua apreciação, a respeito dos quais emittiu pareceres substanciosos e acertados.

Chefe de família modelar, dedicado amigo dos seus colegas de armas, dotado de fina educação, o Coronel Kelvin havia conquistado para si, e para os seus, uma invejável situação de bem-querência e admiração, que constituirão o eterno penhor da nossa infinita mágua por seu tão prematuro passamento — (a) Gen. H. Lott, Ministro da Guerra.

O CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR ARGENTINO

Trad. do Gen. NISO DE VIANNA MONTEZUMA

VI

CAPÍTULO III

Inquirição

Art. 261. Cada testemunha deve ser inquirida separadamente em presença do secretário, sob pena de nulidade.

Art. 262. As testemunhas devem esclarecer os fundamentos de suas declarações, isto é, dizer como e porque sabem ou têm conhecimento dos fatos sobre os quais depõem. Estes esclarecimentos deverão constar dos autos.

Art. 263. Antes de começarem a depor, as testemunhas deverão ser instruídas sobre as penas impostas aos falsos testemunhos, para o que lhes serão dadas a conhecer as disposições constantes do Código Penal.

Art. 264. Ninguém poderá assistir às declarações, exceto quando :

- 1º) a testemunha fôr cega ou não souber ler nem escrever ;
- 2º) fôr mulher ;
- 3º) a testemunha ignorar o idioma nacional, fôr surdo ou mudo, ou surdo-mudo.

Art. 265. No primeiro caso do artigo anterior, o instrutor nomeará acompanhante para a testemunha, o qual deverá assinar o depoimento depois d'êste haver sido ratificado ; no segundo, o acompanhante será escolhido pela interessada (por ela ou por seu marido, se fôr casada), podendo o indicado ser recusado pelo instrutor. No terceiro caso

se procederá como prescreve o artigo 234.

Art. 266. Antes de começar o interrogatório as testemunhas prestarão juramento de dizer a verdade.

Art. 267. Recebido o juramento será exigido que a testemunha declare seu nome e sobrenome, idade, condição, profissão ou ofício ; se conhece o processado e se tem notícia do processo ; se é parente e em que grau, amigo ou inimigo do acusado, ou se está abrangido por algum dos outros impedimentos da lei, que lhe serão dados a conhecer.

Art. 268. Feitas essas declarações, a testemunha será perguntada :

- 1º) sobre tôdas as circunstâncias do delito, tempo, lugar e modo de perpetração, dando os fundamentos do que disser ;
- 2º) quando depuser como testemunha de vista : — sobre o tempo e lugar em que o viu ser praticado ; se estavam presentes outras pessoas que também o tenham assistido e quais eram ;
- 3º) quando depuser por ouvir dizer : — sobre as pessoas das quais tiver ouvido, em que tempo e lugar ; se havia outras pessoas presentes e quais eram.

Art. 269. Se, a propósito do depoimento, a testemunha apresentar algum objeto que possa servir para acusar o processado ou para defen-

dê-lo, será feita menção de sua apresentação e ele será juntado ao processo, se fôr possível, ou será guardado pelo secretário, fazendo-se isso constar dos autos.

Se se tratar de documento, será rubricado pelo instrutor e pela testemunha ou pelo secretário, em caso da testemunha não saber, não poder ou não querer fazê-lo.

Art. 270. Não será lida a testemunha a diligência que houver sido realizada em consequência de indicação retirada de depoimentos prestados.

Art. 271. Os depoimentos serão prestados de viva voz, sem que às testemunhas seja permitido ler respostas levadas por escrito. Todavia, conforme a natureza do processo, lhes será facultado consultar notas ou documentos que tiverem em seu poder.

Art. 272. O instrutor terá o cuidado de não consignar nos autos as declarações redundantes, inúteis ou inconseqüentes, devendo lembrar-se que a concisão e a rapidez são a condição de todo processo.

Art. 273. O juiz-instrutor retirará as indicações úteis que se encontrarem nos depoimentos e as aproveitará com oportunidade.

Art. 274. Enquanto durarem os depoimentos, o juiz-instrutor poderá deixar as testemunhas incomunicáveis entre si, desde que o considere conveniente.

Art. 275. O juiz-instrutor poderá dispôr que a inquirição das testemunhas seja feita no lugar em que o fato se passou, ou em presença dos objetos relacionados com o depoimento.

Também poderá repetir ou ampliar os depoimentos das testemunhas, quando o julgar conveniente.

Art. 276. Se da instrução resultar que alguma testemunha usou de falsidade, será tirada cópia das peças conducentes para a averiguação do delito. Essa documentação será remetida à autoridade que houver designado o juiz-instrutor para a formação do respectivo processo militar ou à justiça ordinária, quando

se tratar de testemunhas que não estiverem sujeitas à jurisdição militar.

CAPÍTULO IV

Reconhecimento de pessoas

Art. 277. Toda pessoa que, em seu depoimento ou em qualquer outro ato, tiver que designar outra pessoa, deverá fazê-lo de maneira clara e precisa, mencionando bem seu nome, domicílio e todas as circunstâncias que conhecer a respeito dela, que forem úteis à finalidade da averiguação. Se não fôr possível dar as indicações necessárias e fôr declarado que a reconhecerá no caso de lhe ser apresentada, se procederá ao reconhecimento.

Art. 278. O reconhecimento de pessoa será feito tendo-se o cuidado:

- 1º) que a pessoa a ser reconhecida não se disfarce, não se desfigure ou encubra sinais característicos que possam orientar à que deva reconhecê-la;
- 2º) que a pessoa encarregada de fazer o reconhecimento diga as diferenças ou semelhanças que observar no estado atual da pessoa ou pessoas assinaladas e seus acompanhantes, se os houver, e o que tinham à época a que se refere o depoimento.

Art. 279. A pessoa que deva ser reconhecida pode escolher o lugar em que quiser colocar-se entre as que a acompanharem nesta diligência e pedir que se exclua da reunião qualquer pessoa da qual suspeitar. O instrutor poderá limitar prudentemente o uso deste direito quando o considerar malicioso ou improcedente.

Art. 280. A pessoa, cujo reconhecimento se pretender, será colocada ao lado de outras, que devem acompanhá-la ficando, todas, em linha; e, só então, será introduzida no recinto a pessoa que vai fazer o reconhecimento. A esta, depois

de ser tomado o juramento de dizer a verdade, será perguntado :

- 1º) se confirma seu depoimento;
- 2º) se, depois de havê-lo prestado, viu a pessoa a quem atribui a autoria do fato, em lugar, por que motivo e com que fim ;
- 3º) se dentre as pessoas presentes se encontra a que designou em seu depoimento.

Se responder afirmativamente à última pergunta, lhe será permitido examinar cuidadosamente as pessoas previamente colocadas observando-se-lhe que deverá tocar com a mão a pessoa reconhecida limitando-se, porém, a apontá-la se se tratar de superior hierárquico.

Art. 281. Quando forem várias as pessoas chamadas a efetuar o reconhecimento de pessoas ou várias as pessoas a serem reconhecidas, haverá tantos atos separados quantos forem os reconhecimentos a efetuar.

CAPITULO V

Acareações

Art. 282. Quando as testemunhas ou os processados entre si, ou aquelas com estes, divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes, o instrutor procederá à acareação.

Art. 283. Ao ato só estarão presentes as pessoas que vão ser acareadas e os intérpretes, se necessário.

Art. 284. O juiz-instrutor mandará ler as declarações anteriores nas partes consideradas divergentes e chamará a atenção dos acareados para que expliquem os pontos de divergência, a fim de melhor poder chegar ao descobrimento da verdade.

Art. 285. Será reduzido a termo o ato de acareação, do qual constarão as perguntas e respostas trocadas sem, entretanto, se permitir que os acareados se insultem ou se ameacem; nêle também se farão

constar as particularidades próprias e serão assinadas tôdas as diligências que se realizarem, depois de lidas e ratificadas.

Art. 286. Quando a acareação fór entre testemunhas, lhes será novamente tomado o juramento de dizer a verdade. Os processados não prestarão juramento.

Art. 287. Não se recorrerá à acareação quando se dispuser de outros meios de comprovar o delito ou descobrir a verdade.

Art. 288. Não haverá acareação de praças com oficiais.

TITULO V

EXAME PERICIAL

Art. 289. Haverá intervenção de peritos sempre que para o exame de uma pessoa ou para a apreciação de um fato ou circunstância pertinente ao processo, houver necessidade de conhecimentos especializados em alguma arte, ciência ou indústria.

Art. 290. Serão nomeados dois ou mais peritos, a menos que haja apenas um disponível e que seja perigoso retardar a ação.

Também bastará um só perito nos casos de pouca importância.

Art. 291. Os peritos serão designados pelo instrutor e deverão ser possuidores de tal título na ciência ou na arte correspondente ao aspecto a ser examinado, se a profissão ou arte estiver regulamentada em lei; em caso contrário, poderão ser nomeadas outras pessoas entendidas ainda que não sejam possuidoras de título.

A designação militar supre o título de perícia no desempenho de cargos ou funções militares.

Art. 292. Sempre que fór possível fazer a revisão de um laudo pericial elaborado por pessoa sem título, por outra ou outras com título, o instrutor o providenciará, se lhe parecer necessário.

Art. 293. Os peritos aceitarão o cargo sob juramento e para desempenhá-lo deverão ser citados tal como o são as testemunhas.

Art. 294. O perito que deixar de comparecer ou que relutar em emi-

tir opinião, será a tanto compelido pela mesma forma por que o são as testemunhas.

Art. 295. Os peritos não são obrigados a comparecer nem a emitir opinião nos mesmos casos em que as testemunhas não o são a comparecer e depor.

Art. 296. O instrutor poderá assistir ao exame que os peritos fizerem, das pessoas ou das coisas.

Art. 297. O instrutor formulará os quesitos a que os peritos tenham de responder e lhes proporcionará, verbalmente ou por escrito, todos os elementos interessantes, evitando fazê-lo de forma sugestiva ou maliciosa. Tudo isso deverá constar dos respectivos autos.

Depois disso os peritos, juntos, executarão todos os atos e experiências que julgarem indispensáveis, indicando os fatos e as circunstâncias que servirem de base ao seu parecer.

Art. 298. A diligência de investigação poderá interromper-se se for demasiadamente prolongada; neste caso, porém, deverão ser tomadas as precauções devidas e possíveis, para evitar alterações nas pessoas, objetos ou lugares sujeitos ao exame.

Art. 299. Os peritos emitirão verbalmente seu parecer, que será tomado por termo, exceto nos casos em que a natureza ou a gravidade do fato requerer a forma escrita assim como as informações facultativas de professores em alguma ciência, quando serão, sempre, apresentados por escrito, solicitando-se para isso e previamente, o tempo necessário.

Art. 300. O parecer pericial deve conter:

- 1º) a descrição da pessoa ou coisa que seja o objeto do exame, assim como do estado e forma em que se achava ao ser examinada;
- 2º) a relação detalhada de todos os atos praticados e de seu resultado;
- 3º) as conclusões que formularem a respeito.

Art. 301. Quando o número de peritos for par e entre eles houver divergência de opiniões, será chamado um ou mais peritos, em número ímpar e, em sua presença, se for possível, serão repetidos os exames e as experiências; em caso contrário, os primeiros peritos lhes comunicarão o resultado anteriormente obtido e, de posse desses elementos, os últimos nomeados emitirão seu parecer.

Art. 302. Quando o exame pericial for feito em substâncias que se consumam ao ser analisadas, o instrutor não consentirá que na primeira análise seja gasta mais da metade da existente, salvo se houver impossibilidade de opinar sem consumir toda, particularidade que deverá constar dos autos.

Art. 303. Aos peritos poderá ser permitido manusear os autos para melhor se informarem dos antecedentes do caso, se considerarem insuficientes os elementos que foram apresentados.

A divulgação do que constar do sumário fará com que eles incorram na mesma responsabilidade que o Código Penal impõe aos que violam o segredo profissional.

Art. 304. Os peritos que não forem militares ou não perceberem vencimentos pelos cofres da Nação, receberão honorários pelos pareceres que emitirem, os quais serão pagos pela parte que os houver solicitado, salvo no caso de absolvição do acusado, em que correrão por conta do Estado.

TÍTULO VI

PROVA DOCUMENTAL

Art. 305. Serão juntados aos autos todos os documentos que forem apresentados durante a instrução e que tiverem relação com o processo.

Art. 306. Os documentos existentes fora da jurisdição do instrutor poderão ser compulsados no lugar em que se acharem, ou deles se pedirá cópia, por precatória ou por ofício.

Art. 307. Os documentos particulares serão submetidos a exame e

ao reconhecimento daquêles a que pertencerem, aos quais êles serão completamente expostos.

Art. 308. Sempre que o instrutor pedir cópia ou certidão de todo ou de parte de um documento ou peça que esteja nos arquivos militares ou em qualquer arquivo público, deverá ser seu pedido atendido desde que para tanto não haja algum impedimento legal.

TÍTULO VII

DETENÇÃO E PRISÃO PREVENTIVA

Art. 309. Toda pessoa suspeita de ser autor ou co-autor de um delito sujeito à jurisdição dos tribunais militares, pode ser detida enquanto forem praticadas as primeiras diligências tendentes a esclarecer a sua culpabilidade.

Art. 310. A detenção pode ser determinada :

- 1º) pelas autoridades ou chefes militares que tenham competência para mandar proceder à instrução ;
- 2º) por qualquer militar de posto superior ao acusado, em caso de urgência ou de flagrante delito ;
- 3º) pelo juiz-instrutor.

Nos dois primeiros casos, os detidos serão postos à disposição do juiz-instrutor simultaneamente com sua designação.

No último, o juiz-instrutor imediatamente dará conhecimento de sua decisão ao funcionário ou chefe sob cujas ordens estiver o detido.

Art. 311. Nenhum chefe ou funcionário militar poderá eximir-se de deter um subordinado e de pô-lo imediatamente à disposição do instrutor, quando êste o solicitar por officio ou por outro meio de comunicação, em caso de urgência.

Art. 312. A simples detenção se converterá em prisão preventiva quando concorrerem as três circunstâncias seguintes :

- 1º) que esteja devidamente comprovada a existência de uma infração que êste código re-

prima com a pena de morte, reclusão, prisão, degradação ou deportação ;

- 2º) que tenha sido tomado o interrogatório do detido e se lhe tenha dado a conhecer a causa de sua detenção ;
- 3º) que haja elementos suficientes, a juízo do instrutor, para se acreditar que o detido é o responsável pelo fato provado.

Art. 313. A prisão preventiva deverá ser consignada nos autos por meio de deliberação especial e fundada.

Desta resolução será dado conhecimento ao detido juntamente com a recomendação de se prevenir para a escolha de defensor no ato em que fôr intimado.

Art. 314. A prisão preventiva será rigorosa ou atenuada.

A primeira será imposta quando ao fato provado corresponder pena de morte, reclusão, prisão maior ou degradação e, a segunda, quando a pena fôr de prisão, menor ou deportação. Contra os oficiais esta última só terá cabimento quando puder corresponder ao fato comprovado o máximo da pena de prisão menor.

Art. 315. A prisão preventiva rigorosa será cumprida em navio, fortaleza, cárcere ou prisão.

A atenuada será cumprida da seguinte forma :

- 1º) os oficiais permanecerão detidos em seus alojamentos ou domicílios e suspensos de todo comando ou serviço ;
- 2º) as praças permanecerão detidas em quartel ou estabelecimento militar, prestando os serviços que os respectivos chefes julgarem compatíveis.

Art. 316. Em todos os demais casos de juízo militar continuará também o processo contra os indiciados, os quais serão conservados em liberdade e permanecerão em serviço, porém com a obrigação de comparecerem a todos os atos do processo.

Se deixarem de cumprir imediatamente essa obrigação, lhes será imposta a prisão preventiva atenuada.

Art. 317. A prisão de um ausente será pedida por precatória, na qual será incluída a ordem de detenção. Nos casos de extrema urgência poderá ser usado qualquer outro meio de comunicação.

Se o ausente estiver no estrangeiro, o instrutor se dirigirá à autoridade superior, para que esta providencie a extradição na forma legal.

Se pela elevação de uma causa a plenário, o processado deixar de cumprir a prisão preventiva correspondente, de acordo com a qualificação dos fatos contida nas razões que fundamentam a decisão, o presidente do conselho, de ofício ou mediante petição do fiscal, disporá sobre a troca da prisão pela que for adequada.

Art. 318. Os diretores ou administradores de cárceres e os comandantes de corpo ou de navio em que se acharem presos os acusados, darão cumprimento às ordens ou instruções que em relação aos mesmos receberem do instrutor ou do presidente do tribunal a que os processados se estiverem sujeitos.

TÍTULO VIII

MEDIDAS ASSEGURATÓRIAS SOBRE OS BENS DO PROCESSADO

Art. 319. O juiz ou o tribunal poderá decretar o seqüestro de bens do acusado em quantidade suficiente para garantir a indenização dos prejuízos causados, expedindo precatórias, oficiando diretamente às respectivas repartições públicas, ou notificando o impedimento dos particulares, se for o caso.

A interdição será decretada se ao acusado não for reconhecida a posse de bens ou se os seqüestrados forem insuficientes.

Conforme as circunstâncias, tais medidas poderão ser suspensas, reduzidas ou ampliadas.

Art. 320. O acusado poderá substituir o seqüestro ou a interdição por uma caução pessoal ou real, su-

ficiente a critério do juiz-de-instrução ou do tribunal.

Art. 321. Para a execução do seqüestro, a ordem dos bens seqüestráveis e as formas do ato, serão observadas as disposições do Código do Processo Criminal da Capital Federal.

Art. 322. Para a conservação, segurança e guarda dos bens seqüestrados, o juiz ou o tribunal designará depositário, o qual os receberá sob inventário e assinará a diligência de constituição do depósito, empossando-se da responsabilidade que assume, fazendo constar isso no auto da respectiva diligência.

Os fundos públicos, os títulos de crédito, o dinheiro e demais valores serão depositados em instituições bancárias.

Art. 323. As diligências sobre seqüestro e fianças serão autuadas em apartado.

Art. 324. Sem prejuízo de solicitação do reconhecimento de sua pretensão ao juiz ou tribunal que houver decretado a medida securatória, os terceiros que alegarem domínio ou melhor direito, sobre os bens, poderão propor ação adequada perante a justiça ordinária, devendo-se permitir ao acusado a defesa de seu direito.

TÍTULO IX

VENCIMENTOS DOS PROCESSADOS

Art. 325. Todo militar processado contra o qual se houver decretado prisão preventiva rigorosa perceberá meio soldo; se a prisão preventiva for atenuada, o oficial perceberá duas terças partes do soldo. Em ambos os casos o soldo será líquido, excluído de todo suplemento, emolumento ou racionamento efetivo.

As praças em prisão preventiva atenuada, só perceberão o soldo integral de sua graduação com exclusão de todo suplemento, emolumento ou racionamento efetivo.

Os descontos serão feitos enquanto a prisão preventiva não for tornada sem efeito. Em caso de absolvição ou de sobrestamento de

finitivo com relação ao fato que motiva o processo, serão devolvidos os descontos que houverem sido efetuados.

Quando a sentença condenatória impuser, pena privativa de liberdade, serão restituídas as importâncias correspondentes ao tempo em que o acusado tenha ficado preso além do da prisão preventiva imposta.

Não poderão ser efetuados pagamentos de quantias descontadas de acusados que venham a ser condenados e às quais não tenham direito; essas importâncias serão totalmente recolhidas à Tesouraria Geral da Nação.

Os inativos submetidos a processo não sofrerão descontos quando se acharem em prisão preventiva atenuada; quando, porém, contra eles fôr decretada prisão preventiva rigorosa, só se lhes abonará a parte que puder corresponder aos seus dependentes no caso de virem a ser condenados a pena que acarrete a destituição. Se forem absolvidos, lhes serão restituídos integralmente os descontos feitos.

Art. 326. As praças processadas por deserção também será descontada a metade do que lhes fôr devido ao tempo de cometer essa infração. Esse desconto será destinado às indenizações a que elas forem obrigadas, devolvendo-se-lhes o saldo que restar.

Para os efeitos determinados neste título, o instrutor fará as comunicações necessárias às direções administrativas dos respectivos ministérios.

TÍTULO X

CONCLUSÃO DO SUMÁRIO

Art. 327. Praticadas pelo juiz-instrutor todas as diligências para a comprovação do delito e averiguação das pessoas responsáveis, exporá o resultado em um relatório que subirá, junto aos autos, à autoridade, funcionários ou chefes militares referidos nos arts. 177, 178 ou 179, conforme o caso.

Art. 328. O relatório do juiz-instrutor deverá conter:

- 1º) um relato sucinto da prova do sumário, com indicação da folha em que se encontra cada uma de suas peças;
- 2º) fatos apurados contra cada um dos indiciados;
- 3º) apreciação geral dos fatos;
- 4º) o pedido justificado de sobrestamento, resolução executiva ou elevação a plenário, com relação a todo acusado que houver sido submetido a interrogatório;
- 5º) as responsabilidades penais e disciplinares que, no sumário, surgirem contra terceiros.

Art. 329. Recebido o sumário, o respectivo ministro o encaminhará ao auditor geral para emitir parecer.

Art. 330. O auditor geral examinará o sumário e, dentro de prazo razoável, emitirá parecer fundamentado, aconselhando a adoção de qualquer das seguintes providências:

- 1º) ampliação do sumário, quando nele notar omissões cuja importância afetem a validade legal do processo, mencionando as diligências que devam ser mais desenvolvidas ou executadas novamente;
- 2º) o sobrestamento para todos ou, apenas, para alguns dos processados, indicando a espécie de sobrestamento que corresponde;
- 3º) a elevação da causa a plenário indicando, neste caso, a que conselho de guerra corresponde;
- 4º) a aplicação de sanções disciplinares quando se tratar de fatos que as comportarem.

(Continua)

O EXÉRCITO E A AGRICULTURA

Maj. de Art. LUIZ FELIPPE SILVA
WIEDEMANN

Dentre os problemas de âmbito nacional surge, como básico da nossa economia — a agricultura — e ela continuará sendo ainda por muito tempo o nosso esteio de valorização. E da terra que provein a nossa maior riqueza e, apesar do grande surto industrial, é necessário que não nos esqueçamos que antes de tudo precisamos de um sistema agrícola sólido e eficiente.

A nossa cooperação ao assunto em foco, talvez possa parecer estranha, pois traduzindo em seu título o binômio — Agricultura e Exército — deixará de o ser quando repararmos que se originou do meio civil o apêlo da participação do Exército na Agricultura. Elementos civis de renome, conhecedores dos problemas sociais, agrícolas, econômicas e de nutrição, procuram estudar o binômio acima referido, sob diversos prismas, desejando chegar a bases razoáveis de solução.

COMO ENCARAMOS O PROBLEMA

Para nós o problema é social, econômico e militar.

Social: na recuperação, na fixação e no aperfeiçoamento do homem rural.

Econômico: como aumento e melhoria da produção agro-pecuária do nosso interior e alimentação mais proveitosa.

Militar: ocupação permanente de terras da União a cargo do Exército e preparo de uma mobilização efetiva para conservar o solo da nossa Pátria.

Verificamos pois, que é na grande massa da população que vive no interior do país no desconforto, de

baixa capacidade aquisitiva, onde reside o mais grave problema sociológico do Brasil, e com conseqüências militares na alimentação, pois Napoleão já dizia "os exércitos marcham sobre estômagos".

COOPERAÇÃO CIVIL

Passemos a algumas referências, feitas ao assunto, procedentes de diversos setores civis brasileiros. Ainda que discordemos das mesmas, em alguns pontos, trazemos, de público, o nosso agradecimento pelo voto de confiança com que nos lembraram.

— O egrégio Senado Federal, em Projeto n. 19, de 1947, do Senador Mario de Andrade Ramos, solicitava a criação de "Unidades Agrícolas e Unidades Pecuárias", a semelhança das unidades rodoviárias.

O projeto, em aprêço, talvez com modificações devidas a u'a melhor atualização, possa ser retomado e levado às nossas Câmaras Legislativas, para sua plena aprovação.

— Em "Problemas de Base do Brasil", do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.) 3ª Edição de 1950, verifica-se como esta obra procura se apoiar nas Forças Armadas para solucionar grande parte dos problemas do Brasil, inclusive o agrícola. Isto é desvanecedor para nós, mas precisa talvez de uma grande compreensão brasileira.

— Dêste trabalho, aliás muito recomendável a todos aqueles que, de verdade, se interessam pelo Brasil, só divergimos do título "Colônias-Escola", pois como veremos no decorrer desta nossa contribuição, o

que desejamos "Unidades Agrícolas", procurará o mesmo objetivo, talvez com maior urgência e mais poupança.

— A Câmara Municipal de Porto Alegre, sob a ilustre Presidência do Sr. Temperari Pereira, enviou ao Ministro da Guerra o ofício n. 424, de 5-VIII-953, que traz em seu conteúdo o integral apoio da Câmara referida ao Parecer n. 91-53, da Comissão de Educação, Saúde Pública e Assistência Social da Câmara Municipal de Pelotas quando sugere "a criação de granjas agrícolas junto às unidades militares".

Foi deveras, com imensa satisfação, que o autor da presente teve em suas mãos o processo citado, pois provindo de seu torrão natal, veio trazer a voz da querência confiante na classe a que pertence o Exército Brasileiro.

Ouso, assim, trazer alguns esclarecimentos aos nobres legisladores de Pelotas e Porto Alegre, observações que não terão outro objetivo senão o de cooperação, pois são de quem vive dentro do problema e da classe militar e assim almeja que o mesmo seja o melhor e mais rapidamente resolvido não só no Rio Grande do Sul, mas em toda extensão do nosso amado Brasil.

Assim, diz o referido Parecer n. 91-53 — Processo n. 69-53, segundo transcrição provida da Câmara de Porto Alegre: "Refere-se à criação de granjas agrícolas, por parte do exército, nas sedes municipais, onde haja unidade militar".

"Desde há muito, por exemplo, estamos lutando para fixar o homem na terra, pois a batalha da produção é um fator preponderante, decisivo, para a nossa sobrevivência, frente as demais nações."

"Para vencê-la, devemos resolver o afluxo das populações para as cidades e destas para as capitais, porque, em grande parte, a retirada do homem do campo para a caserna é uma das causas". (Os grifos são nossos).

É interessante de se notar o apelo vindo do Rio Grande do Sul,

considerado o celeiro do Brasil, e desta maneira, o assunto em tela só poderá ser acrescido para o resto do país.

Analisando, onde anotamos, o referido parecer teremos quanto às Granjas Militares:

Existem no Rio Grande do Sul (3ª Região Militar), 38 (trinta e oito) granjas militares, sediadas duas (2) em Estabelecimentos e 36 (trinta e seis) junto a corpos de tropa, sedes de unidades, portanto, em cidades.

Assim, quase todas são em sedes de municípios, donde, se desta maneira localizadas, elas continuarão trazendo o afluxo das populações para as cidades, pois são esses os seus lugares de fixação.

Isto acontece porque os elementos destinados, dentro das Unidades, a estas granjas fazem parte do contingente militar incorporado e que, na maior parte das vezes são escolhidos entre os que já possuem um certo conhecimento agrícola ou tendências para adquiri-lo. Mas, surgem vários fatores, tais como: os pessoais de Comando ou Administração, pendores para o cultivo da terra, tempo que o homem permanece na caserna, que na maior parte das vezes não corresponde ao ano agrícola e não deixa apreciar, pelos que cultivaram, os resultados da colheita que são sempre fontes de motivação.

Não resta dúvida que a obra das Granjas Militares sob a assistência técnica da Diretoria Veterinária do Exército, apesar das dificuldades tem progredido, mas não tem fixado o homem à terra.

Veremos, no desenvolver desta, como apoiando as idéias das Câmaras de Porto Alegre e Pelotas, chegaremos a uma solução, inteiramente satisfatória, para os nossos desejos.

Passamos a mais uma referência "a retirada do homem do campo para a caserna é..."

Talvez seja esta a parte mais difícil da questão, pois não poderemos deixar de atribuir entre as parcelas do tão decantado — êxodo rural — a caserna, mas julgamos que não

seja das maiores, pois as causas do mesmo, variarão muito, e entre outros fatores poderão ser apontados os do "habitats" e neste caso o Rio Grande do Sul poderá sentir mais influência do quartel do que outras partes do Brasil.

Sabemos que, anualmente, o Exército dispensa de convocação determinados municípios de apreciáveis atividades agrícolas. Se pesquisarmos dentro destes municípios veremos que o êxodo continua.

No Nordeste, o Dr. Sousa Barros, da Comissão de Política Agrária, cita para o êxodo, além das causas climáticas, seis na zona da Mata, nove na zona do Agreste e Caatinga e oito na zona do Sertão, e entre estas vinte e três não aparece o Serviço Militar.

A mesma Comissão, em recente trabalho, declara que saem trabalhadores agrícolas de 77 (setenta e sete) em 100 (cem) municípios e também não atribui a saída ao Serviço Militar.

Como sabemos, o problema do êxodo rural é por demais complexo, mas acreditamos que possamos diminuir-lo, contando principalmente com a ajuda de todos os brasileiros esclarecidos bem como o das Câmaras já citadas. Parece-nos que a atração da cidade constitui o sonho de todo aquele que, atingindo a idade de pensar, só acredita na felicidade se esta lhe fôr proporcionada na metrópole... Esta, realmente, tem condições de vida mais condizentes com a espécie humana.

Levemos a êsses que sonham com a felicidade das cidades e cuja vida não condiz com a espécie humana, o nosso amparo, a nossa assistência e recuperaremos, ajustaremos e tornaremos felizes os que tanto merecem.

— No 1º Congresso Brasileiro de Nutrição, o Professor Dr. Dante Costa, emérito conhecedor de nutricionalismo trouxe a plenário a tese, de sua autoria, referente a "Nutrição no Exército", onde, entre outras sugestões, aconselhou o desenvolvimento de Fazendas Militares e a Organização de Unidades Agrícolas.

Coube-nos, como representante da Comissão Especial do Serviço Social do Exército, assistir como a assembléia manifestou-se favorável ao aspecto de quanto o Exército poderá cooperar com a alimentação no Brasil.

O QUE EXISTE NO EXÉRCITO

Vimos e analisamos assim, várias opiniões de elementos de valor a respeito do assunto que estamos tratando.

Mas, como já verificamos, o Exército dentro das suas possibilidades e organização já vem procurando solucionar o problema. Existem 118 (cento e dezoito) granjas sob a orientação técnica da nossa Diretoria de Veterinária, nas 10 (dez) Regiões Militares do Brasil, isto é, do Amazonas ao Rio Grande do Sul. E, ainda, em virtude do Aviso n. 17, de 11 de janeiro de 1952, que criou os Centros Sociais no Exército, estabeleceu a criação e a constituição das granjas, como obra social. Foi mais um estímulo para a obra agrícola, que muitos já haviam, por iniciativa própria estabelecido, e surgiram mais 60 (sessenta) granjas em torno de Unidades, granjas estas ainda assistidas tecnicamente por nossos veterinários.

O Exército, ainda tem a seu cargo, cerca de 32 (trinta e duas) Propriedades Rurais, com áreas superiores, cada uma delas, a 1.000.000 m² (um milhão de metros quadrados), com várias designações, como sejam: Fazendas, Coudelarias, Campos de Instrução Militar e Invernadas.

PLANEJAMENTO NO EXÉRCITO

Em Portaria n. 230, de 10-IV-54, o então General Ministro da Guerra, resolveu nomear uma Comissão para estudar o aproveitamento das Propriedades Rurais da União, a cargo do Exército, presidida pelo esclarecido e dinâmico General José Alves de Magalhães e da qual o autor desta publicação também é membro integrante.

O trabalho da referida Comissão foi iniciado com o estudo das Fa-

zendas de Chapadão, em Campinas e Betione, em Mato Grosso, estudos estes que vêm sendo realizados, e quase terminado o de Chapadão, cujo planejamento deverá ser baseado em completos dados técnicos de aproveitamento, dada a cooperação espontânea do Instituto Agrônomo e a Casa da Lavoura, em Campinas.

Como já vimos muito resta a fazer pelas terras a cargo do Exército, mas, como preferimos sempre partir do simples para o composto, do particular para o geral, a Comissão das Propriedades Rurais está procurando em Chapadão, para o seu integral aproveitamento, empregar métodos aperfeiçoados de preparo do solo, adubação, rotação de culturas, emprego de variedades melhoradas de plantas e animais, seleção de sementes e, possivelmente, pesquisando até os micronutrientes. Pretendemos recuperar Chapadão, como Fazenda-Piloto, para u'a maior soma de produtividade numa mesma área cultivada, sem exaurir a fertilidade do solo, incrementar uma orientação técnica e estudada para o futuro aproveitamento das nossas restantes propriedades rurais.

SUGESTÕES

Vimos pois, sucintamente, opiniões de vários elementos de valor do meio civil e, quanto às propriedades rurais a cargo do Exército, bem como o problema agrícola, foi encetado pelo mesmo, inclusive no planejamento integral a seu cargo.

Traremos, agora, algumas sugestões por nós apresentadas ao General Nilo Augusto Guerreiro Lima que, como conhecedor profundo do Brasil inteiro, julgou o problema viável.

Assim, aceitando a cooperação de todos aqueles que tenham a boa vontade de empreender esta magnífica obra, juntamos a nossa opinião referente ao binômio.

AGRICULTURA E EXÉRCITO

A

1º) Reunir todas as Propriedades Rurais da União a cargo do

Exército sob uma única direção plenamente entrozada com o Ministério da Agricultura e Secretarias de Agricultura dos Estados, para apoio técnico da solução.

Levando-se em consideração :

a) que o número de propriedades, extensão e distância entre as mesmas a isto aconselha ;

b) impedir a apropriação indebita das mesmas por elementos adventícios, ocasionando grandes inconvenientes, inclusive jurídicos.

Haja visto, como exemplificação: Betione, Saycan e Gericinó.

2º) Estudar seu pleno aproveitamento agro-pecuário, melhorando tecnicamente as suas condições e dando novas fontes de abastecimentos, como se está procurando executar em Chapadão, apoiando a obra já realizada e dando novas fontes de recursos.

3º) Dar uma razoável estrutura administrativa às referidas propriedades que devem, forçosamente, para sua máxima eficiência contar com engenheiros-agrônomo, convocados ou contratados.

B

Como também julgamos que a educação rural no Brasil ainda não conseguiu fixar o homem à terra e que nem as próprias Granjas Militares ainda atingiram este objetivo, a solução estará nas :

UNIDADES AGRÍCOLAS

Criadas pelo Governo e que terão como atribuições :

1º) Interligar os oficiais e sargentos do Exército com os elementos da agricultura civil, a fim de que os Administradores das Propriedades Rurais e Comandantes de Unidades Agrícolas desenvolvam, nos convocados que receberem, os pendores para o amanhã e o desenvolvimento da terra, devendo levar em consideração :

a) o aperfeiçoamento agrícola do homem ;

b) o apêgo do mesmo à terra e à lavoura ;

c) o seu preparo sumário da instrução militar.

2º) Formar nas Propriedades Rurais, inclusive nas Granjas, núcleos de Unidades Agrícolas para fixarem o homem à terra, impedindo o seu êxodo e terminando com o "tabu" de ser o Exército uma das fontes de afastamento dos homens de seus "habitats".

Assim :

a) estarão contribuindo para preparar o homem do campo para prender-se à pequena propriedade cuja terra, bem aproveitada, assegurará existência razoável. Ao mesmo tempo aumentará o rendimento do operário rural, com um melhor conhecimento técnico dos modernos métodos de cultura e, talvez, o que seja mais importante, fará com que o homem permaneça no campo e corrigirá a migração para a cidade ;

b) as Unidades Agrícolas darão assistência sanitária e educativa, no intuito de reajustar o homem ao meio social ;

c) os homens tornar-se-ão povoadores eficientes e bem socializados das zonas rurais, como seus exploradores por conta própria ou como seu proletariado ;

d) valorizará o homem que permanecerá no campo compensando a migração para a cidade ;

e) os homens deverão ser convocados por ano agrícola, sabendo que voltarão aos seus lares, à sua terra, mais aperfeiçoados nas lides da lavoura e mais cônscios de si mesmo ;

f) novas equipes de trabalhadores-soldados iniciarão, ao mesmo tempo, a exploração da lavoura e da pecuária em fazendas-modelo, devidamente aparelhadas ;

g) serão convocados agrônomos, oficiais da reserva, para empreenderem a batalha da recuperação rural.

São essas as sugestões que apresentamos e que esperamos tenham, pelo menos, mostrado que nós militares muito nos interessamos pelo assunto em lide.

Mas, como muito bem sabemos, não poderemos partir de súbito, para uma cobertura total do Brasil, e assim o *nosso último alvitre* é que sendo Chapadão a Fazenda-Piloto, seja ali criada a primeira Unidade Agrícola, como experiência, e desde logo surjam os resultados previstos, deverão ser propostas, nas demais Propriedades Rurais, segundo os moldes de Chapadão, em outras Regiões Militares.

Como exemplo estatístico se, para a convocação agrícola, tivermos 50 convocados por Granjas Militares e 500 por Propriedades Rurais, em média, pois dependerá do tamanho e aproveitamento das mesmas, teremos por ano 21.000 homens atualizados em agricultura. Nisto não haverá prejuízo para a convocação normal para as Unidades do Exército, pois avalla-se, a grosso modo, que da classe de 18 anos, mais de 200.000 jovens deixam de prestar serviço militar à Nação.

CONCLUSÕES

Procuramos pelo que ficou escrito trazer a nossa colaboração ao estudo do binômio — Exército e Agricultura — importante e digno de ser levado a bom termo.

Vimos a opinião do mundo civil, o que possuímos no Exército, demos a nossa contribuição e apresentamos as nossas sugestões para a solução de um problema importante da nossa defesa econômica, social e militar — o problema da produção na paz, e sua intensificação na guerra com o aproveitamento do homem, ponto alto que devemos sempre considerar para o engrandecimento de nossas economias.

E que de Campinas, de São Paulo dos bandeirantes, possam se irradiar pelo Brasil a fora, os fixadores do homem rural, pois

Bendita a terra nossa, boa e farta,
Que em tempo algum desmereceu da carta

Do lusitano Pero Vaz Caminha.

ANEXO I

RELAÇÃO DAS FAZENDAS E ÁREAS DE TERRAS

Superiores a 1.000.000 de m2, a cargo do Exército

- 1 — Campo de Instrução do Ministério da Guerra: Fazenda de Geri-
cinó — 186.760 ares; Fazenda de Sapopemba — 10.931.450 m2;
Fazenda do Engenho Novo — 5.323.480 m2; Fazenda de Tata-
juba — 9.474.300 m2; Fazenda de Bananal — 2.703.500 m2;
Fazenda de Cabral — 9.478.700 m2; Fazenda de Pindobal —
1.695.000 m2.
- 2 — Campo de Instrução da 6ª R.M. Bahia — 2.300.000 m2.
- 3 — Fazenda da Piedade — Campos — E. do Rio — 6.274.212 m2
(Remonta).
- 4 — Fazenda Vila Leonor — Valença — E. do Rio — 5.667.550 m2.
- 5 — Fazenda Freguezia de N.S. da Piedade de Ipiabas — Valença —
E. do Rio — 2.420.600 m2.
- 6 — Coudelaria Monte Belo — Juiz de Fora — Minas Gerais —
6.817.506 m2 (Remonta).
- 7 — Fazenda Avelar — Vassouras — E. do Rio — 2.662 km2 (Re-
monta).
- 8 — Fazenda Serra d'Água — Campinas — S. Paulo — 439,12 Ha
(Remonta).
- 9 — Fazenda de Campo Grande — M. Grosso — 3.518 Ha (Re-
monta).
- 10 — Fazenda de Tindiquera — Araucária — Paraná — 3.398.270 m2
(Remonta).
- 11 — Fazenda Pouso Alegre — M. Gerais — 443 Ha (Remonta).
- 12 — Fazenda de Rincão — S. Borja — Rio Grande do Sul —
151.690.157,90 m2 (Remonta).
- 13 — Coudelaria de Minas Gerais — Conselheiro Lafaiete — Minas
Gerais — 4.959.517 m2.
- 14 — Coudelaria de Saican — Rosário do Sul — Rio Grande do Sul —
50.723 Ha.
- 15 — Fazenda Betione — Mato Grosso.
- 16 — Fazenda Nacional de Caçara — Cáceres — Mato Grosso —
7.400 km2.
- 17 — Fazenda Petrólio — S. José do Norte — Rio Grande do Sul —
3.730.348 m2.
- 18 — Invernada e Campo de Instrução para o 6º R.C. — Alegrete —
Rio Grande do Sul — 2.734.116,17 m2.
- 19 — Invernada da Guarnição de Cruz Alta — Rio Grande do Sul —
12.366.379,03 m2.
- 20 — Invernada do 14º R.C. — D. Pedrito — Rio Grande do Sul —
5.227.200 m2.
- 21 — Campo de Pastagens — 5º R.C. — Quaraí — Rio Grande do
Sul — 3.361.420 m2.
- 22 — Invernada do 5º R.C. — Quaraí — Rio Grande do Sul —
5.227.200 m2.
- 23 — Invernada do 4º R.C. — Santiago — Rio Grande do Sul —
6.098.400 m2.
- 24 — Campo de Instrução da Guarnição — Sto. Ângelo — Rio Grande
do Sul — 4.356.000 m2.
- 25 — Invernada do 2º R.C. — S. Borja — Rio Grande do Sul —
8.445.349,76 m2.
- 26 — Invernada da Guarnição — Uruguaiana — Rio Grande do Sul —
6.745.152 m2.

- 27 — Linha de tiro do 8º B.C. — Ipameri — Goiás — 1.187.500 m2.
 28 — Invernada Três Corações — Minas Gerais — 8.250.490,18 m2.
 29 — "Vila Rami" — Jundiá — S. Paulo — 1.592.385 m2.
 30 — Fazenda do Chapadão — Campinas — S. Paulo — 1.210 Ha.
 31 — Fazenda Barueri — S. Paulo.
 32 — Fazenda Militar de Avanhadava — S. Paulo — 4.342.837 m2.

ANEXO II

MINISTÉRIO DA GUERRA

DGA — DGR

DIRETORIA DE VETERINÁRIA

Região Militar	GRANJAS	Granjas existentes
1ª	A M A N	1
	2º R I	2
	Es A O	3
	1/1º R A A A	4
	1º B E	5
	R Es A	6
	E C S	7
	R Es C	8
	3º B C	9
	R Es I	10
	R Rec Mec	11
	3º R I	12
	Regimento Sampaio	13
	B Es E	14
	Fábrica Estrela	15
	Es I E	16
	1º B C	17
	B Gd	18
	S M Itatiaia	19
	SOMA	19
2ª	17º R C	1
	F P Vargas	2
	4º B C	3
	5º R I	4
	2º G O-155	5
	2º R O-165	6
	Núcleo de Barueri	7
	2º Esqd Rec Mec	8
	2º B C	9
	Chd do Q G/2	10
	3ª Bla O Cos	11
	SOMA	11
	E R S/3	1
	2º B Rv	2
	A G G C	3
	6º R C	4
	19º R I	5
	2º R A Cav-75	6
	8º R I	7
	14º R C	8
	1º B Fy	9

Região Militar	GRANJAS	Grânjas existentes
2ª	13º R C	
	3º G A Cav-75	10
	7º G A Cav-75	11
	7º R C	12
	4º R C	13
	6ª Cla Com	14
	1º R C	15
	2º R C	16
	13º R C	17
	8º R A Au Reb-75	18
	9º R C	19
	2º G A Cav-75	20
	3º R A Au Reb-75	21
	8º G A Cav-75	22
	12ª Cla Com	23
	1º G A Cav-75	24
	6º R I	25
	17º R I	26
	13ª Cla Com	27
	1º R Cav Mot	28
	3º R Cav Mot	29
	8º R C	30
	5º R C	(XXX)
	4º G A Cav-75	(XXX)
	1/6º R O-105	(XXX)
	6º Esqd Rec Mec	(XXX)
	3º B E	(XXX)
	2º R Cav Mec	(XXX)
	7º G A Cos Mot	(XXX)
SOMA		38
4ª	Es S A	1
	3º R A M-75	2
	1/4º R O-105	3
	11º R I	4
	E R S/4	5
	R E Piquete-Itajubá	6
	12º R I	7
	4ª Cla Com	8
SOMA		9
5ª	2º B Rv	1
	2º B Fv (B Mauá)	2
	20º R I	3
	3º R A M-75	4
	5ª Cla Com	5
	13º B C	6
	1º Esqd Ind Cav	7
	1º B Fron	8
	6º G A Do-75	9
	Coud Tindiquera	10
	E R S/6	11
	23º R I	12
	2º Esqd Ind Cav	13
SOMA		14

Região Militar	GRANJAS	Granjas existentes
6ª	13º B C	1
	28º B C	2
	SOMA	2
7ª	C I M E A	1
	14º R I	2
	15º R I	3
	20º B C	4
	16º R I	5
	SOMA	5
8ª	1/3º B Fron	1
	26º B C	2
	3ª Cia Fron P Velho	3
	Granja do Q G/8	4
	27º B C	5
	SOMA	5
9ª	10º G A Cav-75	1
	10º R C	2
	11º R C	3
	2º B Fron	4
	9º G A Cav-75	5
	4ª Cia Me Mnt	6
	14ª Cia Com	7
	17º B C	8
	16º B C	9
	1/4º B E	10
	SOMA	10
10ª	23º B C	1
	25º B C	2
	10º G A T-75	3
	E R S/10	4
	24º B C	5
	SOMA	5
	TOTAL	113

NEFFA & CIA.

Armazém de sacos e molhados por atacado — End. teleg. "CEDRO" — Tel : C. 545
 AVENIDA PRESIDENTE FLORENTINO AVIDES, 486 (ex Rua do Comércio)
 VITÓRIA — EST. DO ESP. SANTO

UMA PRECE À VIRGEM DE FÁTIMA

P. J. BUSATO

Virgem de Fátima, que partiste de Portugal, da terra dos nossos maiores, daqueles que descobriram a nossa terra e nela fincaram o Cruzeiro sagrado, depois de pisar o pé das estradas de 52 países, visitando os muçulmanos do Egito e os indús da Ásia, recebendo a visita de gente que foi de avião, automóvel, trem ou montada em camelos e até em elefantes, quiseste agora ver os teus filhos do Brasil. Estiveste no Norte, na capital da República, o Senado, a Câmara dos Deputados, o Supremo Tribunal Federal e outras instituições te homenageavam. Presidiste às duas Páscoas Coletivas dos Militares, na Vila Militar e no Centro, festei a São Paulo, Paraná, Santa Catarina e presentemente, após visitar Porto Alegre, Pelotas, Uruguaiana, quiseste ver a nós de perto, os habitantes de Santa Maria, entre os quais militares católicos da Guarnição.

Sim, Virgem Santa, tu conheces o Soldado Brasileiro. Já nos Guararapes, sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, no Forte de Coimbra, sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo, na Guerra do Paraguai, levada pelo nosso patrono Duque de Caxias, sob a invocação de nossa Senhora da Imaculada Conceição e na última guerra mundial acompanhaste os nossos soldados da FEB, sob a invocação de Nossa Senhora da Aparecida, os soldados da Nação Brasileira te invocavam, te veneravam, te suplicavam. Quantas vezes na Guerra do Paraguai, batalhões e batalhões formados, ao som de muitas bandas de música militares, recitavam o terno e entoavam lindos cânticos, como por exemplo aquele que te é muito querido "O Virgem da Conceição". Na última guerra, num pico de um monte italiano, os nos-

sos pracinhas, cheios de saudade de sua terra, quiseram te construir uma gruta e depositar nela os nomes dos que realizaram este grande preito de veneração.

Pediram somente uma graça: sair vitoriosos e regressar aos próprios lares tu os atendeste, Virgem Santíssima.

Nas guerras do Norte, contra o invasor, sempre eras invocada nos momentos mais difíceis da nacionalidade.

Por isso, ó Virgem Santa, contempla agora os teus filhos reunidos neste largo. São os militares católicos da Guarnição de Santa Maria. Olha para cada um deles, vê as suas necessidades materiais e espirituais, assiste a suas famílias queridas, consola os enfermos do nosso Hospital Militar e das enfermarias dos nossos quartéis, abençoa os nossos comandantes, inspira-lhes sempre as melhores decisões, conserva a classe militar sempre unida, fazendo com que ela seja sempre a sustentadora da ordem, a conservadora, por excelência, das nossas tradições cristãs.

Percorreste, ó Virgem Santa, muitos países. Quantos pobres extendiam suas mãos para pedirem bênçãos para os seus entes, para as suas necessidades, quantos enfermos suplicavam que voltasse a tão desejada saúde, quantos aflitos, sofredores, desconsolados invocavam um pouco de conforto, de consolação nas suas dores morais! Neste vale de lágrimas quanta dor, quanto sofrimento existe! Somente tú, ó mãe incomparável, podes minorar tantos sofrimentos morais! Vem em nosso socorro, em nosso auxílio, para, além de gozarmos da saúde corporal, possamos ter principalmente a saúde espiritual, para a nossa salvação eterna.

NOTÍCIAS DIVERSAS

● A expansão de Volta Redonda

O Gen. Edmundo de Macedo Soares, Presidente da Cia. Siderúrgica Nacional, falando à imprensa, revelou que se encontra empenhado na execução do "Plano B", pelo qual Volta Redonda dará, no próximo ano, a produção de 750 mil toneladas de lingotes. Acentuou, a seguir, que há um terceiro plano, cuja produção alcançará um milhão de toneladas, anualmente.

A notícia é algo auspiciosa, justamente no momento em que o país precisa de mais e mais produção, a fim de vencer a terrível crise que o assoberba, e, pouco a pouco, libertar-se da importação de produtos manufaturados estrangeiros. Mas, conforme bem acentuou, esse dia ainda está bem longe, porque quanto maior for a nossa produção, maior será o nosso consumo.

Realçou o criador de Volta Redonda que essa Usina nenhuma ameaça representa para os E.E.U.U., "e ainda que duplique a sua produção, continuaremos a importar dos americanos na mesma proporção de agora e se mais não importarmos — disse — é por escassez de divisas". Realmente, as importações brasileiras decaíram não foi porque declinaram as nossas exigências, mas porque não possuímos dólares suficientes para mantê-las em níveis elevados.

Interpelado sobre a possibilidade de um pedido de empréstimo aos E.E.U.U., destinado à expansão da C.S.N., afirmou que até agora nenhuma solicitação nesse sentido se verificou. Todavia, disse que está certo de que, se for solicitado, será

concedido, isto porque os americanos agora sabem que a expansão de Volta Redonda não provocará o desemprego nos Estados Unidos.

O nosso país, com efeito, precisa de cuidar da implantação e da ampliação de suas indústrias básicas, que lhe assegurem novas perspectivas no futuro, e, paulatinamente, sua independência econômica, cujo exemplo típico é Volta Redonda.

Os melhores resultados da investigação do Gen. Edmundo de Macedo Soares, à frente, pela segunda vez, da Cia. Siderúrgica Nacional, começam a ser assim conhecidos, através do imenso trabalho de ampliação de nossa principal Usina. (Da Imprensa).

● Indústria extrativa do carvão

O Presidente Café Filho autorizou a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional a contratar técnicos norte-americanos e alemães para realizar estudos sobre o processo de lavra subterrânea mais adequado às condições de nossas minas de carvão e bem assim aprovou a concessão de cobertura cambial para aquisição do equipamento indispensável aos trabalhos que serão executados nessa fase de estudos.

Em sua exposição de motivos ao Presidente da República, o Presidente da CEPKAN informa haver dificuldades para o estabelecimento de diretrizes técnicas para a mecanização da indústria do carvão, dada a falta de tradição e a pouca experiência dos nossos engenheiros. Por outro lado, há divergências sobre o assunto, pois enquanto alguns técnicos preferem o chamado sistema por pilares e salões, ou-

tros são favoráveis aos métodos das minas européias de frentes largas (long wall). No primeiro, é grande a produção por homem empregado na lavra do carvão, mas, na composição de preço do produto final, predomina o fator capital aplicado em equipamento e sua conservação. Já no segundo é mais considerável a incidência de mão-de-obra sendo, em geral, menores as exigências de capital por tonelada de carvão extraído. Contudo, certas condições de teto impedem ou tornam anti-econômica a utilização do "long wall". Este último processo já foi tentado no país, nunca, em escala convincente ou de maneira que ficasse inequivocamente comprovada a impossibilidade de sua utilização. Em virtude disso e dada a necessidade de que essas questões sejam definitivamente esclarecidas. Julga a Comissão Executiva ser imprescindível a colaboração técnica estrangeira porque os mineradores estão na expectativa, aguardando as diretrizes a serem estabelecidas pela Comissão, em relação ao programa de mecanização da indústria extrativa do carvão. (Da *Imprensa*).

• Os trilhos de Volta Redonda

Desde que começou a produzir trilhos (maio de 1947) até o fim do ano passado, já havia Volta Redonda entregue às ferrovias nacionais 357.527 toneladas de trilhos. Nos primeiros meses deste ano, foram produzidas 32.015 toneladas de trilhos e acessórios. Para 1955 a previsão é de uma produção de 85.000 toneladas. (Da *Imprensa*).

• Exportação de minério

A exportação de minério de ferro da Cia. Vale do Rio Doce encontra-se em franca ascensão. Segundo os dados apresentados pela empresa, de janeiro a outubro do corrente ano, foram exportadas 1.287.148 toneladas do citado produto, contra 1.116.942 toneladas em igual período de 1953.

De acordo com os cálculos previstos, o volume global da expor-

tação, no corrente ano, excederá de 1.600 toneladas. Com o acréscimo em apêço, a exportação de 1954 ultrapassará em muito as exportações de 1952 e 1953. (Da *Imprensa*).

• Minerais radioativos encontrados no Nordeste

Foram identificados pelo Departamento Nacional da Produção Mineral numerosos minerais radioativos encontrados no Nordeste, o que alarga consideravelmente as perspectivas econômicas daquela região brasileira, sabidamente muito bem dotada em recursos minerais. O geólogo Luciano Jaques de Moraes, em uma de suas últimas excursões a Estados nordestinos promovidas pelo D.N.P.M., trouxe uma série de amostras de minerais dos quais já se conhecem comprovadamente alguns de grande importância, como a monazita, a betafita, a gumita, a fluocerita, a samasquita, a policrasita, etc. A identificação desses minerais, feita na Seção de Petrografia (Divisão de Geologia e Mineralogia) daquele órgão do Ministério da Agricultura, é confirmada pela análise química, que se procede no Laboratório do Departamento.

Além desses minerais radioativos de evidente interesse econômico e estratégico, o Nordeste brasileiro possui muitas outras riquezas em seu subsolo, das quais são frequentes os afloramentos.

O técnico Luciano de Moraes observou a ocorrência, em lugares ainda não explorados, de minerais importantes como a tantalita, a columbita, o berilo, a bismutita, a apatita, etc., que também estão sendo identificados e analisados no D.N.P.M. (Da *Imprensa*).

• 1ª Fundição de tungstênio

Foi inaugurada pela General Electric S.A., em suas fábricas localizadas no subúrbio de Maria da Graça, nesta Capital, a primeira fundição de tungstênio da América do Sul, sendo o minério procedente

das minas de Jundiá, no Estado de São Paulo. (Da Imprensa).

● Jazida de fósforo

E de cerca de 50 milhões de toneladas a capacidade da jazida de fosfato existente em Olinda, no Estado de Pernambuco. São tão favoráveis as condições de explorabilidade dessa jazida que 1/6 de sua área já está em lavra pelo método de exploração a céu aberto, assegurando trabalho contínuo por 10 anos. O mesmo pode-se dizer com relação às possibilidades e condições de industrialização no sentido de transformar o minério em adubos fosfatados, de tanta importância para a produção agrícola.

Identificada, a menos de três anos, a ocorrência de fosforita em Olinda, em menos de três anos, uma só organização passou da fase preliminar à de produção, o que bateu todos os recordes internacionais de eficiência no trato da industrialização do referido minério. Basta dizer-se que, para trabalhos idênticos, em diferentes países, inclusive os de secular tradição mineira, se consome lapso de tempo bem maior que o verificado em Forno da Cal.

Nos EE. UU., por exemplo, o tempo consumido, da fase preliminar à de produção, é de 5 a 6 anos e em regiões mineiras européias, de 10 a 12 anos. (Da Imprensa).

● Gasolina e estanho da Bolívia para o Brasil

Informações procedentes de La Paz dizem que, cumprindo o convênio comercial brasileiro-boliviano, a Bolívia venderá ao Brasil mensalmente 1 milhão de litros de gasolina e 300 mil litros de querosene.

Acrescentam os informes que o convênio recém-firmado entre os dois países marca o início de uma série de outros contratos comerciais de várias espécies, beneficiando a economia de ambos os povos.

Dada a grande necessidade que tem o Brasil de gasolina, espera-se que os fornecimentos bolivianos se-

jam no futuro consideravelmente ampliados. Adiantam ainda as mesmas informações que a Companhia Siderúrgica de Volta Redonda prepara, ainda este ano, a compra de 2 milhões e 200 mil dólares de estanho boliviano anuais, durante um período de três anos. (Da Imprensa).

● Aumenta a produção petrolífera baiana

De acordo com telegramas que acabam de ser recebidos pelo Coronel Arthur Levi, Presidente da PETROBRAS, a produção dos campos petrolíferos do Recôncavo Baiano, obteve um acréscimo substancial no mês de outubro último, alcançando o volume global de 111 mil barris de óleo bruto.

O fato é tanto mais auspicioso porquanto, tendo atingido em janeiro deste ano o total de 67.829 barris, a produção até o mês de julho manteve-se abaixo desse nível, em consequência do fechamento progressivo, por motivos técnicos, dos poços do campo de D. João, que chegou mesmo a ficar totalmente paralisado nos meses de maio e junho. Em julho, esse campo voltou a funcionar, tendo-se registrado uma produção de 2.949 barris, a qual, no mês de agosto seguinte já se elevou a 20.421, fazendo com que a produção total, nesse mês, ascendesse a 81.628 barris, número que, em setembro passou a 89.516.

A intensificação dos trabalhos nos campos baianos fez com que fosse ultrapassada a produção prevista para o mês seguinte, de cem mil barris, atingindo a 111.000, o que corresponde à apreciável cifra de 17.649.000 litros.

Com base nas previsões feitas pelos setores especializados da Petrobrás, não há exagêro em afirmar-se que a referida produção chegará à casa dos 150 mil barris, durante o mês em curso.

Segundo informações recebidas pela presidência da Petrobrás, os trabalhos de perfuração do poço submarino, nas proximidades do

campo D. João, na Bahia, vieram comprovar que o mesmo tem uma área produtora muito maior do que se supunha, vindo aumentar, sensivelmente as suas reservas. As operações foram inteiramente coroadas de êxito.

Entretanto, não pararam as atividades da Petrobrás ante o êxito colhido naquele poço. Já está sendo atacado o trabalho de perfuração de outro poço entre aquele e a costa. (Da Imprensa).

• Usinas de energia elétrica

A seis quilômetros de Santo Amaro, os engenheiros e operários nacionais deram mais uma prova do seu fecundo poder de realizações, construindo em apenas vinte e oito meses a maior usina termoeletrica da América do Sul, a Usina de Piratininga, que vem reforçar com 200.000 kw o sistema produtor de energia de São Paulo. Custou este empreendimento da Brazilian Light & Power muitos milhões de cruzeiros, sendo o projeto concebido por uma firma especializada norte-americana.

Este ano de 1954, não há dúvida, se destacará com excepcional relevo pelo número de usinas de energia elétrica postas em funcionamento, programadas ou que tiveram iniciada a sua construção. Os três marcos que o assinalam são Forçacava, Piratininga e CHESF (Paulo Afonso). No Congresso, por proposta do Executivo, corre o projeto de criação de uma poderosa empresa nacional, a Eletrobrás S.A., lançada também este ano. Tudo isso pode dar a impressão de que se encontra em bom andamento a solução, ou o substancial alívio, pelo menos, da grande crise de suprimentos de energia em que se debate o Brasil industrializado. (Da Imprensa).

• Imigração

A redução da imigração para o Brasil, sensível ao menos nas últimas décadas, reflete-se tanto pela diminuição numérica dos habi-

tantes de procedência estrangeira que vivem neste País, como pelo seu progressivo envelhecimento. De acordo com o último Censo Demográfico (1950), o número de brasileiros naturalizados e estrangeiros presentes no território nacional era de 1.211.434, cerca de 14% menos do que em 1940 — quando o Censo registrou 1.404.601, e 22% inferior ao total registrado pelo Censo de 1920, que foi de 1.565.961. Em relação à população total, os brasileiros naturalizados e estrangeiros reduziram-se de 5,1% para 2,3%, no período de 1920-50.

Trinta anos antes do último levantamento censitário, mais da metade dessas pessoas de procedência estrangeira tinham menos de 40 anos de idade. As de 20 a 39, representando 43% do total, dominavam numericamente, ao passo que as sexagenárias (60 anos e mais) apenas correspondiam a uma oitava parte (11,9%). Vultoso número de jovens menores de 20 anos era representado, proporcionalmente, pela expressiva percentagem de 14% do total.

Já em 1940, os jovens de menos de 20 anos limitavam-se a 9% do número de brasileiros naturalizados e estrangeiros presentes no País. Paralelamente, as idades mais velhas (60 anos e mais) passaram a pesar mais fortemente, equivalendo a quinta parte do total (19%). Em 1950, finalmente, mais da quarta parte (27%) dos habitantes de procedência estrangeira eram sexagenários, e apenas 5% contavam menos de 20 anos de idade. A parcela de maior peso (43%) desse grupo demográfico constituía-se de pessoas em idades maduras, ou seja, entre 40 e 60 anos. (Da Imprensa).

• Carvão do Paraná

Foram estimadas em pouco mais de 34 milhões de toneladas as reservas de carvão do Paraná, segundo revelam estudos promovidos pela Divisão de Fomento do Departamento Nacional da Produção

Mineral. No cálculo não figuram as quantidades lavradas até agora.

As bacias paranaenses tem na maioria pequenas extensões. Uma exceção, porém, ocorre com a bacia do Rio do Peixe (distrito carbonífero de Cambuí), que mede 9 quilômetros num só sentido. Nesta zona, já é intensa a mineração, que conta com explorações concedidas às empresas "Carbonífera Brasileira", "Carbonífera do Imba", "Mineração Norte do Paraná", etc. Somente aí, as reservas medidas pela D.N.P.M., sobem a cerca de 25 milhões de toneladas, ou o correspondente a três quartas partes do total estadual.

No entender dos técnicos daquele órgão do Ministério da Agricultura, o distrito de Cambuí é o único merecedor de interesse no Paraná. Seu minério recuperável pode fornecer coque de boa qualidade, embora não siderúrgico, dado o alto teor em enxofre. Análises procedidas pelo Laboratório da Produção Mineral em "testemunhos" de minérios obtidos nas várias sondagens que o Departamento da Produção Mineral realizou no local mostraram que a percentagem em enxofre medeia entre 7,1 a 8,2 por cento. O teor em cinzas é também elevado, acusando entre 22 e 25 por cento.

Os demais distritos carboníferos do Estado contêm minérios em quantidades reduzidas e de inferior qualidade, o que torna anti-econômica a exploração. Entretanto, segundo argumentam os especialistas da D.N.P.M., a viabilidade dos modernos processos de tratamento, ainda em estudos, re-

lativas aos diversos tipos de carvões existentes no Brasil, aconselha a que não se desprezem de maneira categórica as reservas consideradas hoje anti-econômicas.

O grande interesse com que o D.N.P.M. tem estudado o problema do carvão nacional fez que, desde 1934, uma equipe de técnicos da Divisão de Fomento iniciasse pesquisas nas jazidas do norte do Paraná, do que decorreu o seu posterior aproveitamento industrial, de manifesta valia para o país, sobretudo durante a última guerra, quando as importações do combustível foram drasticamente reduzidas.

Companhia Progresso Industrial
do Brasil

FÁBRICA BANGU

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE

Elegancia, Cores firmes e Durabilidade

M. ALBERTO SILVA & CIA.

IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO — REPRESENTAÇÕES — AGENCIAMENTOS
ED. BANCO INGLÊS — 1º andar — Salas 5, 7 e 9 — Telefones: 2445 e 2452
Caixa Postal, 225 — Teleg. "MALVA"
VITÓRIA — ESP. SANTO

CASA PRADO

MODAS, CONFECCOES, LOUCAS — UTILIDADES DOMESTICAS — VENDAS
A PRAZO, GRANDE SORTIMENTO DE FAZENDAS — VENDA A PRAZO
PRAÇA COSTA PEREIRA, 30-36 — TELEFONES: 2522 E 2455
VITÓRIA — E. SANTO



Noticiário de Interesse Militar

A UNIFICAÇÃO DO ARMAMENTO

Segundo a imprensa de diversos países, a organização das nações da N.A.T.O. chegou, afinal, a um acôrdo sôbre o tão discutido assunto da unificação do armamento das potências que fazem parte do referido pacto.

Com a devida reserva, por se tratar de notícias não confirmadas oficialmente, parece que se chegou a acôrdo quanto aos seguintes pontos:

Artilharia

O obús norte-americano de 105 mm foi considerado como a peça de campanha do conjunto das nações do Pacto, inclusive a Inglaterra, que substituirá posteriormente o seu canhão de 25 libras por este novo material.

O canhão de 155 mm e o obús norte-americano do mesmo calibre foram adotados como peças de artilharia média, com exceção da Inglaterra, que prometeu dar sua adesão em futuro próximo.

A peça norte-americana antiaérea de 90 mm constituirá, no futuro, a arma da artilharia antiaérea.

Armas de repetição e automáticas

Parece que, afinal, tomou-se uma decisão sôbre o calibre das armas automáticas de Infantaria. A eleição recaiu sôbre o calibre norte-americano .03 (7,62 mm), se bem que os ingleses só o adotarão depois de esgotadas as suas existências do calibre 7,7. A fabricação das novas armas de 7,62 mm começará brevemente na Europa, especialmente na Fábrica Breda, da Itália. O morteiro francês de 81 mm foi adotado pelo conjunto das nações.

Carros de Combate

Os carros pesados compreenderão dois tipos: o "Centurias" (inglês) e o M-47 (norte-americano), recentemente posto em serviço, se bem que este último não se fabricará na Europa, devido ao seu elevado custo.

Aviação

Unificaram-se os tipos de aviões de caça de dia e de noite, que ficaram reduzidos aos seguintes:

O "Invict" (inglês), o "Venom" (sucessor do "Vampire", fabricado pela firma inglesa de Havilland, e o "Mystere" (francês), das fábricas M. Dassault.

Além disso, os Estados Unidos fabricarão também o bombardeiro ligeiro "Camberra" e o motor de reação "Armstrong Liddleley Sapphire", ambos ingleses.

(Da "Revista de la Oficialidad de Complemento" de Espanha)

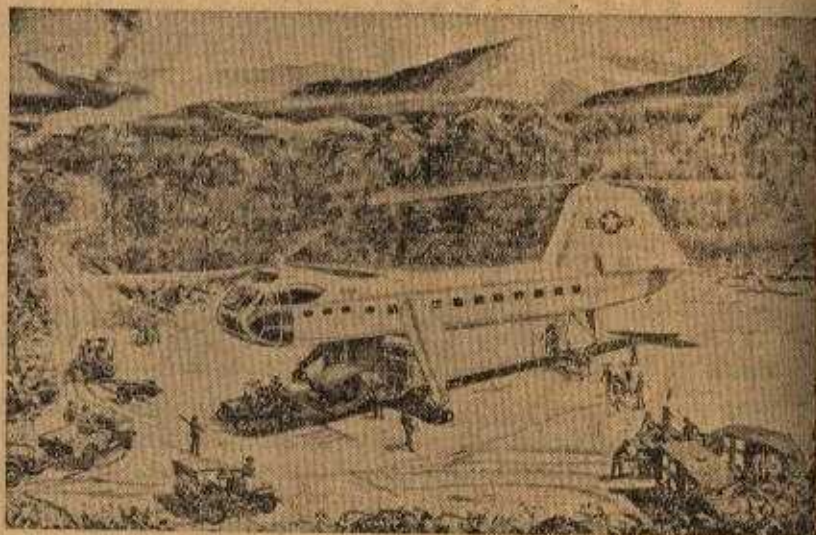


Fig. 1 — O maior helicóptero de transporte. Uma versão do Piasecki YH-16, o maior helicóptero de transporte do mundo



Fig. 2 — Outra versão do Piasecki YH-16. Este pode carregar 40 soldados, ou 32 padiolas com pacientes ou 3 jeeps

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firms :

COMPANHIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA — Vicente Amato Sobrinho — Matriz: São Paulo — Filial: Rua Senador Dantas n. 48 — Rio de Janeiro — Telefones 42-0335, 42-1316.

ALBERTO GUEDES DA SILVA — Fábrica de pratarias — Artefatos de jacarandá com aplicações em prata — Rua Professora Ester de Melo, 78 — Benfica — Tel. 48-3156 — End. Teleg. "Praguedes" — Rio — Patente de Registro 108.446 — Importação — Exportação.

CASA SANTO ANTONIO — Cardoso, Matos & Cia. Ltda. — Rua Dr. Oliveira Botelho, 1700 — Tel. 5961 (Em frente à Estação da Maricá) — Neves — São Gonçalo — E. do Rio — Filial: Rua Conceição 183 — Niterói — Estado do Rio.

IMPORTADORA DE FERRAGENS S.A. — Caminhões e Ônibus "GMC", Automóveis "OPEL" — Peças e acessórios — ampla Oficina, Pôsto de Lavagem, na Filial do Rio de Janeiro — Rua São Luiz de Gonzaga, 527 — Distrito Federal.

BORUP & CIA. — Fábrica de Rôlhas Metálicas — Rua José Bonifácio, 694-708 — Rio de Janeiro.

CIA. HARKSON INDUSTRIAL E COMÉRCIO KIBON — Rua Visconde Niterói, 1.364 — Telefone 48-6262 — Rio de Janeiro.

ORGANIZAÇÃO TUDAUTO S.A. "MERCEDES BENZ" — Av. Presidente Wilson, 210-7º And. — Rio de Janeiro.

CORRETOR DE FUNDOS PÚBLICOS — IRMAOS LIPS DA CRUZ — Rua da Candelária, 9-4º, S/401 a 403 — Telefone 23-1711 — Endereço Telegráfico "Gelips e Stock".

BANCO DO COMÉRCIO S.A. — O mais antigo da Praça do Rio de Janeiro — Fundado em 1875 — Rua do Ouvidor, 93-95 — Caixa Postal, 653 — End. Teleg. "Bancocio" — Telefone 43-8966.

CERVEJARIA MAURIN — Rua Barão Iguatemi, 405 — Tel. 28-2706 — Rio de Janeiro.

CHINDLER, ADLER & CIA. "CHEVROLET" — Filial de Copacabana: Automóveis, Acessórios e Oficinas — Av. Princesa Isabel, 83 — Telefones 37-3147 e 37-2135 — Rio de Janeiro.

EMPRESA COMERCIAL IMPORTADORA LTDA. — Rua Araújo Porto Alegre, 70-8º Sala 806 — End. Teleg. "Ecil" — Telefones 42-9460 e 42-9649 — Rio de Janeiro.

FÁBRICA DE TECIDOS CONFIANÇA — Rua Artidoro Costa, 67 — Telefone 38-4440 — Rio de Janeiro.

CHAME IMPORTADORA COMERCIAL S.A. — Rua da Alfândega, 325 — Telefone 23-3849 — Rio de Janeiro.

MATHEIS TEXTEIS CIA. — Rua Beneditinos, 17-2º And. — Telefone 43-2860 — Rio de Janeiro.

S.A. TÉCNICA MURRAY DE ORGANIZAÇÃO E MECANIZAÇÃO — Máquinas de Escrever — Somar — Calcular — Relógios de Ponto, etc. — Av. Erasmo Braga, 227-B — Telefone 32-4783.

NEVACO — COMÉRCIO E INDÚSTRIA NEVA LTDA. — Av. Rio Branco, 39-17º — Salas 1704/5/6/8 — Fones 23-1449 e 43-0031.

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos, e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra
publicados no mês de novembro de 1954

PORTARIA N. 680 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1954

Fixa o número de vagas nos Estabelecimentos de Ensino do Exército
("Diário Oficial" n. 236, de 8-XI-54.)

* * *

PORTARIA N. 691 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1954

Estabelece normas para a concessão da etapa triplíce
("Diário Oficial" n. 235, de 6-XI-54.)

* * *

AVISO N. 840 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1954

Estabelece normas para a autorização de viagens de oficiais e praças com direito
a diárias.

("Diário Oficial" n. 256, de 8-XI-54.)

* * *

PORTARIA N. 692 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o que
propõe o Estado-Maior do Exército, e por considerar de interesse para o
Exército, resolve dar a seguinte redação ao art. 13 da Portaria n. 189,
de 2 de junho de 1952:

"Art. 13 — Poderão ser matriculados, satisfeitas todas as condições
estabelecidas nestas instruções, Sargentos que não estejam habilitados
com o curso de aperfeiçoamento ou equivalente, cabos e soldados de
todas as Armas".

("Diário Oficial" n. 237, de 9-XI-54.)

* * *

AVISO N. 854-D1-I — EM 8 DE NOVEMBRO DE 1954

Aprovo as inclusas Tabelas de Distribuição de Quantitativos de For-
ragens dos animais comuns, de criação das Coudelarias e do Centro Hí-
pico da Remonta e dos Pombos Correios, organizadas pela Diretoria de
Suprimentos, para vigorar no segundo semestre do corrente ano, na for-
ma do art. 101, do Regulamento para os Estabelecimentos de Subsís-
tência Militar.

AVISO N. 855-D1-H — EM 8 DE NOVEMBRO DE 1954

Em solução aos Pareceres do DGA — (Ofício n. 1.004 — D-6 — S-13, de 23 de julho de 1954) e da Comissão de Fardamento — (Ofício n. 80, de 1 de setembro de 1954), declaro, para os devidos fins, que fica expressamente proibido o fornecimento de roupa de cama, com base no art. 113 do RUPE.

("Diário Oficial" n. 258, de 10-XI-54.)

* * *

PORTARIA N. 693 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1954

Instruções Reguladoras do Sistema de "Prefixos Numéricos" atribuídos às Unidades Administrativas supridas de numerário pela Diretoria de Finanças

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, resolve aprovar as Instruções Reguladoras do Sistema de Prefixos Numéricos atribuídos às Unidades Administrativas supridas de numerário pela Diretoria de Finanças, a ser adotado em todas as Organizações Militares deste Ministério, que acompanham esta Portaria.

("Diário Oficial" n. 259, de 11-XI-54.)

* * *

PORTARIA N. 695 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, aprovando o parecer do Estado-Maior do Exército e de acordo com o art. 59 da Lei do Ensino Militar (Decreto-lei n. 4.130, de 26 de fevereiro de 1942). Resolve:

1. Autorizar o funcionamento nos CICR, do Curso de Sargentos de Comunicações destinados aos Sargentos de todas as armas qualificados na QMG — Comunicações.

2 — Os candidatos da 1ª Região Militar farão esse curso na Escola de Comunicações.

3 — O Estado-Maior do Exército, providencie no sentido de ser elaborado e distribuído aos Comandos interessados o Programa do Curso de Sargentos de Comunicações com a possível brevidade.

("Diário Oficial" n. 261, de 13-XI-54.)

* * *

PORTARIA N. 697 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve aprovar o distintivo de braço para o Regimento Itororó, conforme modelo que a esta acompanha.

* * *

PORTARIA N. 698 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve aprovar o distintivo de braço para o Batalhão Vilagran Cabrita, conforme modelo que a esta acompanha.

("Diário Oficial" n. 261, de 13-XI-54.)

* * *

PORTARIA N. 700 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com a proposta do Estado-Maior do Exército, Resolve:

1. Aprovar as Normas Gerais para a qualificação Militar das Praças e respectivo Anexo.

2. A presente Portaria entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

3. Ficam revogados todos os atos ministeriais que, no tocante à Qualificação Militar de Praças, contrariem a presente Portaria.

As normas Gerais para a Qualificação Militar das Praças, a que se refere a presente Portaria, serão publicadas no Boletim do Exército. ("Diário Oficial" n. 261, de 13-XI-954.)

* * *

LEI N. 2.322 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1954

Modifica o art. 2º da Lei n. 1.030, de 3 de janeiro de 1950

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. O art. 2º da Lei n. 1.050, de 3 de janeiro de 1950, passa a ter a seguinte redação :

"Art. 2º. É estabelecida a inspeção médica periódica, de dois em dois anos, para os inativos de que trata o artigo anterior. A reversão dos funcionários públicos civis e a dos militares à atividade processar-se-á imediatamente, e de acordo com o laudo favorável da inspeção médica, independente de qualquer formalidade."

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

("Diário Oficial" n. 262, de 16-XI-954.)

* * *

PORTARIA N. 705 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve aprovar as instruções que com esta baixam, para o pagamento de proventos ao PESSOAL Militar Inativo e aos Pensionistas Provisórios do Ministério da Guerra.

("Diário Oficial" n. 263, de 17-XI-954.)

* * *

AVISO N. 878-DI-H — EM 16 DE NOVEMBRO DE 1954

Consulta o Ten.-Cel. S-3 do Grupamento de Oeste, se a praça desarranchada, servindo em organização militar sem rancho organizado e que arrancha em organização próxima, perde a etapa desarranchada nos dias de serviço.

Em solução e aprovando os pareceres da SGMG — (Enc. n. 5.639-D-1-S-1, de 3-VI-954) e do EME — (Of. n. 515-A, de 19-VIII-954), declaro que só poderão receber etapa em dinheiro, as praças que não percebam ração preparada por conta do Estado.

("Diário Oficial" n. 264, de 18-XI-954.)

* * *

DECRETO DE 20 DE NOVEMBRO DE 1954

O Presidente da República resolve :

Nomear o General de Brigada José Daudt Fabrício, o Coronel I Aer. Luiz Peres Moreira, o Capitão de Mar e Guerra Murillo do Vasco Valle e Silva e o Tenente-Coronel da Arma de Infantaria João Costa para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão incumbida de

examinar todos os processos de promoção com amparo nas leis especiais, para o fim da aplicação uniforme das referidas leis nos três Ministérios Militares.

("Diário Oficial" n. 266, de 20-XI-54.)

* * *

PORTARIA N. 707 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, considerando que está em estudo um projeto de Lei que regula sob novas bases a formação e o aproveitamento dos técnicos do Exército, torna insubsistente a distribuição de vagas pelas especialidades, de que trata a Portaria número 340, de 22 de maio de 1954, permanecendo em vigor as 47 vagas fixadas para o Curso de Preparação da Escola Técnica do Exército, em 1955.

* * *

PORTARIA N. 708 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, conforme propõe o Departamento Técnico de Produção em seu Ofício n. 192-Gab., de 14 de outubro de 1954, fixa as seguintes vagas para o Curso de Admissão ao 1º ano da Escola Técnica do Exército, em 1955:

Curso Industrial e de Armamento.....	7
Curso de Fortificação e Construção.....	3
Curso de Eletricidade.....	3
Curso de Comunicações.....	2

15

("Diário Oficial" n. 268, de 23-XI-54.)

* * *

AVISO N. 882 — EM 18 DE NOVEMBRO DE 1954

Consulta a Diretoria Geral de Intendência do Exército se uma praça que já tenha cumprido mais do tempo estabelecido numa sentença deve ter o prazo para melhoria de conduta contado a partir da prolação da sentença ou se a partir do término do seu cumprimento.

Aprovando o Parecer n. 477-54, do Consultor Jurídico deste Ministério, declaro que a contagem do prazo para melhoria de conduta deve ser contada a partir da data em que efetivamente terminou o cumprimento da pena.

("Diário Oficial" n. 268, de 23-XI-54.)

* * *

LEI N. 2-354 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1954

Altera a Legislação do Imposto Sobre a Renda e dá outras providências

("Diário Oficial" n. 273, de 29-XI-54.)

DECRETO DE 20 DE NOVEMBRO DE 1954

O General de Brigada José Daudt Fabrício, o Coronel I. Aer. Luiz Peres Moreira, o Capitão de Mar e Guerra Murillo do Vasco Valle e Silva, e o Tenente-Coronel da Arma de Infantaria João Costa, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão incumbida de exa-

minar todos os processos de promoção com amparo nas leis especiais, para o fim da aplicação uniforme das referidas leis nos três Ministérios Militares.

("Diário Oficial" n. 271, de 28-XI-54.)

* * *

AVISO N. 907 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1954

Consulta o General de Brigada José Alves de Magalhães, em que situação deve ser considerado um oficial comandante de corpo, diretor ou chefe de repartição, ou mesmo outro qualquer oficial, que se encontrando em férias é transferido e não desligado da Unidade, tendo em vista os vencimentos e vantagens (estas, mesmo as transitórias), que vinha recebendo e que deve continuar a receber por força do art. 19, item II, do CVVM.

Em solução declaro:

a) o oficial que na data da movimentação estiver a serviço da justiça, desempenhando comissão fora da localidade do seu quartel, ou em férias, até a data da conclusão desses impedimentos legais, continuará sendo o detentor efetivo do cargo ou função que exercia, e só após a sua apresentação, será então desligado. Nessas condições, continuará percebendo os vencimentos e vantagens inerentes à função ou ao cargo (§ 1º do art. 19, do Decreto-lei n. 7.039 de 1944, e art. 19, item II do CVVM).

b) o oficial que assumir a função no interregno desses impedimentos não terá direito aos vencimentos e vantagens próprios da função ou cargo (art. 14, § 1º, do CVVM);

c) se durante os impedimentos legais do oficial movimentado apresentar-se novo titular e assumir o cargo, aquele passará a perceber apenas, os vencimentos e vantagens de seu posto, perdendo, a partir da data da apresentação deste, os vencimentos e vantagens inerentes à função ou ao cargo (art. 323, n. 4, do RISG).

("Diário Oficial" n. 273, de 29-XI-54.)

* * *

AVISO N. 908 — EM 25 DE NOVEMBRO DE 1954

Em solução ao Rádio n. 78-SIR-54, do Exmo. Sr. General Cmt. da 6ª RM, e considerando que o encarecimento das utilidades é geral, principalmente daqueles que dependem de mão-de-obra especializada, resolvo:

a) Autorizar as Seções Comerciais dos Depósitos Regionais de Material de Intendência, a fornecerem mediante indenização, aos oficiais, subtenentes e sargentos, peças de uniformes, até o limite de 5% dos estoques de suprimento dos respectivos depósitos;

b) Conceder idêntica autorização aos Comandantes de Unidades, Diretores de Repartições e Chefes de Estabelecimentos Militares, cujas sedes sejam fora da esfera de ação dos Estabelecimentos e das Seções Comerciais, a fornecerem aos oficiais, subtenentes e sargentos, peças de uniformes nas mesmas condições da alínea anterior;

c) Autorizar aos comandantes de unidades de fronteira, a fornecerem aos seus comandados amparados pelo art. 1º, letra a), da Lei n. 2.168, de 27 de novembro de 1953, além das peças indicadas nas alíneas anteriores, outras peças de uso geral e de difícil aquisição local.

2. Esses fornecimentos serão feitos não pelo preço de carga da unidade, mas pelo último preço de aquisição do órgão provedor cujo conhecimento, os comandantes de corpos solicitarão informações ao órgão responsável pelo provimento.

3. Trimestralmente, as autoridades indicadas nas alíneas a), b) e c), remeterão ao órgão provedor, um mapa demonstrativo das peças fornecidas nas condições das alíneas. De posse desse mapa, o órgão responsável pelo provimento, tomará as seguintes providências:

a) debitará a unidade, em conta corrente, pelo total do fornecimento;

b) providenciará, dentro das suas possibilidades o reacompletamento dos estoques.

(Diário Oficial" n. 273, de 29-XI-54.)

* * *

CEL. EUGENIO RUBENS VIEIRA DA CUNHA

O Coronel da Arma de Infantaria Eugenio Rubens Vieira da Cunha, após mais de 42 anos de efetivo serviço nas fileiras do Exército, deixa, por um imperativo legal, o serviço ativo.

Durante esses quatro decênios e pouco de profícuo labor, o Coronel Engenio Rubens foi construindo firmemente o renome com que chegou ao ápice do Quadro de Chefes da Infantaria. Disciplinado e disciplinador, de iniciativa, culto e integralmente consagrado às lides da profissão, pôs o Coronel Rubens um nunca esmorecido entusiasmo em todas as comissões que desempenhou em sua longa carreira de soldado, desde as árduas e delicadas funções de Tenente instrutor de conscritos ou de jovens alunos do Colégio Militar às altas responsabilidades de Comandante de Unidade de Infantaria ou de Oficial de Estado-Maior.

Indiferente aos precalços que todos nós experimentamos, em maior ou menor escala, na vida militar, o Coronel Rubens soube sempre manter intangível o seu ardor profissional dando às gerações mais novas um exemplo de serenidade, isenção e dignidade.

No momento em que, após tantos anos de labor, vai o Coronel Rubens transferir-se para a Reserva, por força de irrecorríveis disposições legais, justamente quando com tanta proficiência vinha trabalhando no meu Gabinete, quero deixar aqui expressos os meus votos — que são os de todos os camaradas que o conhecem — de perene felicidade na nova fase da vida que vai encetar.

(a) Gen. Henrique Lott, Ministro da Guerra.

B. HERZOG COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A.

Av. Marechal Floriano, 6-13º/15º

Rua Florêncio de Abreu, 353

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO

Telefone 23-1725

Telefone 33-4114

End. Teleg. "BEZOG"

Produtos Químicos Industriais, Farmacêuticos e Analíticos
Bicicletas, Motocicletas e Acessórios

FABRICA DE ARTIGOS PLÁSTICOS POR INJEÇÃO E EXTRUSÃO

As consultas são prontamente atendidas. Mantemos grandes
estoques para pronta entrega

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Prof. Arthur E. Burns.
Gen. M. Carpentier.
Gen. Niso V. Montezuma.
Gen. Paul M. Robinett.
Cel. Manoel J. Guedes.
Ten.-Cel. Floriano Möller.
Ten.-Cel. J. F. Moreira M. Couto.
Maj. Fernando Allah Barbosa.
Maj. Jorge E.M. Fortes.
Maj. Luiz F.S. Wiedmann.
Maj. Marino F. Dantas.
Cap. Alfredo A. Amaral.
Cap. Carlos A. Figueiredo.
Cap. P.J. Busato.

EX-LIBRIS



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 15,00

S. G. M. G.
IMPrensa MILITAR
Rio de Janeiro — 1955